



CONSÓRCIO
BRASIL CENTRAL
DF · GO · MA · MT · MS · RO · TO



Governo do Distrito Federal
Consórcio Interestadual de
Desenvolvimento do Brasil Central

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

CONSIDERANDO A ADOÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO PELO BRC- SEI/DF, SUGERIMOS QUE AS EMPRESAS EFETUEM O CADASTRO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI), ATRAVÉS DO LINK https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

UASG 926873 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. Compras 9001/2026 N. 01-2026-BrC

Processo nº 04029-00000178/2025-87

UASG: 926873

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC, inscrito no CNPJ nº 23.791.169/0001-02, por intermédio da Secretaria Executiva, através do agente de contratação, designado pela **Portaria nº 04/2026**, realizará procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para **registro de preços para futura e eventual** para aquisição de medicamentos para tratamento oncológicos destinados ao atendimento das demandas decorrentes de ações judiciais, bem como ao atendimento dos medicamentos padronizados nos Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e nas Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), que estejam sob a gestão das Secretarias de Saúde dos Entes Consorciados, conforme o Regulamento de Licitações e Contratações Administrativas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, Lei Federal nº 14.133/2021, e alterações posteriores, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE INICIO DE PROPOSTAS (DIVULGAÇÃO): 18.3.2026

DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 30.3.2026 ÀS 08H59

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: 30.3.2026 ÀS 09H

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

ADJUDICAÇÃO: POR ITEM

ENDEREÇO: AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 587.361.306,01 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil trezentos e seis reais e um centavo)

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de **registro de preços para futura e eventual** para aquisição de medicamentos para tratamento oncológicos destinados ao atendimento das demandas decorrentes de ações judiciais, bem como ao atendimento dos medicamentos padronizados nos Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e nas Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), que estejam sob a gestão das Secretarias de Saúde dos Entes Consorciados.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme item 2 Anexo I do Edital , facultando-se ao licitante a participação nos itens de seu interesse.

1.3. Considerando que o presente certame tem por objeto a aquisição de medicamentos oncológicos destinados tanto ao atendimento de demandas judiciais quanto ao fornecimento de medicamentos padronizados nas unidades de saúde para o tratamento do câncer, visando à adequada organização e correta aplicação do CAP, os medicamentos destinados ao atendimento de **ações judiciais** encontram-se devidamente identificados com a expressão “**AÇÃO JUDICIAL**” ao final de sua descrição, bem como sinalizados na primeira coluna da respectiva tabela. Sendo assim temos:

a) Itens 1; 3; 5; 7; 9; 11; 13; 15; 17; 19; 21; 23; 25; 27; 29; 31; 33; 35; 37; 39; 41; 43; 45; 47; 49; 51; 53; 55; 57; 59; 61; 63; 65; 67; 69; 71; 73; 75; 77; 79; 81; 83; 85; 87; 89; 91; 93; 95; 97; 99; 101; 103; 105; 107; 109; 111; 113; 115; 117; 119; 121; 123; 125; 127; 129; 131; 133; 135; 137; 139; 141; 143; 145; 147; 149; 150; 151; 152; ;153; 154; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 162; 163; 164; 165; 166; 167; 168; 169; 170; 171; 172; 173; 174; 175; 176; 177; 178; 179; 180; 181; 182; 183; 184; 185; 186; 187; 188; 189; 190; 191; 192; 193; 194; 195; 196; 197; 198; 199; 200 são destinados a atender demandas decorrentes de ações judiciais, portanto devem obrigatoriamente serem contemplados com o desconto mínimo do CAP.

b) Itens 2; 4; 6; 8; 10; 12 ;14 ;16 ; 18; 20; 22 ; 24; 26; 28; 30; 32; 34; 36; 38; 40; 42; 44; 46; 48; 50; 52; 54; 56; 58; 60; 62; 64; 66; 68; 70; 72; 74; 76; 78; 80; 82; 84; 86; 88; 90; 92; 94; 96; 98; 100; 102; 104; 106; 108; 110; 112; 114; 116; 118; 120; 122; 124; 126; 128; 130; 132; 134; 136; 138; 140; 142; 144; 146; 148; 201; 202; 203; 204; 205; 206; 207; 208; 209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216; 217; 218; 219; 220; 221; 222; 223; 224; 225; 226; 227; 228; 229; 230; 231; 232; 233; 234; 235; 236; 237; 238; 239; 240; 241; 242; 243; 244; 245; 246; 247; 248; 249; 250; 251 são destinados a atender demandas decorrentes de padronização nos serviços de tratamento oncológico. Deve haver a aplicação do desconto mínimo do CAP quando previsto no rol do anexo à Resolução CTE-CMED nº 6 de 27 de maio de 2027.

1.4. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Compras (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.6. **Nenhum item será adjudicado acima do valor estimado desta contratação e nem da Tabela CMED - PMVG.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu

nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. **pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta com a Administração Pública no Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins;**

2.6.5. pessoa Jurídica que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer órgão da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

2.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.10. **peçoas jurídicas reunidas em consórcio;**

2.6.11. **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;**

2.6.12. **sociedades cooperativas;**

2.6.13. que conste no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União – CGU, constante no portal da internet

www.portaltransparencia.gov.br/ceis, quando os efeitos da **punição se estendam ao âmbito do no Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins;**

2.6.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.15. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.6.15.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

2.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que uti lizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.1. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.16. AS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR TODO E QUALQUER DOCUMENTO EM PDF, E DEVERÃO SER ENCAMINHADOS CONSIDERANDO OS SEGUINTE PONTOS: NO MÁXIMO 20 MB; DOCUMENTO PESQUISÁVEL; POSSUIR PERMISSÃO DE AGRUPAMENTO DE DOCUMENTOS; PERMISSÃO DE EXTRAÇÃO DE PÁGINAS; NO MÍNIMO RESOLUÇÃO DE 300 DPI.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. A descrição da solução como um todo abrange a aquisição de medicamentos para tratamento oncológicos em apoio aos entes integrantes do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins).

4.2. Os produtos da proposta deverão ter "*compatibilidade de especificação técnica e de desempenho*", conforme estabelecida no art. 40, inciso V, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

4.3. As propostas deverão ter validade **não inferior a 90 (noventa) dias**, contados da divulgação do Edital de Licitação, e serão selecionadas pelo critério **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o inciso I, do art. 33 da Lei 14.133/2021.

4.4. A Licitante deverá apresentar declaração, sob pena de desclassificação, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§ 1º, art. 63., da Lei 14.133 de 2021).

4.5. A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada e deverá:

4.5.1. Conter nome da proponente;

4.5.2. Endereço completo; contatos, incluindo correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras e posterior envio de empenhos e ordens de fornecimento caso se sagre vencedor do certame;

4.5.3. Números do CNPJ;

4.5.4. Data da validade da proposta;

4.5.5. Declaração de que está de acordo com todos os termos do Edital e seus anexos;

4.5.6. As especificações do item proposto deverão estar em conformidade com o Edital e seus anexos (Termo de Referência) que seguirá a Denominação Comum Brasileira (DCB), se for o caso, conter o nome comercial (marca), detentor do registro, fabricante do medicamento, número (13 dígitos para medicamento) do registro junto a ANVISA, bem como embalagem proposta;

4.5.7. Deverá ser indicada na proposta de preço **somente uma única marca ou fabricante** por item de medicamento ofertado, informando o fabricante e a marca - ou se é genérico, no caso de medicamento - sob a qual o(s) medicamento(s). No caso de medicamento(s) importado(s), deverá ser informado também o país de origem.

4.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema conforme solicitado e no prazo por ele estipulado, sob pena de não aceitação da proposta.

4.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.8. O ICMS a ser considerado é o percentual praticado pelo Distrito Federal, sede do Consórcio do Brasil Central.

4.9. A proposta deverá indicar, de forma expressa, a aplicação do desconto correspondente ao Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), quando aplicável.

4.10. Na proposta apresentada deverá constar preço unitário e total do(s) item(s), devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, impostos (inclusive isenção ICMS previsto em convênios

CONFAZ, se aplicável), bem como valores pertinentes à embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, e demais despesas decorrentes da presente licitação.

4.11. A proposta deverá conter, ainda, a discriminação da formação do preço, especialmente quanto ao custo do ICMS como, consta no Anexo I - Da Proposta:

	Medicamento xxxx
R\$ XX,XX	Valor custo produto
XX%	Alíquota ICMS Alíquota ICMS
R\$ XX,XX	Valor ICMS
R\$	CAP
R\$ XX,XX	Valor da proposta

4.12. Havendo divergência entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro, e se a divergência for entre o valor em algarismo e os valores expresso por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

4.13. A avaliação das propostas terá o preço estimado (média do preço de mercado) como preço máximo, observando o preço da Tabela CMED no caso de proposta de medicamento conforme regulamento vigente da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), ou seja, no caso de proposta para medicamento o valor da proposta deverá compreender a média do preço de mercado obtida (preço estimado) e não poderá ser superior ao valor da Tabela CMED.

4.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.15. **Não serão aceitas proposta com preços superiores ao da Tabela CMED- PMVG.**

4.16. Não será admitida a proposta parcial dos itens, pelas LICITANTES, em razão do comprometimento da economia de escala, bem como de problemas que tal possibilidade causaria à gestão e à fiscalização da Ata de Registro de Preços e de seus respectivos contratos. Nesse contexto, a proposta parcial pode gerar como consequência a adjudicação do mesmo item para várias empresas.

4.17. **Drogarias e Farmácias são impedidas de fornecer medicamentos aos órgãos públicos,** estando autorizados pela ANVISA apenas à Dispensação (fornecimento direto ao consumidor final), de acordo com a RDC ANVISA 17/2013. A atividade necessária, de distribuição de medicamentos, segundo o conceito da Anvisa, dá-se entre empresas (Pessoas Jurídicas) e não é concedida para farmácias e drogarias.

4.18. Não será permitida a participação de consórcios de empresas pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e requisitos de habilitação previstos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

4.19. Tendo em vista a incompatibilidade do objeto licitado com as hipóteses em que, nos termos do art. 43 do Anexo IV do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio BrC (SEI 150684975) seria permitida a contratação de cooperativas, que o objeto em questão consiste na aquisição de

medicamentos, exigindo a entrega de bens específicos, padronizados e sujeitos a rigorosos critérios técnicos e regulatórios e por não se tratar de prestação de serviços ou atividade que possam ser desempenhadas por meio da estrutura organizacional típica de uma sociedade cooperativa, além da necessidade de uma estrutura empresarial consolidada para atender as exigências legais e regulatórias aplicáveis ao setor farmacêutico em compras públicas, tais como certificações técnicas e sanitárias emitidas por órgãos competentes como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), **FICA VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVA** no presente certame.

4.20. O item cotado deverá estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

4.21. Deverá haver correspondência entre o número de registro contido na bula/manual e o contido na proposta.

4.22. A empresa deverá apresentar, com a proposta, **Declaração de Compromisso, modelo no Anexo III do Anexo I do Edital**, comprometendo-se em apresentar, no momento solicitado os seguintes documentos:

- a) AFE/AE (Autorização de Funcionamento de Empresa/ Autorização Especial de Funcionamento de Empresa);
- b) Alvará Sanitário;
- c) registro do medicamento junto à ANVISA;
- d) bula/ manual completa, e quando medicamento;
- e) cópia da página Tabela CMED com grifo para descartar o medicamento ofertado;

4.23. Os produtos oferecidos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4.24. **A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema Compras Federal e deverá:**

4.24.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

4.24.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

4.24.3. Conter a qualificação do preposto autorizado a assinar a Ata de Registro de Preços, ou seja: Nome Completo, Endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade, Profissão e telefone, e-mail;

4.24.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.25. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

4.26. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

4.27. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (art. 12, inciso II), o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, utilizando-se até 4 (quatro) casas decimais.

4.28. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

4.29. Conforme o art. 134 da Lei 14.133/2021, os preços contratados poderão ser alterados, para mais ou para menos, a partir da data da apresentação da proposta, em razão de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ou pela superveniência de disposições legais que

comprovadamente afetem os preços contratados.

4.30. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS – TRIBUTAÇÃO E COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE PREÇO (CAP)

4.31. DESONERAÇÃO DO ICMS

4.31.1. As propostas de preço deverão refletir, quando aplicável, as alíquotas de ICMS incidentes sobre os medicamentos, observando-se as respectivas desonerações previstas em Convênios CONFAZ.

4.31.2. Ressalta-se, especialmente, o disposto no Convênio CONFAZ ICMS nº 162/1994, que autoriza os Estados a conceder isenção do ICMS para medicamentos destinados ao tratamento do câncer, bem como suas alterações posteriores.

4.31.3. Na ausência de desoneração fiscal específica, os licitantes deverão incluir na proposta o valor integral do ICMS conforme legislação tributária da sede do órgão gerenciador (Distrito Federal).

4.32. COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE PREÇO (CAP)

4.32.1. Medicamentos com CAP Obrigatório

4.32.1.1. As propostas deverão aplicar obrigatoriamente o Coeficiente de Adequação de Preço (CAP) para medicamentos destinados ao atendimento de demandas decorrentes de ações judiciais, conforme previsto na Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011, e suas atualizações posteriores, em especial a Resolução CTE-CMED nº 6, de 27 de maio de 2021.

4.32.2. PROCEDIMENTO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.32.3. As propostas de preço deverão ser apresentadas considerando simultaneamente:

- a) a desoneração de ICMS, quando aplicável (Convênios CONFAZ);
- b) a aplicação do CAP conforme previsto nas Resoluções CMED nº 3/2011 e CTE-CMED nº 6/2021;
- c) preço máximo previsto na tabela CMED.

4.33. O preço final proposto deverá refletir a incidência cumulativa desses fatores, apresentado de forma clara e discriminada em planilha específica que detalhe cada componente de cálculo.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o **período de tempo de até 10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item 5.12.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.19.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.7. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.12** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. **O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;**

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. **A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no Sicafe acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o BrC e os Entes.

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. **Habilitação técnica**

7.2.2. **Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica** em nome da licitante, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos do objeto a ser licitado;

7.2.3. A comprovação da capacidade técnica operacional no percentual definido é indispensável para assegurar que as empresas licitantes possuam experiência prévia suficiente para atender às demandas contratuais em termos de capacidade logística de forma que garanta a entrega dos medicamentos com qualidade e quantidade adequada além do cumprimento dos prazos previstos em edital. Essa medida visa mitigar riscos à Administração Pública decorrentes da inexecução ou execução inadequada dos contratos.

7.2.4. Será aceito o **somatório de atestados ou declarações** que comprove a capacidade técnica, desde que reste demonstrado o fornecimento concomitante com o objeto a ser licitado;

7.2.5. O Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica (único ou somados) deverá(ão) corresponder a no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item que apresentar proposta. (Conforme Acórdão nº 2696/2019 – TCU – 1ª Câmara. 9.2.2 e § 2º, VI do artigo 67 da Lei 14.133/2021)

7.2.6. O(s) Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica deverão estar em papel timbrado do órgão ou entidade pública e empresa privada, contendo nesse a assinatura do responsável, os

dados completos dessas organizações (Razão Social, CNPJ, Endereço, CEP e Telefone dos atestadores ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes para fins de comprovação), nome do **produto e quantidade fornecida considerando a menor unidade de compra**, compatível com o objeto a ser licitado;

7.2.7. Caso não seja possível apresentação de Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica com informação de quantidade na menor unidade de compra, informar quantidade por embalagem/caixa;

7.2.8. O(s) Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica deverão se **referir ao ramo do objeto a ser licitado**, devendo estar compatíveis com a sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

7.2.9. Atender todos os requisitos técnicos exigidos no item 5 Termo de Referência.

7.2.10. Estando a AFE e/ou a AE vencidas, deverá ser apresentada cópia autenticada e legível da petição de renovação de AFE e/ou AE, acompanhada de cópia da AFE e/ou AE vencidas, desde que a petição de renovação tenha sido protocolada no período compreendido entre 60 (sessenta) e 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de vencimento, que corresponde a 1 (um) ano após a data de publicação da concessão inicial no DOU, nos termos e condições previstas no artigo 20 da RDC no 16, de 01 de abril de 2014.

7.2.11. A não apresentação da AFE e/ ou da AE ou da petição de renovação implicará na desclassificação da PROPONENTE.

7.2.12. Em caso do Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) vencido, será aceito protocolo de revalidação, desde que a Vigilância Sanitária competente pela expedição do documento (municipal ou estadual) confira validade legal ao documento.

7.2.13. Para tanto, deverá a empresa licitante apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia de Licença Sanitária vencida, bem como, declaração emitida pelo órgão ou outro documento pertinente que assegure validade ao protocolo apresentado.

7.2.14. Caso a Licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção. A não apresentação poderá implicar na desclassificação.

7.2.15. **PARA MEDICAMENTOS:**

7.2.15.1. **Registro do Medicamento ou da Notificação Simplificada ou do Certificado de Dispensa de Registro do Medicamento** - emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. - Cópia da Publicação no Diário Oficial da União ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária, devendo ser apresentado de forma legível e constar a validade (dia/mês/ano). Deverá em caso de apresentação de cópia de página de publicação em Diário Oficial destacar o medicamento em questão.

7.2.15.2. Caso o registro esteja vencido, a PROPONENTE deverá apresentar cópia legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6o do artigo 12 da Lei no. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação inicial de registro.

7.2.15.3. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação da licitante.

7.2.15.4. Apresentar cópia da Declaração de Notificação Simplificada ou do Certificado de Dispensa de Registro do Medicamento, emitido pela ANVISA, atualizada, em plena validade e com status "ativa", que é divulgada no site da ANVISA, RDC nº 199/06 e suas alterações, quando for o caso.

7.2.15.5. É de responsabilidade exclusiva da licitante provar que o medicamento objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

7.2.15.6. **Bula completa do medicamento ofertado.** O licitante deverá apresentar bula completa e atualizada do medicamento ofertado conforme registrado na Anvisa/MS. Quando o medicamento for importado e a bula estiver em língua estrangeira, esta deverá ser traduzida para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

7.2.15.7. Deverá haver correspondência entre o número de registro contido na bula e o contido na proposta;

7.2.15.8. Nos casos em que a bula for substituída por rótulo ou folheto (medicamentos de notificação simplificada), estes deverão ser apresentados.

7.2.15.9. **Tabela CMED - Proponente deverá apresentar cópia da página da tabela de preços disponibilizada pelo site <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>, no ícone PMVG-pdf (PREÇOS MÁXIMOS DE MEDICAMENTOS POR PRINCÍPIO ATIVO, PARA COMPRAS PÚBLICAS), com grifo para destacar apenas o medicamento ofertado considerando a marca, laboratório fabricante e embalagem proposta. Deve na proposta, declinar corretamente o nome do Laboratório e nome comercial do produto e embalagem proposta correspondente a sinalizada na Tabela CMED.**

7.2.15.10. Com relação aos medicamentos constantes na Resolução CMED nº 3 de 18 de março de 2010, deve a licitante apresentar Declaração atestando que o(s) medicamento(s) ofertado(s) não consta(m) na tabela CMED.

7.2.15.11. Caso a importação de medicamentos seja feita por um terceiro e, não pelo detentor do registro do medicamento na ANVISA, além da exigência da AFE, é necessária a Declaração do Detentor de Registro DDR.

7.2.15.12. **OS REGISTROS, DECLARAÇÕES DE NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA E CERTIFICADOS DE DISPENSA DE REGISTRO DEVERÃO SER IDENTIFICADOS COM O NÚMERO DO ITEM A QUE SE REFEREM, EM ORDEM CRESCENTE, A FIM DE FACILITAR O JULGAMENTO.**

7.2.15.13. Caso o medicamento venha acompanhado de algum dispositivo e/ou solução diluente/infusão não contemplado no seu registro original (exemplo: equipos especiais para infusão, bolsas com solução de infusão entre outros) a licitante deverá fornecer cópia da publicação no Diário Oficial da União do Registro de Produto referente a esse dispositivo ou impresso por meio eletrônico do site da ANVISA, em plena validade.

7.2.15.14. O Consórcio Brasil Central reserva para si o direito de não aceitar os produtos em desacordo com o previsto no edital e seus anexos, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos da Lei 14.133/2021.

7.3. **Regularidade fiscal e trabalhista**

7.3.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <http://ps://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadão/certidoes/Certidão>;

7.3.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

7.3.3. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.4. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.5. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.6. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.3.7. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.3.8. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria

Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

7.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024)**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

7.4.2.1. **O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. Poderá seguir o Anexo III deste edital.**

7.5. **Habilitação jurídica**

7.5.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

h) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) – válida e compatível com o objeto da contratação, expedida pela Anvisa conforme RDC Anvisa nº 16/2014, obrigatória para empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano;

i) Autorização Especial (AE) – válida e compatível com o objeto da contratação, expedida pela Anvisa conforme RDC Anvisa nº 16/2014, obrigatória para empresas que realizem atividades que envolvam insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial conforme Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas alterações.

7.5.2. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

a) Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

b) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

c) Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

e) Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

f) Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.5.3. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

a) Os Licitantes vencedores devem apresentar a Declaração de Compromisso (Anexo III do Anexo I do Edital) de que, no ato da entrega, os medicamentos deverão conter no mínimo 70% (setenta por cento) da vigência de sua validade.

7.6. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.6.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.7. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.8. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos

consulados ou embaixadas.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.11.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.16.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.17. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.17.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.17.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.18. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.18.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.18.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.17.2.

7.19.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de

pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão **no prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a **qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes **será de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: licitacao@brasilcentral.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS, SANÇÕES E MULTA MORATÓRIA

9.1. Consta no item 35 e 36 do Termo de Referência.

10. DO REGISTRO DE PREÇO

10.1. Para fins deste Termo de Referência, serão considerados:

a) Órgão gerenciador: Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC); e

b) Órgãos participantes: o Distrito Federal e os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

11. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1. O presente certame se limitará a atender as demandas do Distrito Federal e os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

11.2. O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC) não possui a obrigação de realizar contratações com base no Sistema de Registro de Preços, nem nas quantidades estimadas, podendo optar por outros meios de aquisição, desde que respeitada a legislação vigente sobre licitações. No entanto, será assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

12. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. Caberá ao órgão gerenciador a praticar de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

12.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

12.1.2. Realizar o procedimento licitatório;

12.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;

12.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

12.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;

12.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.1.7. Autorizar a solicitação de remanejamento.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO DE RESERVA

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *10 (dez)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

13.1.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo e

13.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada digitalmente, mediante certificado homologado, ou diretamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Contratante.

13.4. É facultado à administração, caso o convocado não assine a ata de registro de preços dentro do prazo e das condições estabelecidas, convocar os fornecedores registrados no cadastro de reserva, respeitando a ordem de classificação. Esses fornecedores poderão assinar a ata no mesmo prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.5. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

13.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, o BrC poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

13.5.2. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva.

13.5.3. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame.

13.6. A ata de registro de preços estabelecerá um compromisso de fornecimento nas condições

definidas, após o cumprimento dos requisitos de publicidade.

13.7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços

13.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

13.8.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.-

13.9. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, permitindo a realização de uma licitação específica para a aquisição desejada. No entanto, será assegurada a preferência ao fornecedor registrado, em igualdade de condições e com a proposta mais vantajosa.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O adjudicatário será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços conforme já estabelecido no item 13 deste Edital. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços ocorrerão por meio de emissão de instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento).

14.3. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

14.4. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

14.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

14.6.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

14.6.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

14.6.4. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

15.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15.12. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

15.13. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

15.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://brasilcentral.gov.br/>.

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.15.1. **ANEXO I do Edital** - Termo de Referência e Anexos Doc. SEI (197224617)

15.16. **ANEXO II do Edital** - Modelo Ordem de fornecimento

15.17. **ANEXO III do Edital** - Modelo de Análise Contábil.

15.18. **ANEXO IV do Edital** - Minuta da Ata de Registro de Preços e Anexo Doc. SEI (197232916)

JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO

Secretário-Executivo

ANEXO II -

MINUTA ORDEM DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO Nº

Em conformidade com o disposto no Termo de Referência constante no processo SEI nº _____, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.791.169/0001-02, AUTORIZA a empresa:

xxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, a fornecer os itens abaixo discriminados necessários, conforme tabela abaixo, decorrente da Nota de Empenho nº xxx/202x-BrC:

FORNECEDOR:								
CNPJ:								
OBS.:								
	CATMAT	ITEM	Descritivo	Unidade	Marca/ Laboratório	Quantidade Empenhada	Valor Unitário	Valor Total Item
TOTAL DA ORDEM DE FORNECIMENTO								R\$

Nota de Empenho nº xxxxx

Processo nº xxx;

Valor do Empenho: R\$xxxxxxxx,xx

Prazo de Entrega: 20 (vinte) dias;

Local da Entrega:

Observar o itens ____da Ata de Registro de Preços.

Observar os itens ____do Termo de Referência.

Prazo de validade dos itens fornecidos:

• **MEDICAMENTOS**

UF	Local de entrega	Horário de entrega	Informação para agendamento da entrega	Condições especiais
		De Segunda a sexta-feira, das 7h30 às 12h30 e das 13h30 às 15h		

Se faz necessário emissão das Notas Fiscais, com seus respectivos destinatários:

• **NOTA FISCAL DE VENDA**

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC

CNPJ nº 23.791.169/0001-02

Endereço: Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, Bloco B, nº 14, Sala 501, Asa Norte, CEP 70.041-902, Brasília –Distrito Federal

• **NOTA FISCAL DE SIMPLES REMESSA**

Fundo Especial de Saúde do Estado de _____

CNPJ nº

Endereço:

Gestora

Diretoria de Administração

Secretária Executiva

ANEXO III -
MODELO ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE
PROCESSO Nº

			J	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO		
			NÚMERO			
ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE – ACF						
A	IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL					
CÓDIGO		NOME DO LICITADOR		NÚMERO		
B	IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE					
CGC/MF:				ATIVIDADE PRINCIPAL		
FIRMA/RAZÃO SOCIAL			CNJ			
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)				NÚMERO		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL						
BALANÇO APRESENTADO PERÍODO:			DATA DO BALANÇO ANUAL		Nº LIVRO DIÁRIO	
C	IDENTIFICAÇÃO DO CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE					
NOME:			CP	Nº DO REGISTRO NO CRC		
ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)				NÚMERO		
D	IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA					
NOME:						
E	BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO			F	DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA DO LICITANTE	
CONTAS			Em R\$ Mil	ÍNDICE	RESULTADO	
1	ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO (ACA)			1	Liquidez Corrente (LC)	
2	PASSIVO CIRCULANTE (PC)					
3	ACA + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			2	Liquidez Geral (LG)	
4	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO					
5	ATIVO PERMANENTE			3	Solvência Geral (SG)	
6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO					
7	PASSIVO CIRCULANTE			4		

8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO			
9	PC + PASSIVO A LONGO PRAZO		5	
10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO			
11	DESPESA ANTECIPADA		NFR	NOTA FINAL DA CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA = à NP
12	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS			
13	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		G	RESULTADO DA ANÁLISE
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
15	CONSISTÊNCIA (vide instruções no verso)			
H	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO			
NOME				
I	DECLARAÇÃO E ASSINATURAS			
O representante legal da empresa licitante e o contador ou técnico em contabilidade declaram, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, bem como autorizam o licitador, por si ou por outrem e a qualquer tempo, examinar os livros e os documentos relativos à escrituração contábil, para confrontação dos dados aqui demonstrados.				
LICITANTE		CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE		LICITADOR
DATA:		DATA:		DATA:



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 16/03/2026, às 16:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
 acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **197664821** código CRC= **F49D0A40**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
 SBN QUADRA 1 BLOCO B SALA 501 - Bairro ASA NORTE - CEP 70041902 -
 Telefone(s):
 Sítio - www.brasilcentral.gov.br



Governo do Distrito Federal
Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central
Diretoria de Planejamento e Portfólio de Projetos
Coordenadoria de Estudos, Planejamento e Projetos

Termo de Referência n.º 9/2026 - BRC/DPPP/CEPP

TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo	04029-00000178/2025-87
Número do TR	7/2026 – BRC/DPPP/CEPP
Órgão Gerenciador	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC - CNPJ: 23.791.169/0001-02
Entes Participantes	Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins
Modalidade Licitatória	Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP)
Critério de Julgamento	Menor preço por item
Valor Estimado	R\$ 587.361.306,01 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil trezentos e seis reais e um centavo)
Vigência da Ata	12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação nos meios oficiais aplicáveis. Esse prazo poderá ser prorrogado/renovado por mais 12 meses, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços, conforme disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/2021. A renovação ou prorrogação implica na renovação dos quantitativos originalmente registrados.
Base Legal	Lei nº 14.133/2021 e Regulamento de Licitações e Contratos BrC (180068007)

2. OBJETO

2.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para tratamento oncológico destinados ao atendimento das demandas decorrentes de ações judiciais, bem como ao atendimento dos medicamentos padronizados nos Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e nas Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), que estejam sob a gestão das Secretarias de Saúde dos Entes Consorciados.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição de medicamentos utilizados no tratamento oncológico decorrente de ações judiciais, bem como ao atendimento dos medicamentos padronizados nas unidades de assistência especializada, como os Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e nas Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), sob gestão das Secretarias de Saúde do Distrito Federal e dos estados consorciados ao Consórcio Brasil Central, constitui necessidade inadiável e de caráter permanente.

3.2. O tratamento oncológico representa um grande desafio para o Sistema Único de Saúde – SUS, em razão da constante evolução tecnológica e da necessidade de garantir o acesso oportuno e adequado às terapias disponíveis. A busca por novos tratamentos e a necessidade de respostas rápidas diante da progressão das neoplasias exigem políticas públicas eficazes e planejamento integrado. A oferta de tratamentos inovadores no tempo adequado ainda se configura como um desafio histórico para o SUS.

- 3.3. Assim como em outras áreas da saúde, cabe à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) avaliar e emitir recomendações sobre a incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias no SUS, considerando critérios como efetividade, segurança e custo-benefício.
- 3.4. Apesar de várias medicações terem recomendações da Conitec de incorporação no SUS, inclusive com Portarias de incorporação publicadas, muitas permanecem indisponíveis no sistema de saúde, seja por estarem em processo interno de aquisição ou em atualização de protocolo terapêutico. Corroborar com essa informação o relato em 2022, do oncologista Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer, de que 95% dos medicamentos oncológicos aprovados para uso no país nos últimos dez anos não estão disponíveis no SUS. Levantamento do Instituto Oncoguia, realizado em janeiro de 2024, revelou que o atraso entre a incorporação e a disponibilização, que deveria ocorrer em 180 dias, chega a quase dez anos e afeta vários tipos de câncer avançado, como o de pulmão, de rins, de pele, de sangue, de mama e de próstata.
- 3.5. Na atualização do estudo 'Meu SUS é diferente do seu', realizado pelo Instituto Oncoguia e apresentado durante o Fórum Nacional de Oncologia (maio de 2025), evidencia-se a persistência de desigualdades regionais no acesso ao tratamento oncológico no Brasil. Além disso, aponta que continuam sendo utilizadas diretrizes oncológicas desatualizadas, que desconsideram medicamentos já aprovados pela Conitec, reforçando os achados do estudo original, publicado em 2017.
- 3.6. A assistência oncológica integra a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPCC (Lei nº 14.758/2023) e não se limita à dispensação de medicamentos oncológicos. Ela abrange procedimentos cirúrgicos, quimioterápicos, radioterápicos e medicina nuclear. O valor previsto na Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade – APAC contempla o tratamento integral, não apenas o fornecimento de medicamentos. Assim, os gestores frequentemente alegam que os recursos repassados são insuficientes para a adoção de tecnologias mais inovadoras ou mesmo para aquelas já incorporadas pelo SUS.
- 3.7. No que tange ao financiamento pelo SUS, cabe aos hospitais credenciados (CACON e UNACON) fornecerem os medicamentos necessários ao tratamento do câncer, possuindo autonomia para padronizar, adquirir e prescrever. O Ministério da Saúde realiza o ressarcimento conforme protocolos de tratamento adotados, levando em conta o tipo de câncer, o estágio da doença e as portarias publicadas, que estabelecem os valores para cada neoplasia.
- 3.8. Como consequência, observa-se o fenômeno da judicialização, que tem desempenhado papel fundamental na garantia do acesso tanto a medicamentos já incorporados, mas ainda não disponibilizados, quanto a tecnologias ainda não incorporadas. A judicialização na saúde vem crescendo de forma exponencial, e a determinação de fornecimento de medicamentos oncológicos tem causado grande impacto financeiro às Secretarias de Saúde. Segundo o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o número de ações judiciais relacionadas à saúde pública em 2024, antes mesmo do fechamento do ano, já havia superado os dois anos anteriores.
- 3.9. Em 22 de outubro de 2025, foi publicada a Portaria GM/MS nº 8477, que institui o Componente da Assistência Farmacêutica em Oncologia (AF-Onco) no SUS, definindo três modalidades de aquisição e financiamento: (1) aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde; (2) negociação nacional com compra descentralizada; e (3) aquisição descentralizada pelos CACONs e UNACONs.
- 3.10. Contudo, a efetiva implementação da AF-Onco ainda depende de regulamentação complementar, que deverá definir a listagem de medicamentos que farão parte de cada modalidade de compras, bem como a pactuação entre União, Estados e Municípios sobre as responsabilidades de financiamento, aquisição, distribuição e dispensação.
- 3.11. Diante desse cenário, justifica-se a realização de registro de preços, no âmbito do Consórcio Brasil Central, para atender tanto às demandas judiciais quanto às necessidades de medicamentos padronizados, promovendo economia de escala e acesso de forma ágil aos medicamentos, de modo que o tempo de resposta às necessidades das Secretarias de Saúde seja o mais adequado possível.

4. ÁREA REQUISITANTE

- 4.1. A área requisitante é a Diretoria de Planejamento e Portfólio de Projetos, por meio da Coordenadoria de Estudos, Planejamento e Projetos do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC, em apoio aos Entes Consorciados (Distrito Federal e os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins), representados por suas respectivas Secretarias de Estado de Saúde.
- 4.2. A demanda foi consolidada a partir das informações formalmente encaminhadas pelas Secretarias de Saúde dos entes consorciados em resposta ao Ofício Circular nº 17/2025 – BRC/SEC-EX (SEI 180624608), conforme ofícios recebidos:
- a) Distrito Federal: Ofício nº 854/2025/SES/SULOG – SEI 185014685;
 - b) Goiás: Ofício nº 7104/2025/SES/GO – SEI 185017162;
 - c) Maranhão: Ofício nº 9967/2025/GAB/SES/MA – SEI 185271800;
 - d) Mato Grosso: Ofício nº 38537/2025/SUPUE/SES/MT – SEI 185272668;
 - e) Mato Grosso do Sul: Ofício nº 12447/2025/CDS/SES/MS – SEI 186212685;
 - f) Rondônia: Ofício nº 50712/2025/SESAU-CCMJ/SES/RO – SEI 185022028;
 - g) Tocantins: Ofício nº 109/2025/SES/SAEL/DSH/TO – SEI nº 185022829.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Especificações Técnicas do Objeto

5.1.1. Os medicamentos objeto desta contratação compreendem 177 (cento e setenta e sete) princípios ativos, organizados em 251 (duzentos e cinquenta e um) itens, divididos em duas categorias:

a) Itens destinados ao atendimento de demandas decorrentes de ações judiciais (identificados com a expressão 'AÇÃO JUDICIAL' ao final da descrição): itens 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 99, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 113, 115, 117, 119, 121, 123, 125, 127, 129, 131, 133, 135, 137, 139, 141, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198.

b) Itens destinados ao atendimento de demandas decorrentes de padronização nos serviços de tratamento oncológico: itens 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 126, 128, 130, 132, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251.

5.1.2. A planilha de demandas consolidada (PLANILHA DE DEMANDAS PREGÃO SRP ONCOLOGIA-BrC – SEI 186219532) contendo todos os itens, quantitativos por ente e demanda total é parte integrante deste Termo de Referência e encontra-se transcrita na Seção 7 (Estimativas de Quantidades).

5.1.3. Em caso de divergência entre a especificação presente neste Termo de Referência e aquela contida no Sistema Comprasnet (Código CATMAT), a especificação descrita no Termo de Referência terá precedência.

5.1.4. As unidades de fornecimento a serem consideradas serão aquelas explicitadas no detalhamento correspondente a cada item.

5.2. Coeficiente de Adequação de Preço (CAP)

5.2.1. Nos termos da Resolução nº 3, de 2 de março de 2011, e da Resolução CM-CMED nº 3/2025, o Coeficiente de Adequação de Preço (CAP) corresponde a um desconto mínimo obrigatório, que deve ser aplicado sempre que houver a comercialização de medicamentos constantes do rol anexo à Resolução CTE-CMED nº 6, de 27 de maio de 2021, bem como nos casos de fornecimento de medicamentos destinados ao atendimento de demandas decorrentes de ações judiciais.

5.2.2. Para os itens destinados a atender demanda decorrente de ações judiciais (alínea 'a' do item 5.1.1) é obrigatório que sejam contemplados com o desconto mínimo do Coeficiente de Adequação de Preço (CAP) (Resolução CM-CMED nº 3/2011; Resolução CM-CMED nº 3/2025).

5.2.3. **Quanto aos itens decorrentes de padronização (alínea 'b' do item 4.1.1),** deverá haver a aplicação do desconto mínimo do CAP conforme previsto no rol do Anexo à Resolução CTE-CMED nº 6/2021 especificamente para os itens: 12; 14; 16; 18; 36; 38; 46; 48; 60; 62; 68; 74; 78; 80; 82; 84; 88; 92; 94; 104; 110; 118; 126; 142; 144; 204; 205; 244.

5.3. Fundamentação Legal

5.3.1. A presente contratação reger-se-á pelas seguintes disposições legais e regulamentares:

- 1) Lei nº 14.133/2021 – estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 2) Regulamento de Licitações e Contratos do BrC (Resolução nº 04/2023) – normativo que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, definindo e disciplinando os procedimentos de contratação de bens, serviços e obras no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC;
- 3) Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar 155/2016 – institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 4) Lei nº 6.360/1976 – Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos;
- 5) Decreto nº 8.077/2013 – Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário;
- 6) Lei nº 9.782/1999 – Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 7) Lei nº 9.787/1999 – Estabelece o medicamento genérico;
- 8) Lei nº 5.991/1973 – Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos;
- 9) Resolução CMED nº 3/2011 e Resolução CM/CMED nº 3/2025 – Dispõem sobre o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP;
- 10) Resolução CTE-CMED nº 6/2021 – Divulga o novo rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o CAP;
- 11) RDC Anvisa nº 16/2014, RDC Anvisa nº 275/2019, RDC Anvisa nº 430/2020, RDC Anvisa nº 658/2022 (alterada pela RDC nº 972/2025), RDC Anvisa nº 768/2022 (alterada pela RDC nº 981/2025), RDC Anvisa nº 576/2021, RDC Anvisa nº 625/2022 e RDC Anvisa nº 860/2024 – Normas sanitárias aplicáveis ao setor farmacêutico;
- 12) Portaria SVS/MS nº 344/1998 – Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial;
- 13) Instrução Normativa nº 106/2021 – Lista de Medicamentos de Baixo Risco sujeitos à notificação.

5.3.2. Sem prejuízo da fundamentação jurídica específica, a execução do objeto deverá observar, no que couber, as normas e diretrizes de política pública aplicáveis à assistência oncológica no âmbito do SUS, especialmente:

- 1) Lei nº 12.732/2012 – Dispõe sobre o prazo para início do tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada;
- 2) Lei nº 14.758/2023 – Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS;
- 3) Portaria GM/MS nº 6.324/2024 – Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename 2024;
- 4) Portarias GM/MS nº 6.590/2025, 6.591/2025 e 6.592/2025 – Regulamentam a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPCC;
- 5) Portaria GM/MS nº 8.477/2025 – Institui o Componente da Assistência Farmacêutica em Oncologia (AF-Onco).

5.4. Requisitos de Habilitação

5.4.1. A documentação de habilitação será exigida da licitante classificada em primeiro lugar, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BrC.

5.4.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao SICAF, ao CEIS, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ) e à Lista de Inidôneos do TCU.

5.4.3. As licitantes deverão apresentar documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e habilitação técnica. Os arquivos em PDF deverão ser encaminhados: com tamanho máximo de 20 MB; pesquisáveis; com permissão de agrupamento de documentos; com permissão de extração de páginas, em resolução mínima de 300 dpi; sem compactação em ZIP.

5.5. Habilitação Jurídica

5.5.1. Para fins de habilitação jurídica, as licitantes deverão apresentar documentação comprobatória de constituição regular e de aptidão para o exercício da atividade compatível com o objeto da contratação, além das seguintes autorizações:

a) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) – válida e compatível com o objeto da contratação, expedida pela Anvisa conforme RDC Anvisa nº 16/2014, obrigatória para empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano;

b) Autorização Especial (AE) – válida e compatível com o objeto da contratação, expedida pela Anvisa conforme RDC Anvisa nº 16/2014, obrigatória para empresas que realizem atividades que envolvam insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial conforme Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas alterações.

5.6. Habilitação Técnica

5.6.1. Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica em nome da licitante, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos do objeto a ser licitado, observadas as seguintes condições:

a) Será aceito o somatório de atestados ou declarações que comprove a capacidade técnica, desde que reste demonstrado o fornecimento concomitante com o objeto a ser licitado;

b) O Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica (único ou somados) deverá(ão) corresponder a no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item que apresentar proposta (Acórdão TCU nº 2696/2019 – 1ª Câmara; art. 67, § 2º, VI da Lei 14.133/2021);

c) O(s) Atestado(s) ou Declaração(ões) deverão estar em papel timbrado do órgão ou entidade pública ou empresa privada, contendo assinatura do responsável, dados completos da organização (Razão Social, CNPJ, Endereço, CEP, Telefone), nome do produto e quantidade fornecida;

d) Caso não seja possível informar quantidade na menor unidade de compra, informar quantidade por embalagem/caixa;

e) O(s) Atestado(s) deverão se referir ao ramo do objeto licitado, compatíveis com a atividade econômica principal e/ou secundária da empresa.

5.6.2. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, de titularidade da proponente, para atividade desenvolvida pela empresa (produção, importação, armazenamento, distribuição ou comercialização de medicamentos), emitida pela Vigilância Sanitária competente.

5.7. Documentação Complementar (pós-lance)

5.7.1. Após a fase de lances, o licitante vencedor deverá apresentar, no prazo estipulado no Edital:

a) Registro do Medicamento ou da Notificação Simplificada ou do Certificado de Dispensa de Registro, emitido pela Anvisa – cópia da publicação no DOU ou emitida eletronicamente pelo sítio da Anvisa, devidamente legível e com indicação da validade;

b) Bula completa do medicamento ofertado, conforme registrada na Anvisa/MS (quando o medicamento for importado e a bula estiver em língua estrangeira, deverá ser traduzida por tradutor juramentado);

c) Tabela CMED – cópia da página pertinente disponível no sítio <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>, com grifo para destacar o medicamento ofertado, considerando marca, laboratório fabricante e embalagem proposta;

d) Declaração do Fabricante ou Atestado de Vinculação Comercial, conforme modelos constantes do Anexo II deste Termo de Referência, nos termos da RDC Anvisa nº 430/2020;

e) Declaração de que o medicamento ofertado não consta da tabela CMED, quando aplicável (Resolução CMED nº 3/2010);

f) Declaração do Detentor de Registro (DDR), quando a importação for realizada por terceiro que não o detentor do registro junto à Anvisa.

5.8. Requisitos da Proposta

5.8.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da divulgação do Edital de Licitação, e serão selecionadas pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme o inciso I do art. 33 da Lei 14.133/2021.

- 5.8.2. A proposta da empresa, em papel timbrado, datada e assinada, deverá conter: nome da proponente; endereço completo; contatos, incluindo e-mail válido; número do CNPJ; data da validade da proposta; declaração de conformidade com o Edital; especificações do item (DCB, nome comercial/marca, detentor do registro, fabricante, número de registro Anvisa de 13 dígitos, embalagem proposta); indicação de uma única marca por item; no caso de importados, país de origem.
- 5.8.3. Na proposta apresentada deverá constar preço unitário e total do item, inclusos todos os tributos (inclusive isenção de ICMS prevista em Convênios CONFAZ, se aplicável), embalagens, encargos sociais, frete, seguro e demais despesas, discriminados conforme modelo do Anexo I.
- 5.8.4. O ICMS a ser considerado é o percentual praticado pelo Distrito Federal, sede do Consórcio Brasil Central.
- 5.8.5. A proposta deverá indicar expressamente a aplicação do CAP, quando aplicável, e não poderá apresentar preços superiores ao da Tabela CMED.
- 5.8.6. Não será admitida proposta parcial dos itens. Não será permitida a participação de consórcios de empresas nem de sociedades cooperativas, pelas razões expostas na Seção 6 deste Termo de Referência.
- 5.8.7. Drogarias e Farmácias são impedidas de fornecer medicamentos aos órgãos públicos, estando autorizadas pela Anvisa apenas à Dispensação (fornecimento direto ao consumidor final), de acordo com a RDC Anvisa nº 275/2019.
- 5.9. **Vigência da Validade dos Medicamentos**
- 5.9.1. Os licitantes vencedores devem apresentar Declaração de Compromisso de que, no ato da entrega, os medicamentos conterão no mínimo 70% (setenta por cento) da vigência de sua validade.
- 5.9.2. Para medicamentos com vigência de validade entre 50% e 69%, os licitantes poderão efetuar a entrega, desde que apresentem Carta de Compromisso de Troca (Anexo III).
- 5.9.3. Para fornecimento de medicamentos com validade inferior a 50%, as Secretarias de Estado de Saúde deverão ser prévia e expressamente consultadas. A Carta de Compromisso de Troca deve ser encaminhada obrigatoriamente para o Consórcio Brasil Central via e-mail compras@brasilcentral.gov.br.
- 5.9.4. A Carta de Compromisso de Troca deverá prever o prazo de 20 (vinte) dias úteis para efetuar a troca do medicamento não dispensado, a contar da data de solicitação da troca pela Secretaria de Estado de Saúde requisitante.
- 5.10. **Vedações**
- 5.10.1. É vedada a participação de consórcio de empresas, uma vez que o objeto não é considerado de alta complexidade ou de grande vulto. As empresas podem, de forma isolada, participar da licitação e executar o objeto. A vedação não prejudica a competitividade do certame e facilita a análise dos documentos de habilitação.
- 5.10.2. Fica vedada a participação de sociedades cooperativas no presente certame, em razão da incompatibilidade do objeto licitado (aquisição de medicamentos sujeitos a rigorosos critérios técnicos e regulatórios) com as hipóteses de contratação de cooperativas, nos termos do art. 43 do Anexo IV do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio BrC.
- 5.11. **Subcontratação**
- 5.11.1. Fica vedada a subcontratação total do objeto.
- 5.11.2. Admitir-se-á a subcontratação parcial de atividades acessórias ou complementares, tais como transporte, logística ou armazenagem.
- 5.11.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive quanto aos atos praticados por eventuais subcontratados.
6. **LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIADA**
- 6.1. **Soluções Identificadas**
- 6.1.1. Para o atendimento da necessidade de aquisição de medicamentos oncológicos, foram identificadas as seguintes soluções de mercado:
- a) Aquisição direta por cada ente consorciado, individualmente, mediante processos licitatórios próprios;
 - b) Adesão a Atas de Registro de Preços de outros entes federativos (carona);
 - c) Compra centralizada via Ministério da Saúde (aquisição centralizada por órgão federal);
 - d) Compras compartilhadas via consórcio público, mediante Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços (SRP) gerenciado pelo BrC.
- Avaliação das Soluções**
- 6.1.2. A aquisição individual por cada ente apresenta desvantagens significativas: menor poder de negociação, custos administrativos mais elevados, fragmentação das compras com impacto negativo na formação de preços, e sobrecarga das equipes técnicas das Secretarias de Saúde. Ademais, a realização de múltiplos processos licitatórios para os mesmos medicamentos representa ineficiência sistêmica e risco de desabastecimento.
- 6.1.3. A adesão a atas de outros entes ('carona') não garante disponibilidade de todos os itens necessários, tampouco assegura preços compatíveis com a realidade regional. Além disso, impõe limitações quantitativas e não contempla os itens específicos para demandas judiciais dos entes consorciados.

6.1.4. A compra centralizada pelo Ministério da Saúde, embora prevista na nova Portaria AF-Onco (GM/MS nº 8.477/2025), ainda não está operacionalizada, dependendo de regulamentação complementar que deverá definir a listagem de medicamentos e a pactuação entre os entes federativos. Atualmente apenas 14 medicamentos oncológicos, considerando suas diferentes concentrações e apresentações, têm previsão de compra centralizada direta pelo Ministério da Saúde.

6.1.5. As compras compartilhadas via Consórcio Brasil Central demonstraram ser a alternativa mais adequada, combinando economia de escala com agilidade operacional e atendimento integral à demanda consolidada dos sete entes.

Experiência Histórica – Participação de ME/EPP

6.1.6. O Consórcio Brasil Central, responsável pelo gerenciamento das atas de registro de preços de medicamentos para tratamento oncológicos, fundamenta a decisão de **não adotar cotas exclusivas ou reservadas para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)** com base em dados históricos, impactos operacionais, bem como na legislação específica aplicável à matéria.

6.1.7. No ano de 2022, o Consórcio BrC realizou 3 (três) pregões eletrônicos para licitar 134 medicamentos, sendo que em 2 (dois) pregões previam cotas reservadas para as ME/EPP e 1 (um) pregão foi destinado à cota preferencialmente exclusiva para ME/EPP.

6.1.8. Dos 134 medicamentos licitados, **106 medicamentos foram destinados à cota reservada à ME/EPP**, tendo como resultados:

- a) 42 medicamentos foram desertos ou fracassados
- b) 64 medicamentos foram adjudicados, dos quais apenas 03 para fornecimento por ME/EPP.

6.1.9. Dos 134 medicamentos licitados, **28 medicamentos foram destinados à cota preferencialmente exclusiva à ME/EPP**, tendo como resultados:

- a) 27 medicamentos foram desertos/fracassados
- b) 01 medicamento foi adjudicado para EPP.

6.1.10. Mesmo com a repetição do pregão eletrônico para os medicamentos desertos e fracassados, **dos 67 medicamentos licitados, 29 foram desertos e fracassados. Dos 38 medicamentos adjudicados, somente 7 tiveram como vencedor empresa ME/EPP.**

6.1.11. No ano de 2023, o Consórcio BrC realizou 3 (três) pregões eletrônicos para licitar 138 medicamentos, sendo que em 2 (dois) pregões previam cotas reservadas para as ME/EPP e 1 (um) pregão foi destinado à cota preferencialmente exclusiva para ME/EPP.

6.1.12. Dos 138 medicamentos licitados, **118 medicamentos foram destinados à cota reserada à ME/EPP**, tendo como resultados:

- a) 33 foram desertos ou fracassados,
- b) 85 medicamentos foram adjudicados, dos quais apenas 07 foram conquistados por ME/EPP.

6.1.13. Dos 138 medicamentos licitados, **20 medicamentos foram destinados à cota preferencialmente exclusiva à ME/EPP**, tendo como resultados:

- a) 12 medicamentos foram desertos/fracassados;
- b) 01 medicamento foi adjudicado para EPP.

6.1.14. Esses resultados evidenciam que a reserva de cotas não apenas limitou a competitividade, mas também não alcançou o objetivo de fomentar a participação efetiva de ME/EPP conforme previsto na LC 123/2006, gerando prejuízos à eficiência do processo.

6.1.15. A Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015 permitem o afastamento do tratamento diferenciado quando houver prejuízo ao interesse público, ausência de fornecedores competitivos ou desvantagem econômica:

*Decreto nº **DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015**:*

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; (destacamos)

6.1.16. No caso em análise, a divisão de itens em cotas reservadas ou exclusivas fragilizou a atração de empresas com capacidade técnica e logística para suprir demandas complexas, prejudicando o alcance da economicidade e eficiência.

6.1.17. A experiência prática do Consórcio BrC demonstra que a reserva de cotas reduziu o número de participantes qualificados, aumentando o risco de licitações desertas e elevando custos indiretos. **Nos pregões realizados em 2023, por exemplo, 45 medicamentos (33 na cota reservada e 12 na exclusiva) foram desertos ou fracassados.** A concentração das aquisições em licitações únicas, sem divisão de cotas, amplia a competitividade e atrai empresas com maior capacidade de entrega, garantindo preços mais vantajosos e cumprimento de prazos.

6.1.18. Quando nos atentamos ao Art. 4º da Lei 14.133/2021 verificamos ainda a necessidade de acompanhamento das contratações firmadas com a Adiminsitração Pública, quanto à limitação das ME/EPP, admitidas para fins de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte. Visto que são operações bastante dinâmicas, sendo que no próprio pregão a ser realizado pelo Consórcio Brasil Central corre-se o risco de estrapolar o limite previsto em lei, teríamos maior fragilidade de todo processo:

*Lei nº **14.133, DE 1º ABRIL DE 2021***

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

6.1.19. Diante todo exposto e que a decisão do Consórcio BRC está alinhada ao interesse público e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.957/2012), que reconhece a legitimidade de afastar a exclusividade quando comprovada a insuficiência de fornecedores ou riscos à execução adequada do objeto, realizaremos Pregão Eletrônico contendo somente cotas para ampla concorrência; o que não impede de ME/EPP participarem porém sem os benefícios previstos na LC 123/2006 e Lei 14.133/2021.

6.1.20. Para maior competitividade no certame, a adjudicação será feita por item em atenção ao disposto na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7.1. Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços

7.1.1. A solução escolhida é a realização de Pregão Eletrônico para constituição de Ata de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021 e no Regulamento de Licitações e Contratos do BrC (Resolução nº 04/2023). Medicamentos são considerados bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

7.1.2. O Sistema de Registro de Preços apresenta as seguintes vantagens que justificam a sua adoção:

- a) Redução da burocracia: realização de licitação única, cujos resultados poderão ser utilizados para tantas contratações quantas forem necessárias dentro do prazo de vigência da Ata;
- b) Possibilidade de contratação imediata, tão logo identificada a necessidade administrativa, eliminando o risco de desabastecimento durante a realização de novos processos licitatórios;
- c) Satisfação de necessidades comuns a diversos órgãos – os sete entes consorciados se beneficiam dos resultados de um único certame, com ganhos econômicos derivados da ampliação da escala de fornecimento;
- d) Variação de quantitativos – o SRP contempla a possibilidade de cada ente realizar a contratação/empenho com quantitativo específico, conforme necessidade efetiva em momentos distintos.

7.2. Critério de Julgamento

7.2.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 56 do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Brasil Central e da Súmula nº 247 do TCU (adjudicação por item).

7.2.2. A adoção do critério de menor preço unitário revela-se tecnicamente adequada, considerando que a pesquisa de preços foi estruturada com base em valores unitários praticados no mercado público.

7.2.3. A relação de medicamentos contempla itens submetidos a distintos regimes regulatórios da CMED, com incidência seletiva do CAP, o que afasta a adoção uniforme do critério de maior desconto sobre tabela oficial.

7.3. Utilização da Ata de Registro de Preços

7.3.1. Para fins deste Termo de Referência, serão considerados: (a) Órgão gerenciador: Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC); e (b) Órgãos participantes: o Distrito Federal e os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

7.3.2. Os órgãos participantes poderão solicitar o remanejamento de quantitativos disponibilizados por outros entes. O aproveitamento desses saldos fica condicionado à autorização prévia do Consórcio Brasil Central e ao consentimento expresso do ente detentor do saldo remanejado, conforme art. 30, §§ 2º e 6º do Decreto nº 11.462/2023.

7.3.3. O Consórcio não possui obrigação de realizar contratações com base no SRP, nem nas quantidades estimadas, podendo optar por outros meios de aquisição, desde que respeitada a legislação vigente. No entanto, será assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7.3.4. O presente certame se limitará a atender as demandas do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

7.3.5. A não adoção de Intenção de Registro de Preços (IRP) mostra-se a alternativa mais eficiente para garantir a entrega oportuna dos itens, em razão do alto grau de complexidade logística e da necessidade de assegurar o abastecimento contínuo dos entes consorciados.

7.4. Utilização da Ordem de Fornecimento em Substituição ao Contrato

7.4.1. Tendo em vista que, de acordo com o art. 95 da Lei 14.133/2021, o contrato é facultativo na hipótese de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos (prazo de entrega de até 30 dias, conforme art. 6º, X, da mesma Lei), o Consórcio Brasil Central, consoante com o inciso II do art. 95 da Lei 14.133/2021 e o inciso II do Parágrafo único do art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos do BrC, utiliza a Ordem de Fornecimento (Anexo IV) em substituição ao contrato nas aquisições de medicamentos.

7.4.2. Essa alternativa visa evitar a formalização de contrato a cada Requisição de Medicamentos encaminhada pelos sete entes consorciados, tornando o processo mais ágil e reduzindo burocracia, sem prejuízo da segurança jurídica.

7.4.3. A Procuradoria do Estado do Mato Grosso, por meio do Parecer 1.141/2023-SGAC-PGE-MT, manifestou-se favorável à utilização da Ordem de Fornecimento, assegurando sua conformidade com as disposições do Edital e demais normas aplicáveis.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

8.1. Metodologia de Apuração

8.1.1. Em consonância com o art. 19 do Decreto nº 6.017/2007 e com o Estatuto do Consórcio Brasil Central, os quantitativos foram consolidados a partir das informações formalmente encaminhadas pelas Secretarias de Saúde dos entes consorciados em resposta ao Ofício Circular nº 17/2025 – BRC/SEC-EX (SEI 180624608).

8.1.2. O método de programação adotado pelos entes consorciados corresponde, em regra, ao Método de Consumo Histórico previsto no Caderno de Logística de Medicamentos da Coleção Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica (UFSC, 2016).

8.1.3. A Equipe de Planejamento procedeu à consolidação padronizada das informações recebidas, considerando: o consumo médio histórico informado; o saldo de estoque declarado na data-base; a projeção de crescimento da demanda; e a margem de segurança de até 20%, conforme deliberado em reunião do Grupo Técnico de Oncologia-BrC.

8.1.4. A margem de segurança de até 20% foi deliberada em reunião do Grupo Técnico de Oncologia-BrC com representantes das Secretarias de Saúde, considerando: histórico de consumo; possibilidade de novos diagnósticos; indicação de tecnologia para novos protocolos de tratamento; variação de esquemas terapêuticos. Tal percentual não configura superestimativa desarrazoada, permanece em patamar conservador e permite absorver variações de consumo, reduzindo o risco de ruptura de estoque.

8.1.5. As informações relativas a consumo, estoque, definição da margem de segurança e quantitativo final demandado são de responsabilidade exclusiva das Secretarias de Saúde dos entes consorciados, presumindo-se a legitimidade e a veracidade das informações prestadas.

8.1.6. Os quantitativos indicados representam limite máximo estimado para fins de Registro de Preços, não constituindo obrigação de contratação integral.

8.1.7. A compilação e consolidação resultaram na PLANILHA DE DEMANDAS PREGÃO SRP ONCOLOGIA-BrC 2025 (SEI 186219532), contendo 177 medicamentos, correspondentes a 251 itens, conforme transcrito a seguir.

Planilha de Demandas Consolidada

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL CENTRAL - BrC													
PLANILHA DE DEMANDAS PREGÃO SRP ONCOLOGIA-BrC 2026													
DEMANDA	ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de compra	DEMANDA DISTRITO FEDERAL	DEMANDA GOIÁS	DEMANDA MARANHÃO	DEMANDA MATO GROSSO	DEMANDA MATO GROSSO DO SUL	DEMANDA RONDÔNIA	DEMANDA TOCANTINS	QUANTIDADE TOTAL SOLICITADA ONCOLOGIA 2025	PREÇO UNIT	TOTAL
AÇÃO JUDICIAL	1	Leuprorrelina, Acetato, 45 mg, pós liófilo para injetável, com sistema de aplicação. - AÇÃO JUDICIAL	seringa	0	0	0	4	0	0	0	4	R\$ 1.316,47	R\$ 5.265,88
PADRONIZADO	2	Leuprorrelina, Acetato, 45 mg, pós liófilo para injetável, com sistema de aplicação.	seringa	0	0	0	180	0	0	1.728	1.908	R\$ 1.316,47	R\$ 2.511.824,76
AÇÃO JUDICIAL	3	Leuprorrelina, Acetato, 7,5 mg, pós liófilo para injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	4	0	0	0	4	R\$ 250,79	R\$ 1.003,16
PADRONIZADO	4	Leuprorrelina, Acetato, 7,5 mg, pós liófilo para injetável	frasco-ampola	0	40	0	0	0	0	168	208	R\$ 250,79	R\$ 52.164,32
AÇÃO JUDICIAL	5	Ácido Folinico (Folinato de Cálcio) 15mg,	comprimido	0	0	0	0	0	5.530	0	5.530	R\$ 1,65	R\$ 9.124,50

		comprimido - AÇÃO JUDICIAL											
PADRONIZADO	6	Ácido Fólinico (Folinato de Cálcio) 15mg, comprimido	comprimido	0	690	0	0	800	0	864	2.354	R\$ 2,42	R\$ 5.696,68
AÇÃO JUDICIAL	7	Ácido Fólinico (Folinato de Cálcio) 50mg, pó liofilizado para solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	0	0	480	0	480	R\$ 27,66	R\$ 13.276,80
PADRONIZADO	8	Ácido Fólinico (Folinato de Cálcio) 50mg, pó liofilizado para solução injetável	frasco-ampola	9302	2250	4428	552	6400	0	0	22.932	R\$ 27,66	R\$ 634.299,12
AÇÃO JUDICIAL	9	Ácido Zoledrônico 4mg, pó liofilizado para solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	24	0	5	2	0	0	31	R\$ 40,66	R\$ 1.260,46
PADRONIZADO	10	Ácido Zoledrônico 4mg, pó liofilizado para solução injetável	frasco-ampola	403	140	1128	150	418	0	2232	4.471	R\$ 40,66	R\$ 181.790,86
AÇÃO JUDICIAL	11	Abiraterona, acetato 250mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	6912	140000	0	3744	23160	0	0	173.816	R\$ 4,69	R\$ 815.197,04
PADRONIZADO	12	Abiraterona, acetato 250mg, comprimido	comprimido	45115	2500	173184	7200	15420	0	197280	440.699	R\$ 4,69	R\$ 2.066.878,31
AÇÃO JUDICIAL	13	Acetato de gosserrelina - Dosagem: 3,6 mg; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha. - AÇÃO JUDICIAL	seringa	0	0	0	0	0	14	0	14	R\$ 618,59	R\$ 8.660,26
PADRONIZADO	14	Acetato de gosserrelina - Dosagem: 3,6 mg; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha.	seringa	29	0	0	0	303	0	60	392	R\$ 618,59	R\$ 242.487,28
AÇÃO JUDICIAL	15	Acetato de gosserrelina 10,8 mg, liberação prolongada; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha - AÇÃO JUDICIAL	seringa	0	0	0	10	40	14	0	64	R\$ 1.489,50	R\$ 95.328,00
PADRONIZADO	16	Acetato de gosserrelina 10,8 mg, liberação prolongada; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha	seringa	1.210	0	1.308	0	274	0	360	3.152	R\$ 1.489,50	R\$ 4.694.904,00
AÇÃO JUDICIAL	17	Alfaepoetina 10.000UI, injetável - AÇÃO JUDICIAL	ampola	0	336	0	0	0	0	0	336	R\$ 60,03	R\$ 20.170,08
PADRONIZADO	18	Alfaepoetina 10.000UI, injetável	ampola	2347	0	0	0	850	0	0	3.197	R\$ 60,03	R\$ 191.915,91
AÇÃO JUDICIAL	19	Anastrozol 1 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	720	0	1080	1080	0	0	2.880	R\$ 0,25	R\$ 720,00

PADRONIZADO	20	Anastrozol 1 mg, comprimido	comprimido	152323	35500	46332	25000	15780	0	136800	411.735	R\$ 0,25	R\$ 102.933,75
AÇÃO JUDICIAL	21	Atezolizumabe 60 mg/ml, solução pra infusão, frasco 20 ml - AÇÃO JUDICIAL	frasco 20 ml	0	0	0	32	10	14	5	61	R\$ 21.848,30	R\$ 1.332.746,30
PADRONIZADO	22	Atezolizumabe 60 mg/ml, solução pra infusão, frasco 20 ml	frasco 20 ml	0	0	0	18	0	0	0	18	R\$ 25.675,53	R\$ 462.159,54
AÇÃO JUDICIAL	23	Azacitidina 100 mg, pó liófilo para injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	5040	0	255	84	120	0	5.499	R\$ 238,20	R\$ 1.309.861,80
PADRONIZADO	24	Azacitidina 100 mg, pó liófilo para injetável	frasco-ampola	0	0	1128	0	461	0	0	1.589	R\$ 362,67	R\$ 576.282,63
AÇÃO JUDICIAL	25	Azul patente 2,5% (25 mg/ml), solução injetável, ampola 2 ml - AÇÃO JUDICIAL	ampola 2 ml	0	0	0	0	0	276	0	276	R\$ 43,81	R\$ 12.091,56
PADRONIZADO	26	Azul patente 2,5% (25 mg/ml), solução injetável, ampola 2 ml	ampola 2 ml	677	0	0	170	115	0	0	962	R\$ 43,81	R\$ 42.145,22
AÇÃO JUDICIAL	27	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 16 ml - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 16 ml	43	2394	0	437	312	84	20	3.290	R\$ 1.165,67	R\$ 3.835.054,30
PADRONIZADO	28	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 16 ml	frasco-ampola 16 ml	0	0	0	0	570	0	0	570	R\$ 1.165,67	R\$ 664.431,90
AÇÃO JUDICIAL	29	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 4 ml - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 4 ml	0	1620	0	521	360	120	0	2.621	R\$ 237,67	R\$ 622.933,07
PADRONIZADO	30	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 4 ml	frasco-ampola 4 ml	0	0	0	0	202	0	0	202	R\$ 237,67	R\$ 48.009,34
AÇÃO JUDICIAL	31	Bicalutamida 50 mg - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3600	0	0	0	0	0	3.600	R\$ 0,90	R\$ 3.240,00
PADRONIZADO	32	Bicalutamida 50 mg	comprimido	8640	2600	14520	2700	10920	0	36000	75.380	R\$ 0,90	R\$ 67.842,00
AÇÃO JUDICIAL	33	Blinatumomabe 38,5mcg pó liofilizado solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	3.360	0	81	75	14	0	3.530	R\$ 9.054,80	R\$ 31.963.444,00
PADRONIZADO	34	Blinatumomabe 38,5mcg pó liofilizado solução injetável	frasco-ampola	0	0	0	0	1.530	0	0	1.530	R\$ 9.054,80	R\$ 13.853.844,00
AÇÃO JUDICIAL	35	Bortezomibe 3,5 mg, solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	10	0	84	0	94	R\$ 38,32	R\$ 3.602,08
PADRONIZADO	36	Bortezomibe 3,5 mg, solução injetável	frasco-ampola	0	0	1764	0	807	0	936	3.507	R\$ 38,32	R\$ 134.388,24
AÇÃO JUDICIAL	37	Brentuximabe vedotina 50 mg, pó liófilo para injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	1.566	0	138	160	0	0	1.864	R\$ 14.830,70	R\$ 27.644.424,80
PADRONIZADO	38	Brentuximabe vedotina 50 mg, pó liófilo para	frasco-ampola	0	0	0	0	384	0	0	384	R\$ 14.830,70	R\$ 5.694.988,80

		injetável											
AÇÃO JUDICIAL	39	Capecitabina 500 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	0	0	430	0	430	R\$ 1,96	R\$ 842,80
PADRONIZADO	40	Capecitabina 500 mg, comprimido	comprimido	103680	22600	79992	32000	30480	0	144000	412.752	R\$ 1,96	R\$ 808.993,92
AÇÃO JUDICIAL	41	Cetuximabe 5 mg/ml, injetável (cetuximabe 100 mg) - AÇÃO JUDICIAL	frasco 20ml	0	990	0	80	324	48	0	1.442	R\$ 834,26	R\$ 1.203.002,92
PADRONIZADO	42	Cetuximabe 5 mg/ml, injetável (cetuximabe 100 mg)	frasco 20ml	0	0	492	0	519	0	0	1.011	R\$ 1.057,66	R\$ 1.069.294,26
AÇÃO JUDICIAL	43	Ciclofosfamida 1 g, pó liofilizado para solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	0	60	540	0	600	R\$ 62,12	R\$ 37.272,00
PADRONIZADO	44	Ciclofosfamida 1 g, pó liofilizado para solução injetável	frasco-ampola	907	300	1.536	336	1.110	0	2.160	6.349	R\$ 62,12	R\$ 394.399,88
AÇÃO JUDICIAL	45	Ciclosporina 100 mg; cápsula gelatinosa - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	0	0	0	1080	1670	0	3.614	R\$ 9,41	R\$ 34.007,74
PADRONIZADO	46	Ciclosporina 100 mg; cápsula gelatinosa	comprimido	134856	0	0	0	750	0	0	135.606	R\$ 9,41	R\$ 1.276.052,46
AÇÃO JUDICIAL	47	Ciclosporina 50 mg; cápsula gelatinosa - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	0	1080	780	0	1.860	R\$ 4,75	R\$ 8.835,00
PADRONIZADO	48	Ciclosporina 50 mg; cápsula gelatinosa	comprimido	205978	0	0	0	1150	0	0	207.128	R\$ 4,75	R\$ 983.858,00
AÇÃO JUDICIAL	49	Cladribina 8 mg (1 mg/ml, frasco 8ml)- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 8ml	0	984	0	0	20	0	0	1.004	R\$ 1.381,71	R\$ 1.387.236,84
PADRONIZADO	50	Cladribina 8 mg (1 mg/ml, frasco 8ml)	frasco-ampola 8ml	0	0	0	0	173	0	60	233	R\$ 1.760,80	R\$ 410.266,40
AÇÃO JUDICIAL	51	Clorambucila 2 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	204	0	0	0	0	0	204	R\$ 3,00	R\$ 612,00
PADRONIZADO	52	Clorambucila 2 mg	comprimido	0	0	1.752	0	1.525	0	6.120	9.397	R\$ 3,78	R\$ 35.520,66
AÇÃO JUDICIAL	53	Dasatinibe 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	2700	0	0	720	0	0	3.420	R\$ 180,00	R\$ 615.600,00
PADRONIZADO	54	Dasatinibe 100 mg	comprimido	0	0	22644	0	4650	0	1440	28.734	R\$ 180,00	R\$ 5.172.120,00
AÇÃO JUDICIAL	55	Doxorrubicina lipossomal peguillado 2 mg/ml, suspensão injetável, de liberação prolongada frasco-ampola 10ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 10 ml	0	0	0	0	96	0	0	96	R\$ 1.189,52	R\$ 114.193,92
PADRONIZADO	56	Doxorrubicina lipossomal peguillado 2 mg/ml, suspensão injetável, de liberação prolongada frasco-ampola 10ml	frasco-ampola 10 ml	0	0	348	60	0	0	504	912	R\$ 1.189,52	R\$ 1.084.842,24
AÇÃO JUDICIAL	57	Enzalutamida 40 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	5.184	36.000	0	6.692	13.440	0	0	61.316	R\$ 80,92	R\$ 4.961.690,72
PADRONIZADO	58	Enzalutamida 40 mg	comprimido	0	0	0	0	21.960	0	0	21.960	R\$ 102,08	R\$ 2.241.676,80

AÇÃO JUDICIAL	59	Alfaepoetina Concentração: 4.000 UI, Forma Farmaceutica: Injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	173	0	0	0	72	3864	0	4.109	R\$ 18,70	R\$ 76.838,30
PADRONIZADO	60	Alfaepoetina Concentração: 4.000 UI, Forma Farmaceutica: Injetável	frasco-ampola	9346	450	4344	240	1296	0	0	15.676	R\$ 18,70	R\$ 293.141,20
AÇÃO JUDICIAL	61	Erlotinibe 150 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	720	0	360	0	0	0	1.080	R\$ 67,73	R\$ 73.148,40
PADRONIZADO	62	Erlotinibe 150 mg	comprimido	0	0	0	0	690	0	0	690	R\$ 67,73	R\$ 46.733,70
AÇÃO JUDICIAL	63	Everolimo 10 mg, comprimido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	3960	0	720	1080	340	0	6.964	R\$ 88,32	R\$ 615.060,48
PADRONIZADO	64	Everolimo 10 mg, comprimido	comprimido	0	0	1104	0	0	0	0	1.104	R\$ 88,32	R\$ 97.505,28
AÇÃO JUDICIAL	65	Exemestano 25 mg,- AÇÃO JUDICIAL	drágea ou comprimido	432	720	0	720	0	0	0	1.872	R\$ 3,95	R\$ 7.394,40
PADRONIZADO	66	Exemestano 25 mg,	drágea ou comprimido	0	1000	1188	1800	1830	0	0	5.818	R\$ 3,95	R\$ 22.981,10
AÇÃO JUDICIAL	67	Filgrastim 300 mcg, injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	20	0	948	0	968	R\$ 31,99	R\$ 30.966,32
PADRONIZADO	68	Filgrastim 300 mcg, injetável	frasco-ampola	11448	1400	3756	888	4940	0	5760	28.192	R\$ 31,99	R\$ 901.862,08
AÇÃO JUDICIAL	69	Fulvestranto 50mg/ml, solução injetável, seringa preenchida- AÇÃO JUDICIAL	seringa 5ml	0	414	0	87	600	0	0	1.101	R\$ 196,75	R\$ 216.621,75
PADRONIZADO	70	Fulvestranto 50mg/ml, solução injetável, seringa preenchida	seringa 5ml	490	0	360	36	188	0	432	1.506	R\$ 196,75	R\$ 296.305,50
AÇÃO JUDICIAL	71	Ganciclovir 500mg, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	0	0	864	0	864	R\$ 35,51	R\$ 30.680,64
PADRONIZADO	72	Ganciclovir 500mg, injetável	frasco-ampola	1166	0	0	12	300	0	0	1.478	R\$ 35,51	R\$ 52.483,78
AÇÃO JUDICIAL	73	Gefitinibe 250 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	325	0	140	0	465	R\$ 13,80	R\$ 6.417,00
PADRONIZADO	74	Gefitinibe 250 mg	comprimido	0	0	5148	0	0	0	0	5.148	R\$ 13,80	R\$ 71.042,40
AÇÃO JUDICIAL	75	Gencitabina, cloridrato, 1 g, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	48	0	0	36	0	0	84	R\$ 58,45	R\$ 4.909,80
PADRONIZADO	76	Gencitabina, cloridrato, 1 g, injetável	frasco-ampola	864	960	1140	300	648	0	1656	5.568	R\$ 58,45	R\$ 325.449,60
AÇÃO JUDICIAL	77	Hidroxiureia 500 mg; cápsula.- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	0	0	0	2500	0	0	2.500	R\$ 0,82	R\$ 2.050,00
PADRONIZADO	78	Hidroxiureia 500 mg; cápsula.	cápsula	629352	300	140868	100	52300	0	64800	887.720	R\$ 0,82	R\$ 727.930,40
AÇÃO JUDICIAL	79	Imatinibe, mesilato, 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	720	0	0	360	550	0	1.630	R\$ 3,76	R\$ 6.128,80
PADRONIZADO	80	Imatinibe, mesilato, 100 mg	comprimido	0	0	10032	0	5580	0	8640	24.252	R\$ 3,76	R\$ 91.187,52
AÇÃO JUDICIAL	81	Imatinibe, mesilato, 400 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3780	0	0	1080	0	0	4.860	R\$ 5,77	R\$ 28.042,20

PADRONIZADO	82	Imatinibe, mesilato, 400 mg	comprimido	0	0	47520	0	23940	0	8640	80.100	R\$ 5,77	R\$ 462.177,00
AÇÃO JUDICIAL	83	Lanreotida 120 mg/ml solução injetável de liberação prolongada- AÇÃO JUDICIAL	seringa preenchida 0,5 ml	29	0	0	12	65	0	0	106	R\$ 2.654,26	R\$ 281.351,56
PADRONIZADO	84	Lanreotida 120 mg/ml solução injetável de liberação prolongada	seringa preenchida 0,5 ml	0	0	348	0	0	0	216	564	R\$ 2.654,26	R\$ 1.497.002,64
AÇÃO JUDICIAL	85	Letrozol 2,5 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	432	2700	0	720	720	0	0	4.572	R\$ 2,17	R\$ 9.921,24
PADRONIZADO	86	Letrozol 2,5 mg	comprimido	0	0	2184	0	8460	0	0	10.644	R\$ 2,17	R\$ 23.097,48
AÇÃO JUDICIAL	87	Metotrexato 2,5 mg, comprimido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	346	0	0	0	0	0	0	346	R\$ 0,99	R\$ 342,54
PADRONIZADO	88	Metotrexato 2,5 mg, comprimido	comprimido	17741	0	3348	0	3192	0	5040	29.321	R\$ 0,99	R\$ 29.027,79
AÇÃO JUDICIAL	89	Nilotinibe 200 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	0	25.920	0	0	1.440	0	0	27.360	R\$ 120,64	R\$ 3.300.710,40
PADRONIZADO	90	Nilotinibe 200 mg, cápsula ou comprimido	cápsula ou comprimido	0	0	89.628	0	39.872	0	6.912	136.412	R\$ 153,74	R\$ 20.971.980,88
AÇÃO JUDICIAL	91	Octreotida LAR 10 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola ou seringa preenchida	14	0	0	0	0	0	0	14	R\$ 3.516,80	R\$ 49.235,20
PADRONIZADO	92	Octreotida LAR 10 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.	frasco-ampola ou seringa preenchida	0	0	0	10	0	0	0	10	R\$ 3.516,80	R\$ 35.168,00
AÇÃO JUDICIAL	93	Octreotida LAR 20 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola ou seringa preenchida	0	0	0	12	0	0	0	12	R\$ 5.410,10	R\$ 64.921,20
PADRONIZADO	94	Octreotida LAR 20 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com	frasco-ampola ou seringa preenchida	230	0	0	10	0	0	0	240	R\$ 5.410,10	R\$ 1.298.424,00

		diluyente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.										
AÇÃO JUDICIAL	95	Octreotida LAR 30 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluyente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola ou seringa preenchida	43	0	0	26	24	0	0	93	R\$ 7.303,58 R\$ 679.232,94
PADRONIZADO	96	Octreotida LAR 30 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluyente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.	frasco-ampola ou seringa preenchida	259	50	0	0	0	0	0	309	R\$ 7.303,58 R\$ 2.256.806,22
AÇÃO JUDICIAL	97	Paclitaxel 100 mg (6 mg/ml, frasco 16,7 ml), solução injetável ou pó liófilo para injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 16,7 ml	0	0	0	0	18	0	0	18	R\$ 39,40 R\$ 709,20
PADRONIZADO	98	Paclitaxel 100 mg (6 mg/ml, frasco 16,7 ml), solução injetável ou pó liófilo para injetável	frasco-ampola 16,7 ml	0	1000	2400	0	1130	0	0	4.530	R\$ 39,40 R\$ 178.482,00
AÇÃO JUDICIAL	99	Paclitaxel 300 mg (6 mg/ml, frasco 50 ml)- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 50ml	0	0	0	0	36	0	0	36	R\$ 83,96 R\$ 3.022,56
PADRONIZADO	100	Paclitaxel 300 mg (6 mg/ml, frasco 50 ml)	frasco-ampola 50ml	1454	250	0	300	740	0	2160	4.904	R\$ 83,96 R\$ 411.739,84
AÇÃO JUDICIAL	101	Pamidronato Dissódico 90mg- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	24	0	0	0	0	0	24	R\$ 85,85 R\$ 2.060,40
PADRONIZADO	102	Pamidronato Dissódico 90mg	frasco-ampola	0	70	0	0	440	0	0	510	R\$ 85,85 R\$ 43.783,50
AÇÃO JUDICIAL	103	Pazopanibe, cloridrato 400 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	38880	0	1152	13080	940	0	54.052	R\$ 155,25 R\$ 8.391.573,00
PADRONIZADO	104	Pazopanibe, cloridrato 400 mg	comprimido revestido	21110	0	0	0	0	0	0	21.110	R\$ 155,25 R\$ 3.277.327,50
AÇÃO JUDICIAL	105	Pembrolizumabe 100 mg (25 mg/ml), solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 4 mL	677	3.510	0	500	1.164	240	0	6.091	R\$ 14.449,43 R\$ 88.011.478,13
PADRONIZADO	106	Pembrolizumabe 100 mg (25 mg/ml), solução injetável	frasco-ampola 4 mL	403	0	0	72	0	0	0	475	R\$ 14.449,43 R\$ 6.863.479,25
AÇÃO JUDICIAL	107	Pemetrexede 500 mg, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	72	0	0	0	0	0	72	R\$ 160,58 R\$ 11.561,76

PADRONIZADO	108	Pemetrexede 500 mg, injetável	frasco-ampola	432	30	120	0	75	0	0	657	R\$ 160,58	R\$ 105.501,06
AÇÃO JUDICIAL	109	Pertuzumabe 420 mg (30 mg/ml), solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 14 ml	29	0	0	0	18	14	0	61	R\$ 11.192,23	R\$ 682.726,03
PADRONIZADO	110	Pertuzumabe 420 mg (30 mg/ml), solução injetável	frasco-ampola 14 ml	0	120	396	0	101	0	288	905	R\$ 11.192,23	R\$ 10.128.968,15
AÇÃO JUDICIAL	111	Regorafenibe 40 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	404	7.056	0	0	7.460	R\$ 155,32	R\$ 1.158.687,20
PADRONIZADO	112	Regorafenibe 40 mg	comprimido revestido	0	0	0	0	8.064	0	0	8.064	R\$ 186,37	R\$ 1.502.887,68
AÇÃO JUDICIAL	113	Ribociclibe, succinato 200 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	3.629	54.954	0	2.798	15.120	1.250	3.903	81.654	R\$ 217,63	R\$ 17.770.360,02
PADRONIZADO	114	Ribociclibe, succinato 200 mg	comprimido revestido	63.504	0	0	3.780	0	0	0	67.284	R\$ 277,01	R\$ 18.638.340,84
AÇÃO JUDICIAL	115	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 10 ml), injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 10ml	58	612	0	60	20	60	0	810	R\$ 206,30	R\$ 167.103,00
PADRONIZADO	116	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 10 ml), injetável	frasco-ampola 10ml	0	150	552	0	360	0	144	1.206	R\$ 220,96	R\$ 266.477,76
AÇÃO JUDICIAL	117	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 50 ml), injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 50ml	1022	900	0	100	800	300	87	3.209	R\$ 812,25	R\$ 2.606.510,25
PADRONIZADO	118	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 50 ml), injetável	frasco-ampola 50ml	144	0	372	4	173	0	144	837	R\$ 812,25	R\$ 679.853,25
AÇÃO JUDICIAL	119	Ruxolitinibe, fosfato 5 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	3.456	0	0	1.080	720	0	864	6.120	R\$ 205,80	R\$ 1.259.496,00
PADRONIZADO	120	Ruxolitinibe, fosfato 5 mg	comprimido	0	0	792	0	0	0	0	792	R\$ 254,17	R\$ 201.302,64
AÇÃO JUDICIAL	121	Ruxolitinibe, fosfato 15 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	286	720	0	0	1.006	R\$ 370,99	R\$ 373.215,94
PADRONIZADO	122	Ruxolitinibe, fosfato 15 mg	comprimido	0	0	4.224	0	0	0	0	4.224	R\$ 451,77	R\$ 1.908.276,48
AÇÃO JUDICIAL	123	Sorafenibe, Tosilato 200 mg, comprimido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	27360	0	7920	4320	1356	0	40.956	R\$ 10,19	R\$ 417.341,64
PADRONIZADO	124	Sorafenibe, Tosilato 200 mg, comprimido	comprimido	16747	1800	19272	0	12540	0	0	50.359	R\$ 10,19	R\$ 513.158,21
AÇÃO JUDICIAL	125	Sunitinibe, Malato, 50 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	7164	0	872	672	300	0	9.008	R\$ 11,22	R\$ 101.069,76
PADRONIZADO	126	Sunitinibe, Malato, 50 mg	comprimido	0	800	6900	0	2156	0	3360	13.216	R\$ 11,22	R\$ 148.283,52
AÇÃO JUDICIAL	127	Tamoxifeno, Citrato 20 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3240	0	400	5400	0	0	9.040	R\$ 0,49	R\$ 4.429,60
PADRONIZADO	128	Tamoxifeno, Citrato 20 mg, comprimido	comprimido	195984	12200	46332	30000	14340	0	151200	450.056	R\$ 0,49	R\$ 220.527,44
AÇÃO JUDICIAL	129	Temozolomida 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	18666	0	0	105	140	0	18.911	R\$ 26,15	R\$ 494.522,65
PADRONIZADO	130	Temozolomida 100 mg	cápsula	1382	450	2004	0	335	0	2160	6.331	R\$ 26,15	R\$ 165.555,65
AÇÃO JUDICIAL	131	Temozolomida 140 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	1260	0	0	60	120	0	1.440	R\$ 71,79	R\$ 103.377,60

PADRONIZADO	132	Temozolomida 140 mg	cápsula	274	0	0	0	0	0	1008	1.282	R\$ 71,79	R\$ 92.034,78
AÇÃO JUDICIAL	133	Temozolomida 20 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	8730	0	0	105	360	0	9.195	R\$ 12,93	R\$ 118.891,35
PADRONIZADO	134	Temozolomida 20 mg	cápsula	864	1500	1032	0	935	0	1296	5.627	R\$ 12,93	R\$ 72.757,11
AÇÃO JUDICIAL	135	Temozolomida 250 mg - AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	1800	0	70	0	700	0	2.570	R\$ 48,22	R\$ 123.925,40
PADRONIZADO	136	Temozolomida 250 mg	cápsula	317	0	0	120	0	0	0	437	R\$ 48,22	R\$ 21.072,14
AÇÃO JUDICIAL	137	Temozolomida 5 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	5040	0	0	0	190	0	5.230	R\$ 5,09	R\$ 26.620,70
PADRONIZADO	138	Temozolomida 5 mg	comprimido	547	0	0	0	0	0	0	547	R\$ 5,09	R\$ 2.784,23
AÇÃO JUDICIAL	139	Trastuzumabe Deruxtecana 100 mg, pó líofilo para solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	288	576	0	346	811	0	116	2.137	R\$ 13.434,66	R\$ 28.709.868,42
PADRONIZADO	140	Trastuzumabe Deruxtecana 100 mg, pó líofilo para solução injetável	frasco-ampola	0	0	0	54	0	0	0	54	R\$ 13.434,66	R\$ 725.471,64
AÇÃO JUDICIAL	141	Trastuzumabe 440 mg, pó líofilo injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	72	0	12	72	14	0	170	R\$ 1.233,63	R\$ 209.717,10
PADRONIZADO	142	Trastuzumabe 440 mg, pó líofilo injetável	frasco-ampola	0	50	0	0	0	0	144	194	R\$ 1.233,63	R\$ 239.324,22
AÇÃO JUDICIAL	143	Trastuzumabe 150 mg, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	72	0	0	0	60	0	132	R\$ 867,21	R\$ 114.471,72
PADRONIZADO	144	Trastuzumabe 150 mg, injetável	frasco-ampola	0	850	2220	0	965	0	120	4.155	R\$ 867,21	R\$ 3.603.257,55
AÇÃO JUDICIAL	145	Mycobacterium bovis (BCG), pó liofilizado 40 mg- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	70	0	0	0	0	0	0	70	R\$ 382,34	R\$ 26.763,80
PADRONIZADO	146	Mycobacterium bovis (BCG), pó liofilizado 40 mg	frasco-ampola	259	0	0	0	174	0	696	1.129	R\$ 382,34	R\$ 431.661,86
AÇÃO JUDICIAL	147	Vemurafenibe 240 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	2.218	0	1.420	0	3.638	R\$ 172,94	R\$ 629.155,72
PADRONIZADO	148	Vemurafenibe 240 mg	comprimido revestido	0	0	2.952	0	0	0	0	2.952	R\$ 172,94	R\$ 510.518,88
AÇÃO JUDICIAL	149	Abemaciclibe 100mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	0	0	0	0	6.020	0	6.884	R\$ 163,22	R\$ 1.123.606,48
AÇÃO JUDICIAL	150	Abemaciclibe 150mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	7.776	1.620	0	2.592	9.360	2.590	0	23.938	R\$ 234,37	R\$ 5.610.349,06
AÇÃO JUDICIAL	151	Acalabrutinibe 100mg, cápsula - AÇÃO JUDICIAL	cápsula	4.320	4.320	0	7.200	7.200	0	0	23.040	R\$ 381,77	R\$ 8.795.980,80
AÇÃO JUDICIAL	152	Alectinibe 150mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	cápsula	10.138	8.000	0	4.300	0	12.900	0	35.338	R\$ 98,68	R\$ 3.487.153,84
AÇÃO JUDICIAL	153	Apalutamida 60 mg, compmido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	1.728	4.320	0	0	6.048	R\$ 80,00	R\$ 483.840,00
AÇÃO JUDICIAL	154	Avelumabe 20 mg/ml, injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	96	0	15	0	0	0	111	R\$ 5.035,27	R\$ 558.914,97

AÇÃO JUDICIAL	155	Axitinibe 5 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	720	720	0	0	1.440	R\$ 295,64	R\$ 425.721,60
AÇÃO JUDICIAL	156	Cabazitaxel 40 mg/ml (60 mg/1,5 ml), Solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco 1,5 ml	22	0	0	50	34	0	0	106	R\$ 1.052,33	R\$ 111.546,98
AÇÃO JUDICIAL	157	Canaquinumabe 150mg/ml, solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	55	576	0	0	24	0	0	655	R\$ 50.643,77	R\$ 33.171.669,35
AÇÃO JUDICIAL	158	Carfilzomibe 60 mg pó liófilo para solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	360	0	0	120		0	480	R\$ 2.366,33	R\$ 1.135.838,40
AÇÃO JUDICIAL	159	Cemiplimabe 50 mg/ml, injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 7 ml	29	144	0	20	32	48	0	273	R\$ 34.903,62	R\$ 9.528.688,26
AÇÃO JUDICIAL	160	Cetuximabe 5 mg/ml, injetável (cetuximabe 500 mg) - AÇÃO JUDICIAL	frasco 100 ml	0	0	0	27	520	48	0	595	R\$ 4.171,27	R\$ 2.481.905,65
AÇÃO JUDICIAL	161	Crizotinibe 250mg-AÇÃO JUDICIAL	cápsula	2.592	0	0	0	1.440	0	0	4.032	R\$ 441,82	R\$ 1.781.418,24
AÇÃO JUDICIAL	162	Dabrafenibe 75mg-AÇÃO JUDICIAL	cápsula	1.728	0	0	432	2.880	0	1.728	6.768	R\$ 239,11	R\$ 1.618.296,48
AÇÃO JUDICIAL	163	Daratumumabe 100 mg (20 mg/ml), solução injetável (intravenoso)-AÇÃO JUDICIAL	frasco 5 ml	3.110	144	0	26	12	120	0	3.412	R\$ 1.640,47	R\$ 5.597.283,64
AÇÃO JUDICIAL	164	Daratumumabe 400 mg (20 mg/ml), solução injetável (intravenoso)-AÇÃO JUDICIAL	frasco 20 ml	0	360	0	106	132	156	15	769	R\$ 6.561,93	R\$ 5.046.124,17
AÇÃO JUDICIAL	165	Daratumumabe 1800 mg (120 mg/ml), solução injetável (subcutâneo)- AÇÃO JUDICIAL	frasco 15 ml	0	336	0	0	108	0	0	444	R\$ 19.682,55	R\$ 8.739.052,20
AÇÃO JUDICIAL	166	Darolutamida 300 mg, comprimido revestido.-AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	7.200	0	0	1.440	0	0	8.640	R\$ 79,29	R\$ 685.065,60
AÇÃO JUDICIAL	167	Durvalumabe 500mg (50 mg/ml), solução injetável para infusão intravenosa, frasco-ampola 10 ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 10 ml	0	108	0	0	75	0	33	216	R\$ 10.929,86	R\$ 2.360.849,76
AÇÃO JUDICIAL	168	Durvalumabe 120mg (50 mg/ml), solução injetável para infusão intravenosa, frasco-ampola 2,4 ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 2,4 ml	0	144	0	15	0	0	0	159	R\$ 2.600,99	R\$ 413.557,41
AÇÃO JUDICIAL	169	Everolimo 5 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	1296	720	0	110	0	0	0	2.126	R\$ 42,00	R\$ 89.292,00
AÇÃO JUDICIAL	170	Ibrutinibe 140 mg, cápsula- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	4.320	30.780	0	1.836	2.880	6.670	0	46.486	R\$ 375,50	R\$ 17.455.493,00

AÇÃO JUDICIAL	171	Lapatinibe, sal ditosilato, 250 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3.600	0	0	1.820	0	0	5.420	R\$ 61,18	R\$ 331.595,60
AÇÃO JUDICIAL	172	Lanreotida 90 mg (180mg/ml) solução injetável de liberação prolongada- AÇÃO JUDICIAL	seringa preenchida 0,5 ml	14	0	0	4	0	0	0	18	R\$ 2.783,30	R\$ 50.099,40
AÇÃO JUDICIAL	173	Lenalidomida 5 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	1512	0	0	0	0	0	0	1.512	R\$ 114,80	R\$ 173.577,60
AÇÃO JUDICIAL	174	Lenalidomida 10 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	3024	0	0	720	720	1092	0	5.556	R\$ 62,57	R\$ 347.638,92
AÇÃO JUDICIAL	175	Lenalidomida 25 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	3629	8694	0	175	504	300	0	13.302	R\$ 150,33	R\$ 1.999.689,66
AÇÃO JUDICIAL	176	Lenvatinibe, Mesilato 4 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	432	720	0	720	360	0	0	2.232	R\$ 81,87	R\$ 182.733,84
AÇÃO JUDICIAL	177	Lenvatinibe, Mesilato 10 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	2808	720	0	360	2160	0	0	6.048	R\$ 191,09	R\$ 1.155.712,32
AÇÃO JUDICIAL	178	Niraparibe monoidratado, Tosilato 100mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	1.728	0	0	0	0	0	0	1.728	R\$ 335,98	R\$ 580.573,44
AÇÃO JUDICIAL	179	Nivolumabe 10 mg/ml, solução injetável, frasco 10 ml.- AÇÃO JUDICIAL	frasco 10 ml	403	3.384	0	765	484	120	180	5.336	R\$ 7.287,58	R\$ 38.886.526,88
AÇÃO JUDICIAL	180	Nivolumabe 10 mg/ml, solução injetável, frasco 4 ml.- AÇÃO JUDICIAL	frasco 4 ml	86	1.152	0	388	224	408	36	2.294	R\$ 2.915,04	R\$ 6.687.101,76
AÇÃO JUDICIAL	181	Olaparibe 150 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	3.456	6.480	0	940	4.368	2.440	1.008	18.692	R\$ 213,82	R\$ 3.996.723,44
AÇÃO JUDICIAL	182	Osimertinibe 80 mg, comprimido revestido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	864	1.800	0	828	1.080	430	864	5.866	R\$ 885,50	R\$ 5.194.343,00
AÇÃO JUDICIAL	183	Palbociclibe 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	0	0	0	360	0	0	360	R\$ 144,00	R\$ 51.840,00
AÇÃO JUDICIAL	184	Palbociclibe 125 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	4152	0	2621	720	60	0	7.553	R\$ 112,00	R\$ 845.936,00
AÇÃO JUDICIAL	185	Panitumumabe 20 mg/ml, solução injetável, frasco-ampola de 5 ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco 5 ml	115	24	0	100	96	84	0	419	R\$ 1.336,22	R\$ 559.876,18
AÇÃO JUDICIAL	186	Pazopanibe, cloridrato 200 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	36.720	0	5.760	0	0	0	42.480	R\$ 76,89	R\$ 3.266.287,20
AÇÃO JUDICIAL	187	Ponatinibe, cloridrato 15 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	3.024	0	0	1.080	0	430	0	4.534	R\$ 320,99	R\$ 1.455.368,66
AÇÃO JUDICIAL	188	Ruxolitinibe, fosfato 10 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	0	0	0	720	0	0	1.584	R\$ 290,90	R\$ 460.785,60
AÇÃO JUDICIAL	189	Ruxolitinibe, fosfato 20 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	5.184	0	0	1.152	720	864	0	7.920	R\$ 370,99	R\$ 2.938.240,80
AÇÃO JUDICIAL	190	Temozolomida 180 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	0	0	0	60	25	0	85	R\$ 307,04	R\$ 26.098,40
AÇÃO JUDICIAL	191	Trametinibe, dimetilsulfóxido 2 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	432	0	0	430	720	220	432	2.234	R\$ 549,81	R\$ 1.228.275,54
AÇÃO JUDICIAL	192	Trastuzumabe Entasina 100 mg, pó líofilo para	frasco-ampola	0	1.080	0	25	240	14	0	1.359	R\$ 7.267,94	R\$ 9.877.130,46

		solução injetável- AÇÃO JUDICIAL											
AÇÃO JUDICIAL	193	Trastuzumabe Entansina 160 mg, pó liófilo para solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	252	0	0	96	48	0	396	R\$ 11.628,72	R\$ 4.604.973,12
AÇÃO JUDICIAL	194	Trifluridina 20mg + Tipiracila, cloridrato 9,420 mg (equivalente a 20mg de Trifluridina + 8,19 mg de Tipiracila)- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	217	0	0	0	217	R\$ 235,89	R\$ 51.188,13
AÇÃO JUDICIAL	195	Vandetanibe 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	540	0	0	0	540	R\$ 267,70	R\$ 144.558,00
AÇÃO JUDICIAL	196	Vandetanibe 300 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	864	0	0	0	720	220	0	1.804	R\$ 625,24	R\$ 1.127.932,96
AÇÃO JUDICIAL	197	Venetoclax 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	5.184	0	0	2.304	4.320	1.080	0	12.888	R\$ 308,22	R\$ 3.972.339,36
AÇÃO JUDICIAL	198	Vismodegibe 150 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	432	0	0	720	720	860	432	3.164	R\$ 877,68	R\$ 2.776.979,52
PADRONIZADO	199	Ácido Fólinico (Folinato de Cálcio) 10 mg/ml, solução injetável, frasco 30ml.	frasco 30 ml	0	2000	696	200	2000	0	1296	6.192	R\$ 129,52	R\$ 801.987,84
PADRONIZADO	200	Anagrelida cloridrato 0,5 mg	cápsula	0	0	15.096	0	2.300	0	5.760	23.156	R\$ 30,80	R\$ 713.204,80
PADRONIZADO	201	Bleomicina sulfato, 15 U, pós liófilo para injetável	frasco-ampola	115	120	420	0	274	0	432	1.361	R\$ 218,05	R\$ 296.766,05
PADRONIZADO	202	Carboplatina 150 mg, injetável (10 mg/ml, frasco 15 ml ou pó liofilizado	frasco-ampola	0	550	2940	0	0	0	0	3.490	R\$ 107,89	R\$ 376.536,10
PADRONIZADO	203	Carboplatina 450 mg, injetável	frasco 45ml	806	680	0	200	663	0	1440	3.789	R\$ 228,52	R\$ 865.862,28
PADRONIZADO	204	Ciclofosfamida 50 mg, comprimido liberação prolongada	comprimido	4.090	750	2.904	0	1.450	0	1.440	10.634	R\$ 0,95	R\$ 10.102,30
PADRONIZADO	205	Ciclosporina 100 mg/ml; solução oral; frasco com 50 ml	frasco	432	0	0	0	43	0	0	475	R\$ 387,09	R\$ 183.867,75
PADRONIZADO	206	Cisplatina 50 mg (1 mg/ml, frasco 50 ml), pó liófilo injetável ou solução injetável	frasco-ampola	763	550	1092	200	1195	0	0	3.800	R\$ 103,03	R\$ 391.514,00
PADRONIZADO	207	Cisplatina 100 mg (1 mg/ml, frasco 100 ml), pós liófilo injetável ou solução injetável 100ML FRASCO-AMPOLA	frasco-ampola	0	150	0	0	0	0	1584	1.734	R\$ 187,30	R\$ 324.778,20
PADRONIZADO	208	Citarabina 100 mg injetável (pó liofilizado com diluente ou solução injetável)	frasco-ampola	0	500	336	0	533	0	0	1.369	R\$ 11,03	R\$ 15.100,07
PADRONIZADO	209	Citarabina, Cloridrato, 1 g, pó liófilo para injetável	frasco-ampola	0	150	1620	0	1527	0	864	4.161	R\$ 76,19	R\$ 317.026,59

PADRONIZADO	210	Dacarbazina 200 mg, injetável	frasco-ampola	216	150	1020	30	461	0	288	2.165	R\$ 32,39	R\$ 70.124,35
PADRONIZADO	211	Dasatinibe 20 mg	comprimido	0	0	6600	0	1380	0	0	7.980	R\$ 39,52	R\$ 315.369,60
PADRONIZADO	212	Daunorrubicina 20 mg, injetável	frasco-ampola	0	450	240	0	836	0	1.440	2.966	R\$ 111,47	R\$ 330.620,02
PADRONIZADO	213	Decitabina, 50 mg, pó liófilo para injetável	frasco-ampola	0	0	0	0	100	0	0	100	R\$ 1.013,61	R\$ 101.361,00
PADRONIZADO	214	Dexrazoxano 500mg, injetável	frasco-ampola	0	450	0	0	72	0	0	522	R\$ 1.271,51	R\$ 663.728,22
PADRONIZADO	215	Docetaxel 20mg (20mg/ml, injetável, frasco-ampola 1ml)	frasco-ampola 1ml	0	0	0	0	403	0	1152	1.555	R\$ 26,60	R\$ 41.363,00
PADRONIZADO	216	Docetaxel 80mg (20mg/ml, injetável, frasco-ampola 4ml)	frasco-ampola 4ml	662	70	732	300	620	0	2160	4.544	R\$ 51,99	R\$ 236.242,56
PADRONIZADO	217	Doxorrubicina cloridrato 50mg, Pó liofilizado para solução injetável ou solução injetável	frasco-ampola	1253	450	1440	300	1030	0	1440	5.913	R\$ 40,20	R\$ 237.702,60
PADRONIZADO	218	Enzalutamida 80 mg	comprimido	0	0	4.680	0	0	0	11.520	16.200	R\$ 206,24	R\$ 3.341.088,00
PADRONIZADO	219	Etoposideo 100 mg	frasco-ampola	360	1.350	936	200	1.420	0	1.152	5.418	R\$ 19,38	R\$ 105.000,84
PADRONIZADO	220	Fludarabina, Fosfato 50 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	204	0	160	0	432	796	R\$ 1.503,09	R\$ 1.196.459,64
PADRONIZADO	221	Fluoruracila 50 mg/ml, injetável (500mg)	frasco-ampola 10 ml	4583	620	0	1000	2900	0	432	9.535	R\$ 16,64	R\$ 158.662,40
PADRONIZADO	222	Fluoruracila 2,5 gr (50 mg/ml), injetável (estabilidade farmacocinética de administração de no mínimo 48 horas)	frasco-ampola	0	1.500	0	0	1.660	0	1.152	4.312	R\$ 111,49	R\$ 480.744,88
PADRONIZADO	223	Ganciclovir 1 mg/ml, injetável	bolsa 500ml	0	0	0	146	0	0	0	146	R\$ 196,00	R\$ 28.616,00
PADRONIZADO	224	Gencitabina cloridrato, 200 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	0	0	0	0	936	936	R\$ 26,40	R\$ 24.710,40
PADRONIZADO	225	Idarrubicina, cloridrato, 10 mg, injetável	frasco-ampola	0	150	120	0	288	0	0	558	R\$ 1.443,14	R\$ 805.272,12
PADRONIZADO	226	Ifosfamida 1 g, injetável	frasco-ampola	0	300	1812	0	1340	0	504	3.956	R\$ 47,00	R\$ 185.932,00
PADRONIZADO	227	Irinotecano 100 mg, injetável (20mg/ml, ampola 5ml)	ampola 5ml	1282	200	1068	300	1070	0	1584	5.504	R\$ 28,66	R\$ 157.744,64
PADRONIZADO	228	Megestrol, acetato 160mg, comprimido	comprimido	0	450	0	0	450	0	0	900	R\$ 5,01	R\$ 4.509,00
PADRONIZADO	229	Melfalana 2 mg, comprimido	comprimido	0	0	900	0	600	0	5.040	6.540	R\$ 6,14	R\$ 40.155,60
PADRONIZADO	230	Mercaptopurina 50 mg, comprimido	comprimido	0	3.000	2.592	0	21.000	0	2.880	29.472	R\$ 4,68	R\$ 137.928,96
PADRONIZADO	231	Mesna 400 mg (100mg/ml, ampola 4 ml), solução injetável	ampola 4ml	936	0	1992	264	3260	0	3888	10.340	R\$ 13,88	R\$ 143.519,20
PADRONIZADO	232	Mesna 400 mg, comprimido	comprimido	0	0	3.264	0	1.140	0	2.160	6.564	R\$ 11,48	R\$ 75.354,72
PADRONIZADO	233	Metotrexato 1 g, injetável (100 MG/ML, ampola 10ml)	frasco-ampola 10ml	0	0	72	0	540	0	144	756	R\$ 78,66	R\$ 59.466,96

PADRONIZADO	234	Metotrexato 500 mg, injetável	frasco-ampola	115	0	48	0	0	0	144	307	R\$ 125,93	R\$ 38.660,51
PADRONIZADO	235	Metotrexato 50 mg, injetável	frasco-ampola	187	750	204	20	925	0	0	2.086	R\$ 20,81	R\$ 43.409,66
PADRONIZADO	236	Metotrexato 5 g (100 mg/ml, frasco-ampola 50 ml), injetável.	frasco-ampola 50 ml	0	450	0	40	202	0	0	692	R\$ 770,58	R\$ 533.241,36
PADRONIZADO	237	Mitoxantrona cloridrato, 2 mg/ml, injetável (ampola 10 ml)	frasco-ampola 10ml	0	150	24	0	130	0	144	448	R\$ 778,67	R\$ 348.844,16
PADRONIZADO	238	Oxaliplatina 100 mg, injetável	frasco-ampola	1800	1500	1896	1000	1200	0	2376	9.772	R\$ 49,81	R\$ 486.743,32
PADRONIZADO	239	Oxaliplatina 50 mg, injetável	frasco-ampola	0	700	0	0	1760	0	1440	3.900	R\$ 35,33	R\$ 137.787,00
PADRONIZADO	240	Paclitaxel 150 mg (6 mg/ml, frasco 25 ml)	frasco-ampola 25 ml	0	0	0	0	1340	0	0	1.340	R\$ 90,14	R\$ 120.787,60
PADRONIZADO	241	Pegaspargase 750 U/mL, injetável frasco-ampola 5 mL	frasco-ampola 5 mL	0	200	12	0	180	0	432	824	R\$ 6.081,44	R\$ 5.011.106,56
PADRONIZADO	242	Pemetrexede 100 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	768	0	0	0	0	768	R\$ 56,79	R\$ 43.614,72
PADRONIZADO	243	Sunitinibe, Malato, 12,5 mg	comprimido	0	0	0	0	2380	0	1680	4.060	R\$ 4,92	R\$ 19.975,20
PADRONIZADO	244	Sunitinibe, Malato, 25 mg	comprimido	0	0	0	0	0	0	2688	2.688	R\$ 8,56	R\$ 23.009,28
PADRONIZADO	245	Tioguanina 40 mg, comprimido	comprimido	0	1.500	0	0	800	0	0	2.300	R\$ 10,33	R\$ 23.759,00
PADRONIZADO	246	Topotecana cloridrato 4 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	12	0	87	0	144	243	R\$ 386,14	R\$ 93.832,02
PADRONIZADO	247	Trióxido de Arsênio 1 mg/ml, solução para perfusão	ampola 10 ml	0	300	0	0	850	0	0	1.150	R\$ 1.170,04	R\$ 1.345.546,00
PADRONIZADO	248	Vimblastina 10 mg , injetável	frasco-ampola	0	150	192	0	190	0	288	820	R\$ 83,82	R\$ 68.732,40
PADRONIZADO	249	Vincristina, sulfato 1 mg, injetável	frasco-ampola 1 ml	0	1500	612	0	1840	0	72	4.024	R\$ 34,20	R\$ 137.620,80
PADRONIZADO	250	Vinorelbina, Sal Tartarato, 20 mg, cápsula	cápsula	3.456	0	0	90	0	0	3.600	7.146	R\$ 140,98	R\$ 1.007.443,08
PADRONIZADO	251	Vinorelbina, Sal Tartarato, 30 mg, capsula	cápsula	5.083	320	0	90	0	0	2.160	7.653	R\$ 227,43	R\$ 1.740.521,79
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO													R\$ 587.361.306,01

DEMANDA	ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de compra	DEMANDA DISTRITO FEDERAL	DEMANDA GOIÁS	DEMANDA MARANHÃO	DEMANDA MATO GROSSO	DEMANDA MATO GROSSO DO SUL	DEMANDA RONDÔNIA	DEMANDA TOCANTINS	QUANTIDADE TOTAL SOLICITADA ONCOLOGIA 2025	PREÇO UNIT	TOTAL
AÇÃO JUDICIAL	1	Leuprorrelina, Acetato, 45 mg, pós líofilo para injetável, com sistema de aplicação. - AÇÃO JUDICIAL	seringa	0	0	0	4	0	0	0	4	R\$ 1.316,47	R\$ 5.265,88

PADRONIZADO	2	Leuprorrelina, Acetato, 45 mg, pós liófilo para injetável, com sistema de aplicação.	seringa	0	0	0	180	0	0	1.728	1.908	R\$ 1.316,47	R\$ 2.511.824,76
AÇÃO JUDICIAL	3	Leuprorrelina, Acetato, 7,5 mg, pós liófilo para injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	4	0	0	0	4	R\$ 250,79	R\$ 1.003,16
PADRONIZADO	4	Leuprorrelina, Acetato, 7,5 mg, pós liófilo para injetável	frasco-ampola	0	40	0	0	0	0	168	208	R\$ 250,79	R\$ 52.164,32
AÇÃO JUDICIAL	5	Ácido Folinico (Folinato de Cálcio) 15mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	0	0	5.530	0	5.530	R\$ 1,65	R\$ 9.124,50
PADRONIZADO	6	Ácido Folinico (Folinato de Cálcio) 15mg, comprimido	comprimido	0	690	0	0	800	0	864	2.354	R\$ 2,42	R\$ 5.696,68
AÇÃO JUDICIAL	7	Ácido Folinico (Folinato de Cálcio) 50mg, pó liofilizado para solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	0	0	480	0	480	R\$ 27,66	R\$ 13.276,80
PADRONIZADO	8	Ácido Folinico (Folinato de Cálcio) 50mg, pó liofilizado para solução injetável	frasco-ampola	9302	2250	4428	552	6400	0	0	22.932	R\$ 27,66	R\$ 634.299,12
AÇÃO JUDICIAL	9	Ácido Zoledrônico 4mg, pó liofilizado para injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	24	0	5	2	0	0	31	R\$ 40,66	R\$ 1.260,46
PADRONIZADO	10	Ácido Zoledrônico 4mg, pó liofilizado para injetável	frasco-ampola	403	140	1128	150	418	0	2232	4.471	R\$ 40,66	R\$ 181.790,86
AÇÃO JUDICIAL	11	Abiraterona, acetato 250mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	6912	140000	0	3744	23160	0	0	173.816	R\$ 4,69	R\$ 815.197,04
PADRONIZADO	12	Abiraterona, acetato 250mg, comprimido	comprimido	45115	2500	173184	7200	15420	0	197280	440.699	R\$ 4,69	R\$ 2.066.878,31
AÇÃO JUDICIAL	13	Acetato de gossierrelina - Dosagem: 3,6 mg; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha. - AÇÃO JUDICIAL	seringa	0	0	0	0	0	14	0	14	R\$ 618,59	R\$ 8.660,26
PADRONIZADO	14	Acetato de gossierrelina - Dosagem: 3,6 mg; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha.	seringa	29	0	0	0	303	0	60	392	R\$ 618,59	R\$ 242.487,28
AÇÃO JUDICIAL	15	Acetato de gossierrelina 10,8 mg, liberação prolongada; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha - AÇÃO JUDICIAL	seringa	0	0	0	10	40	14	0	64	R\$ 1.489,50	R\$ 95.328,00
PADRONIZADO	16	Acetato de gossierrelina 10,8 mg, liberação prolongada; seringa preenchida acompanha dispositivo de proteção de agulha	seringa	1.210	0	1.308	0	274	0	360	3.152	R\$ 1.489,50	R\$ 4.694.904,00
AÇÃO JUDICIAL	17	Alfaepoetina 10.000UI, injetável - AÇÃO JUDICIAL	ampola	0	336	0	0	0	0	0	336	R\$ 60,03	R\$ 20.170,08
PADRONIZADO	18	Alfaepoetina 10.000UI, injetável	ampola	2347	0	0	0	850	0	0	3.197	R\$ 60,03	R\$ 191.915,91
AÇÃO JUDICIAL	19	Anastrozol 1 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	720	0	1080	1080	0	0	2.880	R\$ 0,25	R\$ 720,00
PADRONIZADO	20	Anastrozol 1 mg, comprimido	comprimido	152323	35500	46332	25000	15780	0	136800	411.735	R\$ 0,25	R\$ 102.933,75
AÇÃO JUDICIAL	21	Atezolizumabe 60 mg/ml, solução pra infusão, frasco 20 ml - AÇÃO JUDICIAL	frasco 20 ml	0	0	0	32	10	14	5	61	R\$ 21.848,30	R\$ 1.332.746,30
PADRONIZADO	22	Atezolizumabe 60 mg/ml, solução pra infusão, frasco 20 ml	frasco 20 ml	0	0	0	18	0	0	0	18	R\$ 25.675,53	R\$ 462.159,54
AÇÃO JUDICIAL	23	Azacitidina 100 mg, pó liófilo para injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	5040	0	255	84	120	0	5.499	R\$ 238,20	R\$ 1.309.861,80
PADRONIZADO	24	Azacitidina 100 mg, pó liófilo para injetável	frasco-ampola	0	0	1128	0	461	0	0	1.589	R\$ 362,67	R\$ 576.282,63
AÇÃO JUDICIAL	25	Azul patente 2,5% (25 mg/ml), solução injetável, ampola 2 ml -	ampola 2 ml	0	0	0	0	0	276	0	276	R\$ 43,81	R\$ 12.091,56

		AÇÃO JUDICIAL											
PADRONIZADO	26	Azul patente 2,5% (25 mg/ml), solução injetável, ampola 2 ml	ampola 2 ml	677	0	0	170	115	0	0	962	R\$ 43,81	R\$ 42.145,22
AÇÃO JUDICIAL	27	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 16 ml - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 16 ml	43	2394	0	437	312	84	20	3.290	R\$ 1.165,67	R\$ 3.835.054,30
PADRONIZADO	28	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 16 ml	frasco-ampola 16 ml	0	0	0	0	570	0	0	570	R\$ 1.165,67	R\$ 664.431,90
AÇÃO JUDICIAL	29	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 4 ml - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 4 ml	0	1620	0	521	360	120	0	2.621	R\$ 237,67	R\$ 622.933,07
PADRONIZADO	30	Bevacizumabe 25mg/ml, solução injetável. Frasco-ampola 4 ml	frasco-ampola 4 ml	0	0	0	0	202	0	0	202	R\$ 237,67	R\$ 48.009,34
AÇÃO JUDICIAL	31	Bicalutamida 50 mg - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3600	0	0	0	0	0	3.600	R\$ 0,90	R\$ 3.240,00
PADRONIZADO	32	Bicalutamida 50 mg	comprimido	8640	2600	14520	2700	10920	0	36000	75.380	R\$ 0,90	R\$ 67.842,00
AÇÃO JUDICIAL	33	Blinatumomabe 38,5mcg pó liofilizado solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	3.360	0	81	75	14	0	3.530	R\$ 9.054,80	R\$ 31.963.444,00
PADRONIZADO	34	Blinatumomabe 38,5mcg pó liofilizado solução injetável	frasco-ampola	0	0	0	0	1.530	0	0	1.530	R\$ 9.054,80	R\$ 13.853.844,00
AÇÃO JUDICIAL	35	Bortezomibe 3,5 mg, solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	10	0	84	0	94	R\$ 38,32	R\$ 3.602,08
PADRONIZADO	36	Bortezomibe 3,5 mg, solução injetável	frasco-ampola	0	0	1764	0	807	0	936	3.507	R\$ 38,32	R\$ 134.388,24
AÇÃO JUDICIAL	37	Brentuximabe vedotina 50 mg, pó líofilo para injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	1.566	0	138	160	0	0	1.864	R\$ 14.830,70	R\$ 27.644.424,80
PADRONIZADO	38	Brentuximabe vedotina 50 mg, pó líofilo para injetável	frasco-ampola	0	0	0	0	384	0	0	384	R\$ 14.830,70	R\$ 5.694.988,80
AÇÃO JUDICIAL	39	Capecitabina 500 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	0	0	430	0	430	R\$ 1,96	R\$ 842,80
PADRONIZADO	40	Capecitabina 500 mg, comprimido	comprimido	103680	22600	79992	32000	30480	0	144000	412.752	R\$ 1,96	R\$ 808.993,92
AÇÃO JUDICIAL	41	Cetuximabe 5 mg/ml, injetável (cetuximabe 100 mg) - AÇÃO JUDICIAL	frasco 20ml	0	990	0	80	324	48	0	1.442	R\$ 834,26	R\$ 1.203.002,92
PADRONIZADO	42	Cetuximabe 5 mg/ml, injetável (cetuximabe 100 mg)	frasco 20ml	0	0	492	0	519	0	0	1.011	R\$ 1.057,66	R\$ 1.069.294,26
AÇÃO JUDICIAL	43	Ciclofosfamida 1 g, pó liofilizado para solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	0	60	540	0	600	R\$ 62,12	R\$ 37.272,00
PADRONIZADO	44	Ciclofosfamida 1 g, pó liofilizado para solução injetável	frasco-ampola	907	300	1.536	336	1.110	0	2.160	6.349	R\$ 62,12	R\$ 394.399,88
AÇÃO JUDICIAL	45	Ciclosporina 100 mg; cápsula gelatinosa - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	0	0	0	1080	1670	0	3.614	R\$ 9,41	R\$ 34.007,74
PADRONIZADO	46	Ciclosporina 100 mg; cápsula gelatinosa	comprimido	134856	0	0	0	750	0	0	135.606	R\$ 9,41	R\$ 1.276.052,46
AÇÃO JUDICIAL	47	Ciclosporina 50 mg; cápsula gelatinosa - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	0	1080	780	0	1.860	R\$ 4,75	R\$ 8.835,00
PADRONIZADO	48	Ciclosporina 50 mg; cápsula gelatinosa	comprimido	205978	0	0	0	1150	0	0	207.128	R\$ 4,75	R\$ 983.858,00
AÇÃO JUDICIAL	49	Cladribina 8 mg (1 mg/ml, frasco 8ml)- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 8ml	0	984	0	0	20	0	0	1.004	R\$ 1.381,71	R\$ 1.387.236,84
PADRONIZADO	50	Cladribina 8 mg (1 mg/ml, frasco 8ml)	frasco-ampola 8ml	0	0	0	0	173	0	60	233	R\$ 1.760,80	R\$ 410.266,40
AÇÃO JUDICIAL	51	Clorambucila 2 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	204	0	0	0	0	0	204	R\$ 3,00	R\$ 612,00
PADRONIZADO	52	Clorambucila 2 mg	comprimido	0	0	1.752	0	1.525	0	6.120	9.397	R\$ 3,78	R\$ 35.520,66
AÇÃO JUDICIAL	53	Dasatinibe 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	2700	0	0	720	0	0	3.420	R\$ 180,00	R\$ 615.600,00
PADRONIZADO	54	Dasatinibe 100 mg	comprimido	0	0	22644	0	4650	0	1440	28.734	R\$ 180,00	R\$ 5.172.120,00

AÇÃO JUDICIAL	55	Doxorrubicina lipossomal peguillado 2 mg/ml, suspensão injetável, de liberação prolongada frasco-ampola 10ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 10 ml	0	0	0	0	96	0	0	96	R\$ 1.189,52	R\$ 114.193,92
PADRONIZADO	56	Doxorrubicina lipossomal peguillado 2 mg/ml, suspensão injetável, de liberação prolongada frasco-ampola 10ml	frasco-ampola 10 ml	0	0	348	60	0	0	504	912	R\$ 1.189,52	R\$ 1.084.842,24
AÇÃO JUDICIAL	57	Enzalutamida 40 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	5.184	36.000	0	6.692	13.440	0	0	61.316	R\$ 80,92	R\$ 4.961.690,72
PADRONIZADO	58	Enzalutamida 40 mg	comprimido	0	0	0	0	21.960	0	0	21.960	R\$ 102,08	R\$ 2.241.676,80
AÇÃO JUDICIAL	59	Alfaepoetina Concentração: 4.000 UI, Forma Farmaceutica: Injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	173	0	0	0	72	3864	0	4.109	R\$ 18,70	R\$ 76.838,30
PADRONIZADO	60	Alfaepoetina Concentração: 4.000 UI, Forma Farmaceutica: Injetável	frasco-ampola	9346	450	4344	240	1296	0	0	15.676	R\$ 18,70	R\$ 293.141,20
AÇÃO JUDICIAL	61	Erlotinibe 150 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	720	0	360	0	0	0	1.080	R\$ 67,73	R\$ 73.148,40
PADRONIZADO	62	Erlotinibe 150 mg	comprimido	0	0	0	0	690	0	0	690	R\$ 67,73	R\$ 46.733,70
AÇÃO JUDICIAL	63	Everolimo 10 mg, comprimido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	3960	0	720	1080	340	0	6.964	R\$ 88,32	R\$ 615.060,48
PADRONIZADO	64	Everolimo 10 mg, comprimido	comprimido	0	0	1104	0	0	0	0	1.104	R\$ 88,32	R\$ 97.505,28
AÇÃO JUDICIAL	65	Exemestano 25 mg,- AÇÃO JUDICIAL	drágea ou comprimido	432	720	0	720	0	0	0	1.872	R\$ 3,95	R\$ 7.394,40
PADRONIZADO	66	Exemestano 25 mg,	drágea ou comprimido	0	1000	1188	1800	1830	0	0	5.818	R\$ 3,95	R\$ 22.981,10
AÇÃO JUDICIAL	67	Filgrastim 300 mcg, injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	20	0	948	0	968	R\$ 31,99	R\$ 30.966,32
PADRONIZADO	68	Filgrastim 300 mcg, injetável	frasco-ampola	11448	1400	3756	888	4940	0	5760	28.192	R\$ 31,99	R\$ 901.862,08
AÇÃO JUDICIAL	69	Fulvestranto 50mg/ml, solução injetável, seringa preenchida- AÇÃO JUDICIAL	seringa 5ml	0	414	0	87	600	0	0	1.101	R\$ 196,75	R\$ 216.621,75
PADRONIZADO	70	Fulvestranto 50mg/ml, solução injetável, seringa preenchida	seringa 5ml	490	0	360	36	188	0	432	1.506	R\$ 196,75	R\$ 296.305,50
AÇÃO JUDICIAL	71	Ganciclovir 500mg, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	0	0	0	0	864	0	864	R\$ 35,51	R\$ 30.680,64
PADRONIZADO	72	Ganciclovir 500mg, injetável	frasco-ampola	1166	0	0	12	300	0	0	1.478	R\$ 35,51	R\$ 52.483,78
AÇÃO JUDICIAL	73	Gefitinibe 250 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	325	0	140	0	465	R\$ 13,80	R\$ 6.417,00
PADRONIZADO	74	Gefitinibe 250 mg	comprimido	0	0	5148	0	0	0	0	5.148	R\$ 13,80	R\$ 71.042,40
AÇÃO JUDICIAL	75	Gencitabina, cloridrato, 1 g, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	48	0	0	36	0	0	84	R\$ 58,45	R\$ 4.909,80
PADRONIZADO	76	Gencitabina, cloridrato, 1 g, injetável	frasco-ampola	864	960	1140	300	648	0	1656	5.568	R\$ 58,45	R\$ 325.449,60
AÇÃO JUDICIAL	77	Hidroxiureia 500 mg; cápsula.- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	0	0	0	2500	0	0	2.500	R\$ 0,82	R\$ 2.050,00
PADRONIZADO	78	Hidroxiureia 500 mg; cápsula.	cápsula	629352	300	140868	100	52300	0	64800	887.720	R\$ 0,82	R\$ 727.930,40
AÇÃO JUDICIAL	79	Imatinibe, mesilato, 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	720	0	0	360	550	0	1.630	R\$ 3,76	R\$ 6.128,80
PADRONIZADO	80	Imatinibe, mesilato, 100 mg	comprimido	0	0	10032	0	5580	0	8640	24.252	R\$ 3,76	R\$ 91.187,52
AÇÃO JUDICIAL	81	Imatinibe, mesilato, 400 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3780	0	0	1080	0	0	4.860	R\$ 5,77	R\$ 28.042,20
PADRONIZADO	82	Imatinibe, mesilato, 400 mg	comprimido	0	0	47520	0	23940	0	8640	80.100	R\$ 5,77	R\$ 462.177,00
AÇÃO JUDICIAL	83	Lanreotida 120 mg/ml solução injetável de liberação prolongada- AÇÃO JUDICIAL	seringa preenchida 0,5 ml	29	0	0	12	65	0	0	106	R\$ 2.654,26	R\$ 281.351,56
PADRONIZADO	84	Lanreotida 120 mg/ml solução injetável de liberação prolongada	seringa preenchida 0,5 ml	0	0	348	0	0	0	216	564	R\$ 2.654,26	R\$ 1.497.002,64
AÇÃO JUDICIAL	85	Letrozol 2,5 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	432	2700	0	720	720	0	0	4.572	R\$ 2,17	R\$ 9.921,24
PADRONIZADO	86	Letrozol 2,5 mg	comprimido	0	0	2184	0	8460	0	0	10.644	R\$ 2,17	R\$ 23.097,48
AÇÃO JUDICIAL	87	Metotrexato 2,5 mg, comprimido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	346	0	0	0	0	0	0	346	R\$ 0,99	R\$ 342,54
PADRONIZADO	88	Metotrexato 2,5 mg, comprimido	comprimido	17741	0	3348	0	3192	0	5040	29.321	R\$ 0,99	R\$ 29.027,79

AÇÃO JUDICIAL	89	Nilotinibe 200 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	0	25.920	0	0	1.440	0	0	27.360	R\$ 120,64	R\$ 3.300.710,40
PADRONIZADO	90	Nilotinibe 200 mg, cápsula ou comprimido	cápsula ou comprimido	0	0	89.628	0	39.872	0	6.912	136.412	R\$ 153,74	R\$ 20.971.980,88
AÇÃO JUDICIAL	91	Octreotida LAR 10 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola ou seringa preenchida	14	0	0	0	0	0	0	14	R\$ 3.516,80	R\$ 49.235,20
PADRONIZADO	92	Octreotida LAR 10 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.	frasco-ampola ou seringa preenchida	0	0	0	10	0	0	0	10	R\$ 3.516,80	R\$ 35.168,00
AÇÃO JUDICIAL	93	Octreotida LAR 20 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola ou seringa preenchida	0	0	0	12	0	0	0	12	R\$ 5.410,10	R\$ 64.921,20
PADRONIZADO	94	Octreotida LAR 20 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.	frasco-ampola ou seringa preenchida	230	0	0	10	0	0	0	240	R\$ 5.410,10	R\$ 1.298.424,00
AÇÃO JUDICIAL	95	Octreotida LAR 30 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola ou seringa preenchida	43	0	0	26	24	0	0	93	R\$ 7.303,58	R\$ 679.232,94
PADRONIZADO	96	Octreotida LAR 30 mg; frasco-ampola de pó para suspensão injetável; seringa preenchida com diluente + um sistema de aplicação contendo 1 agulha estéril com protetor de segurança e 1 adaptador de frasco.	frasco-ampola ou seringa preenchida	259	50	0	0	0	0	0	309	R\$ 7.303,58	R\$ 2.256.806,22
AÇÃO JUDICIAL	97	Paclitaxel 100 mg (6 mg/ml, frasco 16,7 ml), solução injetável ou pó liofilo para injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 16,7 ml	0	0	0	0	18	0	0	18	R\$ 39,40	R\$ 709,20
PADRONIZADO	98	Paclitaxel 100 mg (6 mg/ml, frasco 16,7 ml), solução injetável ou pó liofilo para injetável	frasco-ampola 16,7 ml	0	1000	2400	0	1130	0	0	4.530	R\$ 39,40	R\$ 178.482,00
AÇÃO JUDICIAL	99	Paclitaxel 300 mg (6 mg/ml, frasco 50 ml)- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 50ml	0	0	0	0	36	0	0	36	R\$ 83,96	R\$ 3.022,56
PADRONIZADO	100	Paclitaxel 300 mg (6 mg/ml, frasco 50 ml)	frasco-ampola 50ml	1454	250	0	300	740	0	2160	4.904	R\$ 83,96	R\$ 411.739,84
AÇÃO JUDICIAL	101	Pamidronato Dissódico 90mg- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	24	0	0	0	0	0	24	R\$ 85,85	R\$ 2.060,40
PADRONIZADO	102	Pamidronato Dissódico 90mg	frasco-ampola	0	70	0	0	440	0	0	510	R\$ 85,85	R\$ 43.783,50
AÇÃO JUDICIAL	103	Pazopanibe, cloridrato 400 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	38880	0	1152	13080	940	0	54.052	R\$ 155,25	R\$ 8.391.573,00

PADRONIZADO	104	Pazopanibe, cloridrato 400 mg	comprimido revestido	21110	0	0	0	0	0	0	21.110	R\$ 155,25	R\$ 3.277.327,50
AÇÃO JUDICIAL	105	Pembrolizumabe 100 mg (25 mg/ml), solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 4 mL	677	3.510	0	500	1.164	240	0	6.091	R\$ 14.449,43	R\$ 88.011.478,13
PADRONIZADO	106	Pembrolizumabe 100 mg (25 mg/ml), solução injetável	frasco-ampola 4 mL	403	0	0	72	0	0	0	475	R\$ 14.449,43	R\$ 6.863.479,25
AÇÃO JUDICIAL	107	Pemetrexede 500 mg, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	72	0	0	0	0	0	72	R\$ 160,58	R\$ 11.561,76
PADRONIZADO	108	Pemetrexede 500 mg, injetável	frasco-ampola	432	30	120	0	75	0	0	657	R\$ 160,58	R\$ 105.501,06
AÇÃO JUDICIAL	109	Pertuzumabe 420 mg (30 mg/ml), solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 14 ml	29	0	0	0	18	14	0	61	R\$ 11.192,23	R\$ 682.726,03
PADRONIZADO	110	Pertuzumabe 420 mg (30 mg/ml), solução injetável	frasco-ampola 14 ml	0	120	396	0	101	0	288	905	R\$ 11.192,23	R\$ 10.128.968,15
AÇÃO JUDICIAL	111	Regorafenibe 40 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	404	7.056	0	0	7.460	R\$ 155,32	R\$ 1.158.687,20
PADRONIZADO	112	Regorafenibe 40 mg	comprimido revestido	0	0	0	0	8.064	0	0	8.064	R\$ 186,37	R\$ 1.502.887,68
AÇÃO JUDICIAL	113	Ribociclibe, succinato 200 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	3.629	54.954	0	2.798	15.120	1.250	3.903	81.654	R\$ 217,63	R\$ 17.770.360,02
PADRONIZADO	114	Ribociclibe, succinato 200 mg	comprimido revestido	63.504	0	0	3.780	0	0	0	67.284	R\$ 277,01	R\$ 18.638.340,84
AÇÃO JUDICIAL	115	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 10 ml), injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 10ml	58	612	0	60	20	60	0	810	R\$ 206,30	R\$ 167.103,00
PADRONIZADO	116	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 10 ml), injetável	frasco-ampola 10ml	0	150	552	0	360	0	144	1.206	R\$ 220,96	R\$ 266.477,76
AÇÃO JUDICIAL	117	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 50 ml), injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 50ml	1022	900	0	100	800	300	87	3.209	R\$ 812,25	R\$ 2.606.510,25
PADRONIZADO	118	Rituximabe 100 mg (10 mg/ml, frasco 50 ml), injetável	frasco-ampola 50ml	144	0	372	4	173	0	144	837	R\$ 812,25	R\$ 679.853,25
AÇÃO JUDICIAL	119	Ruxolitinibe, fosfato 5 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	3.456	0	0	1.080	720	0	864	6.120	R\$ 205,80	R\$ 1.259.496,00
PADRONIZADO	120	Ruxolitinibe, fosfato 5 mg	comprimido	0	0	792	0	0	0	0	792	R\$ 254,17	R\$ 201.302,64
AÇÃO JUDICIAL	121	Ruxolitinibe, fosfato 15 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	286	720	0	0	1.006	R\$ 370,99	R\$ 373.215,94
PADRONIZADO	122	Ruxolitinibe, fosfato 15 mg	comprimido	0	0	4.224	0	0	0	0	4.224	R\$ 451,77	R\$ 1.908.276,48
AÇÃO JUDICIAL	123	Sorafenibe, Tosilato 200 mg, comprimido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	27360	0	7920	4320	1356	0	40.956	R\$ 10,19	R\$ 417.341,64
PADRONIZADO	124	Sorafenibe, Tosilato 200 mg, comprimido	comprimido	16747	1800	19272	0	12540	0	0	50.359	R\$ 10,19	R\$ 513.158,21
AÇÃO JUDICIAL	125	Sunitinibe, Malato, 50 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	7164	0	872	672	300	0	9.008	R\$ 11,22	R\$ 101.069,76
PADRONIZADO	126	Sunitinibe, Malato, 50 mg	comprimido	0	800	6900	0	2156	0	3360	13.216	R\$ 11,22	R\$ 148.283,52
AÇÃO JUDICIAL	127	Tamoxifeno, Citrato 20 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3240	0	400	5400	0	0	9.040	R\$ 0,49	R\$ 4.429,60
PADRONIZADO	128	Tamoxifeno, Citrato 20 mg, comprimido	comprimido	195984	12200	46332	30000	14340	0	151200	450.056	R\$ 0,49	R\$ 220.527,44
AÇÃO JUDICIAL	129	Temozolomida 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	18666	0	0	105	140	0	18.911	R\$ 26,15	R\$ 494.522,65
PADRONIZADO	130	Temozolomida 100 mg	cápsula	1382	450	2004	0	335	0	2160	6.331	R\$ 26,15	R\$ 165.555,65
AÇÃO JUDICIAL	131	Temozolomida 140 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	1260	0	0	60	120	0	1.440	R\$ 71,79	R\$ 103.377,60
PADRONIZADO	132	Temozolomida 140 mg	cápsula	274	0	0	0	0	0	1008	1.282	R\$ 71,79	R\$ 92.034,78
AÇÃO JUDICIAL	133	Temozolomida 20 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	8730	0	0	105	360	0	9.195	R\$ 12,93	R\$ 118.891,35
PADRONIZADO	134	Temozolomida 20 mg	cápsula	864	1500	1032	0	935	0	1296	5.627	R\$ 12,93	R\$ 72.757,11
AÇÃO JUDICIAL	135	Temozolomida 250 mg - AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	1800	0	70	0	700	0	2.570	R\$ 48,22	R\$ 123.925,40
PADRONIZADO	136	Temozolomida 250 mg	cápsula	317	0	0	120	0	0	0	437	R\$ 48,22	R\$ 21.072,14
AÇÃO JUDICIAL	137	Temozolomida 5 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	5040	0	0	0	190	0	5.230	R\$ 5,09	R\$ 26.620,70
PADRONIZADO	138	Temozolomida 5 mg	comprimido	547	0	0	0	0	0	0	547	R\$ 5,09	R\$ 2.784,23
AÇÃO JUDICIAL	139	Trastuzumabe Deruxtecana 100 mg, pó líofilo para solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	288	576	0	346	811	0	116	2.137	R\$ 13.434,66	R\$ 28.709.868,42

PADRONIZADO	140	Trastuzumabe Deruxtecana 100 mg, pó liófilo para solução injetável	frasco-ampola	0	0	0	54	0	0	0	54	R\$ 13.434,66	R\$ 725.471,64
AÇÃO JUDICIAL	141	Trastuzumabe 440 mg, pó liófilo injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	72	0	12	72	14	0	170	R\$ 1.233,63	R\$ 209.717,10
PADRONIZADO	142	Trastuzumabe 440 mg, pó liófilo injetável	frasco-ampola	0	50	0	0	0	0	144	194	R\$ 1.233,63	R\$ 239.324,22
AÇÃO JUDICIAL	143	Trastuzumabe 150 mg, injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	72	0	0	0	60	0	132	R\$ 867,21	R\$ 114.471,72
PADRONIZADO	144	Trastuzumabe 150 mg, injetável	frasco-ampola	0	850	2220	0	965	0	120	4.155	R\$ 867,21	R\$ 3.603.257,55
AÇÃO JUDICIAL	145	Mycobacterium bovis (BCG), pó liofilizado 40 mg- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	70	0	0	0	0	0	0	70	R\$ 382,34	R\$ 26.763,80
PADRONIZADO	146	Mycobacterium bovis (BCG), pó liofilizado 40 mg	frasco-ampola	259	0	0	0	174	0	696	1.129	R\$ 382,34	R\$ 431.661,86
AÇÃO JUDICIAL	147	Vemurafenibe 240 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	2.218	0	1.420	0	3.638	R\$ 172,94	R\$ 629.155,72
PADRONIZADO	148	Vemurafenibe 240 mg	comprimido revestido	0	0	2.952	0	0	0	0	2.952	R\$ 172,94	R\$ 510.518,88
AÇÃO JUDICIAL	149	Abemaciclibe 100mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	0	0	0	0	6.020	0	6.884	R\$ 163,22	R\$ 1.123.606,48
AÇÃO JUDICIAL	150	Abemaciclibe 150mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	7.776	1.620	0	2.592	9.360	2.590	0	23.938	R\$ 234,37	R\$ 5.610.349,06
AÇÃO JUDICIAL	151	Acalabrutinibe 100mg, cápsula - AÇÃO JUDICIAL	cápsula	4.320	4.320	0	7.200	7.200	0	0	23.040	R\$ 381,77	R\$ 8.795.980,80
AÇÃO JUDICIAL	152	Alectinibe 150mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	cápsula	10.138	8.000	0	4.300	0	12.900	0	35.338	R\$ 98,68	R\$ 3.487.153,84
AÇÃO JUDICIAL	153	Apalutamida 60 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	1.728	4.320	0	0	6.048	R\$ 80,00	R\$ 483.840,00
AÇÃO JUDICIAL	154	Avelumabe 20 mg/ml, injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	96	0	15	0	0	0	111	R\$ 5.035,27	R\$ 558.914,97
AÇÃO JUDICIAL	155	Axitinibe 5 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	0	0	720	720	0	0	1.440	R\$ 295,64	R\$ 425.721,60
AÇÃO JUDICIAL	156	Cabazitaxel 40 mg/ml (60 mg/1,5 ml), Solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco 1,5 ml	22	0	0	50	34	0	0	106	R\$ 1.052,33	R\$ 111.546,98
AÇÃO JUDICIAL	157	Canaquinumabe 150mg/ml, solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	55	576	0	0	24	0	0	655	R\$ 50.643,77	R\$ 33.171.669,35
AÇÃO JUDICIAL	158	Carfilzomibe 60 mg pó liófilo para solução injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	360	0	0	120		0	480	R\$ 2.366,33	R\$ 1.135.838,40
AÇÃO JUDICIAL	159	Cemiplimabe 50 mg/ml, injetável - AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 7 ml	29	144	0	20	32	48	0	273	R\$ 34.903,62	R\$ 9.528.688,26
AÇÃO JUDICIAL	160	Cetuximabe 5 mg/ml, injetável (cetuximabe 500 mg) - AÇÃO JUDICIAL	frasco 100 ml	0	0	0	27	520	48	0	595	R\$ 4.171,27	R\$ 2.481.905,65
AÇÃO JUDICIAL	161	Crizotinibe 250mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	2.592	0	0	0	1.440	0	0	4.032	R\$ 441,82	R\$ 1.781.418,24
AÇÃO JUDICIAL	162	Dabrafenibe 75mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	1.728	0	0	432	2.880	0	1.728	6.768	R\$ 239,11	R\$ 1.618.296,48
AÇÃO JUDICIAL	163	Daratumumabe 100 mg (20 mg/ml), solução injetável (intravenoso)- AÇÃO JUDICIAL	frasco 5 ml	3.110	144	0	26	12	120	0	3.412	R\$ 1.640,47	R\$ 5.597.283,64
AÇÃO JUDICIAL	164	Daratumumabe 400 mg (20 mg/ml), solução injetável (intravenoso)- AÇÃO JUDICIAL	frasco 20 ml	0	360	0	106	132	156	15	769	R\$ 6.561,93	R\$ 5.046.124,17
AÇÃO JUDICIAL	165	Daratumumabe 1800 mg (120 mg/ml), solução injetável (subcutâneo)- AÇÃO JUDICIAL	frasco 15 ml	0	336	0	0	108	0	0	444	R\$ 19.682,55	R\$ 8.739.052,20
AÇÃO JUDICIAL	166	Darolutamida 300 mg, comprimido revestido.- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	7.200	0	0	1.440	0	0	8.640	R\$ 79,29	R\$ 685.065,60

AÇÃO JUDICIAL	167	Durvalumabe 500mg (50 mg/ml), solução injetável para infusão intravenosa, frasco-ampola 10 ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 10 ml	0	108	0	0	75	0	33	216	R\$ 10.929,86	R\$ 2.360.849,76
AÇÃO JUDICIAL	168	Durvalumabe 120mg (50 mg/ml), solução injetável para infusão intravenosa, frasco-ampola 2,4 ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola 2,4 ml	0	144	0	15	0	0	0	159	R\$ 2.600,99	R\$ 413.557,41
AÇÃO JUDICIAL	169	Everolimo 5 mg, comprimido - AÇÃO JUDICIAL	comprimido	1296	720	0	110	0	0	0	2.126	R\$ 42,00	R\$ 89.292,00
AÇÃO JUDICIAL	170	Ibrutinibe 140 mg, cápsula- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	4.320	30.780	0	1.836	2.880	6.670	0	46.486	R\$ 375,50	R\$ 17.455.493,00
AÇÃO JUDICIAL	171	Lapatinibe, sal ditosilato, 250 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	0	3.600	0	0	1.820	0	0	5.420	R\$ 61,18	R\$ 331.595,60
AÇÃO JUDICIAL	172	Lanreotida 90 mg (180mg/ml) solução injetável de liberação prolongada- AÇÃO JUDICIAL	seringa preenchida 0,5 ml	14	0	0	4	0	0	0	18	R\$ 2.783,30	R\$ 50.099,40
AÇÃO JUDICIAL	173	Lenalidomida 5 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	1512	0	0	0	0	0	0	1.512	R\$ 114,80	R\$ 173.577,60
AÇÃO JUDICIAL	174	Lenalidomida 10 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	3024	0	0	720	720	1092	0	5.556	R\$ 62,57	R\$ 347.638,92
AÇÃO JUDICIAL	175	Lenalidomida 25 mg, cápsula ou comprimido- AÇÃO JUDICIAL	cápsula ou comprimido	3629	8694	0	175	504	300	0	13.302	R\$ 150,33	R\$ 1.999.689,66
AÇÃO JUDICIAL	176	Lenvatinibe, Mesilato 4 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	432	720	0	720	360	0	0	2.232	R\$ 81,87	R\$ 182.733,84
AÇÃO JUDICIAL	177	Lenvatinibe, Mesilato 10 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	2808	720	0	360	2160	0	0	6.048	R\$ 191,09	R\$ 1.155.712,32
AÇÃO JUDICIAL	178	Niraparibe monoidratado, Tosilato 100mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	1.728	0	0	0	0	0	0	1.728	R\$ 335,98	R\$ 580.573,44
AÇÃO JUDICIAL	179	Nivolumabe 10 mg/ml, solução injetável, frasco 10 ml.- AÇÃO JUDICIAL	frasco 10 ml	403	3.384	0	765	484	120	180	5.336	R\$ 7.287,58	R\$ 38.886.526,88
AÇÃO JUDICIAL	180	Nivolumabe 10 mg/ml, solução injetável, frasco 4 ml.- AÇÃO JUDICIAL	frasco 4 ml	86	1.152	0	388	224	408	36	2.294	R\$ 2.915,04	R\$ 6.687.101,76
AÇÃO JUDICIAL	181	Olaparibe 150 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	3.456	6.480	0	940	4.368	2.440	1.008	18.692	R\$ 213,82	R\$ 3.996.723,44
AÇÃO JUDICIAL	182	Osimertinibe 80 mg, comprimido revestido- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	864	1.800	0	828	1.080	430	864	5.866	R\$ 885,50	R\$ 5.194.343,00
AÇÃO JUDICIAL	183	Palbociclibe 100 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	0	0	0	360	0	0	360	R\$ 144,00	R\$ 51.840,00
AÇÃO JUDICIAL	184	Palbociclibe 125 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	4152	0	2621	720	60	0	7.553	R\$ 112,00	R\$ 845.936,00
AÇÃO JUDICIAL	185	Panitumumabe 20 mg/ml, solução injetável, frasco-ampola de 5 ml- AÇÃO JUDICIAL	frasco 5 ml	115	24	0	100	96	84	0	419	R\$ 1.336,22	R\$ 559.876,18
AÇÃO JUDICIAL	186	Pazopanibe, cloridrato 200 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	36.720	0	5.760	0	0	0	42.480	R\$ 76,89	R\$ 3.266.287,20
AÇÃO JUDICIAL	187	Ponatinibe, cloridrato 15 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	3.024	0	0	1.080	0	430	0	4.534	R\$ 320,99	R\$ 1.455.368,66
AÇÃO JUDICIAL	188	Ruxolitinibe, fosfato 10 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	864	0	0	0	720	0	0	1.584	R\$ 290,90	R\$ 460.785,60
AÇÃO JUDICIAL	189	Ruxolitinibe, fosfato 20 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido	5.184	0	0	1.152	720	864	0	7.920	R\$ 370,99	R\$ 2.938.240,80
AÇÃO JUDICIAL	190	Temozolomida 180 mg- AÇÃO JUDICIAL	cápsula	0	0	0	0	60	25	0	85	R\$ 307,04	R\$ 26.098,40
AÇÃO JUDICIAL	191	Trametinibe, dimetilsulfóxido 2 mg- AÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	432	0	0	430	720	220	432	2.234	R\$ 549,81	R\$ 1.228.275,54
AÇÃO JUDICIAL	192	Trastuzumabe Entasina 100 mg, pó líofilo para solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	1.080	0	25	240	14	0	1.359	R\$ 7.267,94	R\$ 9.877.130,46
AÇÃO JUDICIAL	193	Trastuzumabe Entansina 160 mg, pó líofilo para solução injetável- AÇÃO JUDICIAL	frasco-ampola	0	252	0	0	96	48	0	396	R\$ 11.628,72	R\$ 4.604.973,12

ACÇÃO JUDICIAL	194	Trifluridina 20mg + Tipiracila, cloridrato 9,420 mg (equivalente a 20mg de Trifluridina + 8,19 mg de Tipiracila)- ACÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	217	0	0	0	217	R\$ 235,89	R\$ 51.188,13
ACÇÃO JUDICIAL	195	Vandetanibe 100 mg- ACÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	0	0	0	540	0	0	0	540	R\$ 267,70	R\$ 144.558,00
ACÇÃO JUDICIAL	196	Vandetanibe 300 mg- ACÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	864	0	0	0	720	220	0	1.804	R\$ 625,24	R\$ 1.127.932,96
ACÇÃO JUDICIAL	197	Venetoclax 100 mg- ACÇÃO JUDICIAL	comprimido revestido	5.184	0	0	2.304	4.320	1.080	0	12.888	R\$ 308,22	R\$ 3.972.339,36
ACÇÃO JUDICIAL	198	Vismodegibe 150 mg- ACÇÃO JUDICIAL	cápsula	432	0	0	720	720	860	432	3.164	R\$ 877,68	R\$ 2.776.979,52
PADRONIZADO	199	Ácido Fólinico (Folinato de Cálcio) 10 mg/ml, solução injetável, frasco 30ml.	frasco 30 ml	0	2000	696	200	2000	0	1296	6.192	R\$ 129,52	R\$ 801.987,84
PADRONIZADO	200	Anagrelida cloridrato 0,5 mg	cápsula	0	0	15.096	0	2.300	0	5.760	23.156	R\$ 30,80	R\$ 713.204,80
PADRONIZADO	201	Bleomicina sulfato, 15 U, pós liófilo para injetável	frasco-ampola	115	120	420	0	274	0	432	1.361	R\$ 218,05	R\$ 296.766,05
PADRONIZADO	202	Carboplatina 150 mg, injetável (10 mg/ml, frasco 15 ml ou pó liofilizado	frasco-ampola	0	550	2940	0	0	0	0	3.490	R\$ 107,89	R\$ 376.536,10
PADRONIZADO	203	Carboplatina 450 mg, injetável	frasco 45ml	806	680	0	200	663	0	1440	3.789	R\$ 228,52	R\$ 865.862,28
PADRONIZADO	204	Ciclofosfamida 50 mg, comprimido liberação prolongada	comprimido	4.090	750	2.904	0	1.450	0	1.440	10.634	R\$ 0,95	R\$ 10.102,30
PADRONIZADO	205	Ciclosporina 100 mg/ml; solução oral; frasco com 50 ml	frasco	432	0	0	0	43	0	0	475	R\$ 387,09	R\$ 183.867,75
PADRONIZADO	206	Cisplatina 50 mg (1 mg/ml, frasco 50 ml), pó liófilo injetável ou solução injetável	frasco-ampola	763	550	1092	200	1195	0	0	3.800	R\$ 103,03	R\$ 391.514,00
PADRONIZADO	207	Cisplatina 100 mg (1 mg/ml, frasco 100 ml), pós liófilo injetável ou solução injetável100ML FRASCO-AMPOLA	frasco-ampola	0	150	0	0	0	0	1584	1.734	R\$ 187,30	R\$ 324.778,20
PADRONIZADO	208	Citarabina 100 mg injetável (pó liofilizado com diluente ou solução injetável)	frasco-ampola	0	500	336	0	533	0	0	1.369	R\$ 11,03	R\$ 15.100,07
PADRONIZADO	209	Citarabina, Cloridrato, 1 g, pó liófilo para injetável	frasco-ampola	0	150	1620	0	1527	0	864	4.161	R\$ 76,19	R\$ 317.026,59
PADRONIZADO	210	Dacarbazina 200 mg, injetável	frasco-ampola	216	150	1020	30	461	0	288	2.165	R\$ 32,39	R\$ 70.124,35
PADRONIZADO	211	Dasatinibe 20 mg	comprimido	0	0	6600	0	1380	0	0	7.980	R\$ 39,52	R\$ 315.369,60
PADRONIZADO	212	Daunorrubicina 20 mg, injetável	frasco-ampola	0	450	240	0	836	0	1.440	2.966	R\$ 111,47	R\$ 330.620,02
PADRONIZADO	213	Decitabina, 50 mg, pó liófilo para injetável	frasco-ampola	0	0	0	0	100	0	0	100	R\$ 1.013,61	R\$ 101.361,00
PADRONIZADO	214	Dexrazoxano 500mg, injetável	frasco-ampola	0	450	0	0	72	0	0	522	R\$ 1.271,51	R\$ 663.728,22
PADRONIZADO	215	Docetaxel 20mg (20mg/ml, injetável, frasco-ampola 1ml)	frasco-ampola 1ml	0	0	0	0	403	0	1152	1.555	R\$ 26,60	R\$ 41.363,00
PADRONIZADO	216	Docetaxel 80mg (20mg/ml, injetável, frasco-ampola 4ml)	frasco-ampola 4ml	662	70	732	300	620	0	2160	4.544	R\$ 51,99	R\$ 236.242,56
PADRONIZADO	217	Doxorrubicina cloridrato 50mg , Pó liofilizado para solução injetável ou solução injetável	frasco- ampola	1253	450	1440	300	1030	0	1440	5.913	R\$ 40,20	R\$ 237.702,60
PADRONIZADO	218	Enzalutamida 80 mg	comprimido	0	0	4.680	0	0	0	11.520	16.200	R\$ 206,24	R\$ 3.341.088,00
PADRONIZADO	219	Etoposídeo 100 mg	frasco-ampola	360	1.350	936	200	1.420	0	1.152	5.418	R\$ 19,38	R\$ 105.000,84
PADRONIZADO	220	Fludarabina, Fosfato 50 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	204	0	160	0	432	796	R\$ 1.503,09	R\$ 1.196.459,64
PADRONIZADO	221	Fluoruracila 50 mg/ml, injetável (500mg)	frasco-ampola 10 ml	4583	620	0	1000	2900	0	432	9.535	R\$ 16,64	R\$ 158.662,40
PADRONIZADO	222	Fluoruracila 2,5 gr (50 mg/ml), injetável (estabilidade farmacocinética de administração de no mínimo 48 horas)	frasco-ampola	0	1.500	0	0	1.660	0	1.152	4.312	R\$ 111,49	R\$ 480.744,88
PADRONIZADO	223	Ganciclovir 1 mg/ml, injetávelL	bolsa 500ml	0	0	0	146	0	0	0	146	R\$ 196,00	R\$ 28.616,00
PADRONIZADO	224	Gencitabina cloridrato, 200 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	0	0	0	0	936	936	R\$ 26,40	R\$ 24.710,40

PADRONIZADO	225	Idarrubicina, cloridrato, 10 mg, injetável	frasco-ampola	0	150	120	0	288	0	0	558	R\$ 1.443,14	R\$ 805.272,12
PADRONIZADO	226	Ifosfamida 1 g, injetável	frasco-ampola	0	300	1812	0	1340	0	504	3.956	R\$ 47,00	R\$ 185.932,00
PADRONIZADO	227	Irinotecano 100 mg, injetável (20mg/ml, ampola 5ml)	ampola 5ml	1282	200	1068	300	1070	0	1584	5.504	R\$ 28,66	R\$ 157.744,64
PADRONIZADO	228	Megestrol, acetato 160mg, comprimido	comprimido	0	450	0	0	450	0	0	900	R\$ 5,01	R\$ 4.509,00
PADRONIZADO	229	Melfalana 2 mg, comprimido	comprimido	0	0	900	0	600	0	5.040	6.540	R\$ 6,14	R\$ 40.155,60
PADRONIZADO	230	Mercaptopurina 50 mg, comprimido	comprimido	0	3.000	2.592	0	21.000	0	2.880	29.472	R\$ 4,68	R\$ 137.928,96
PADRONIZADO	231	Mesna 400 mg (100mg/ml, ampola 4 ml), solução injetável	ampola 4ml	936	0	1992	264	3260	0	3888	10.340	R\$ 13,88	R\$ 143.519,20
PADRONIZADO	232	Mesna 400 mg, comprimido	comprimido	0	0	3.264	0	1.140	0	2.160	6.564	R\$ 11,48	R\$ 75.354,72
PADRONIZADO	233	Metotrexato 1 g, injetável (100 MG/ML, ampola 10ml)	frasco-ampola 10ml	0	0	72	0	540	0	144	756	R\$ 78,66	R\$ 59.466,96
PADRONIZADO	234	Metotrexato 500 mg, injetável	frasco-ampola	115	0	48	0	0	0	144	307	R\$ 125,93	R\$ 38.660,51
PADRONIZADO	235	Metotrexato 50 mg, injetável	frasco-ampola	187	750	204	20	925	0	0	2.086	R\$ 20,81	R\$ 43.409,66
PADRONIZADO	236	Metotrexato 5 g (100 mg/ml, frasco-ampola 50 ml), injetável.	frasco-ampola 50 ml	0	450	0	40	202	0	0	692	R\$ 770,58	R\$ 533.241,36
PADRONIZADO	237	Mitoxantrona cloridrato, 2 mg/ml, injetável (ampola 10 ml)	frasco-ampola 10ml	0	150	24	0	130	0	144	448	R\$ 778,67	R\$ 348.844,16
PADRONIZADO	238	Oxaliplatina 100 mg, injetável	frasco-ampola	1800	1500	1896	1000	1200	0	2376	9.772	R\$ 49,81	R\$ 486.743,32
PADRONIZADO	239	Oxaliplatina 50 mg, injetável	frasco-ampola	0	700	0	0	1760	0	1440	3.900	R\$ 35,33	R\$ 137.787,00
PADRONIZADO	240	Paclitaxel 150 mg (6 mg/ml, frasco 25 ml)	frasco-ampola 25 ml	0	0	0	0	1340	0	0	1.340	R\$ 90,14	R\$ 120.787,60
PADRONIZADO	241	Pegaspargase 750 U/mL, injetável frasco-ampola 5 mL	frasco-ampola 5 mL	0	200	12	0	180	0	432	824	R\$ 6.081,44	R\$ 5.011.106,56
PADRONIZADO	242	Pemetrexede 100 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	768	0	0	0	0	768	R\$ 56,79	R\$ 43.614,72
PADRONIZADO	243	Sunitinibe, Malato, 12,5 mg	comprimido	0	0	0	0	2380	0	1680	4.060	R\$ 4,92	R\$ 19.975,20
PADRONIZADO	244	Sunitinibe, Malato, 25 mg	comprimido	0	0	0	0	0	0	2688	2.688	R\$ 8,56	R\$ 23.009,28
PADRONIZADO	245	Tioguanina 40 mg, comprimido	comprimido	0	1.500	0	0	800	0	0	2.300	R\$ 10,33	R\$ 23.759,00
PADRONIZADO	246	Topotecana cloridrato 4 mg, injetável	frasco-ampola	0	0	12	0	87	0	144	243	R\$ 386,14	R\$ 93.832,02
PADRONIZADO	247	Trióxido de Arsênio 1 mg/ml, solução para perfusão	ampola 10 ml	0	300	0	0	850	0	0	1.150	R\$ 1.170,04	R\$ 1.345.546,00
PADRONIZADO	248	Vimblastina 10 mg , injetável	frasco-ampola	0	150	192	0	190	0	288	820	R\$ 83,82	R\$ 68.732,40
PADRONIZADO	249	Vincristina, sulfato 1 mg, injetável	frasco-ampola 1 ml	0	1500	612	0	1840	0	72	4.024	R\$ 34,20	R\$ 137.620,80
PADRONIZADO	250	Vinorelbina, Sal Tartarato, 20 mg, cápsula	cápsula	3.456	0	0	90	0	0	3.600	7.146	R\$ 140,98	R\$ 1.007.443,08
PADRONIZADO	251	Vinorelbina, Sal Tartarato, 30 mg, capsula	cápsula	5.083	320	0	90	0	0	2.160	7.653	R\$ 227,43	R\$ 1.740.521,79

8.2. A planilha integral com todos os 251 itens está disponível no SEI sob o número 186219532 e é parte integrante deste Termo de Referência. Os itens acima apresentados são ilustrativos do universo completo.

9. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da licitação é de R\$ R\$ 587.361.306,01 (quinhentos e oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil trezentos e seis reais e um centavo) , conforme pesquisa de preços realizada pelo setor competente (Doc. SEI 196623702).

9.2. A pesquisa de preços foi estruturada com base em valores unitários efetivamente praticados no mercado público, considerando os preços máximos da Tabela CMED, os descontos obrigatórios do CAP e os preços históricos praticados nas contratações públicas dos entes consorciados.

9.3. De acordo com o art. 101, Parágrafo único, do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Brasil Central (Resolução nº 04/2023), a indicação de disponibilidade de créditos orçamentários é dispensada na fase de adoção do SRP, sendo exigida somente para a formalização do contrato ou do instrumento hábil equivalente.

9.4. Ressalta-se, contudo, a necessidade de suficiente e prévia dotação orçamentária no âmbito da Lei Orçamentária Anual de cada Ente Consorciado, como condição para a celebração do Contrato de Rateio referente à presente aquisição, conforme preceitua o art. 10, inciso XV, da Lei nº 8.429/1992.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação não será parcelada em lotes por grupo de medicamentos, optando-se pela adjudicação individualizada por item (medicamento), em atendimento à Súmula nº 247 do TCU e ao art. 3.1 do presente Termo de Referência.

- 10.2. A adjudicação por item amplia a competitividade, pois permite que empresas especializadas em determinados segmentos terapêuticos (oncológicos biológicos, quimioterápicos convencionais, hormônios etc.) participem individualmente sem a necessidade de compor consórcio ou de cobrir todo o rol de medicamentos.
- 10.3. A não agregação dos itens em lotes também reduz o risco de fracasso ou deserção do certame – conforme demonstrado pela experiência de 2022 e 2023 –, garantindo maior probabilidade de adjudicação e de obtenção de preços vantajosos.
- 10.4. Os medicamentos são organizados em pares (ação judicial + padronizado) para o mesmo princípio ativo, possibilitando a correta aplicação do CAP conforme a destinação do item, sem prejuízo à gestão das Atas de Registro de Preços.
- 10.5. O critério de menor preço por item assegura coerência metodológica entre a formação do valor estimado (realizada unitariamente) e a seleção da proposta mais vantajosa, preservando a economicidade, a competitividade e a isonomia entre os licitantes.

11. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

11.1. O presente processo licitatório não é interdependente de nenhuma outra contratação específica, porém guarda correlação com as seguintes iniciativas e instrumentos:

- a) Atas de Registro de Preços próprias de cada ente consorciado para medicamentos oncológicos – os entes poderão utilizar, preferencialmente, a ata que apresentar o menor preço unitário, não havendo obrigatoriedade de adesão à ata do BrC;
- b) Contratos de Rateio firmados entre o Consórcio Brasil Central e os entes consorciados – instrumento que viabiliza financeiramente a execução das Atas de Registro de Preços gerenciadas pelo BrC;
- c) Implementação do Componente da Assistência Farmacêutica em Oncologia (AF-Onco), instituído pela Portaria GM/MS nº 8.477/2025 – a regulamentação complementar do AF-Onco poderá, no futuro, alterar a sistemática de aquisição e financiamento de determinados medicamentos;
- d) Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Rename 2024 (Portaria GM/MS nº 6.324/2024) – parâmetro técnico para a padronização dos medicamentos objeto desta contratação;
- e) Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas (DDT) do Ministério da Saúde – orientam a indicação clínica dos medicamentos padronizados nos CACON e UNACON.

11.2. Qualquer alteração nos instrumentos correlatos elencados que impacte o objeto desta contratação deverá ser comunicada ao Consórcio Brasil Central pelos entes consorciados, para as devidas providências de gestão das Atas de Registro de Preços.

12. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

12.1. O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC), constituído como associação pública com personalidade jurídica de direito público, integra o Distrito Federal e os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins. Sua atuação fundamenta-se na promoção integrada do desenvolvimento econômico e social regional, mediante cooperação federativa entre as Unidades Federativas consorciadas.

12.2. O Planejamento Estratégico do BrC para o período 2024-2027 estabelece como eixo orientador a 'promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável e integrada', inscrito na área de atuação Desenvolvimento Econômico. Nesse contexto estratégico, o Projeto Compras Compartilhadas em Saúde configura-se como instrumento concreto de alinhamento às prioridades institucionais.

12.3. O modelo de Compras Compartilhadas em Saúde demonstra a viabilidade de redução substancial de custos unitários por meio de economias de escala, além de fortalecer a credibilidade junto ao mercado fornecedor e otimizar os processos administrativos das Secretarias de Estado de Saúde. A centralização das demandas, operacionalizada através do BrC, reduz a fragmentação das compras públicas e mitiga as deficiências técnicas frequentemente observadas em processos licitatórios isolados.

12.4. O presente Termo de Referência instrumentaliza essa diretriz estratégica, estabelecendo os critérios técnicos, quantitativos e administrativos para a aquisição de medicamentos para tratamentos oncológicos destinados ao atendimento das demandas decorrentes de ações judiciais, bem como ao atendimento dos medicamentos padronizados nos CACON e UNACON sob gestão das Secretarias de Saúde dos Entes Consorciados.

13. **BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

13.1. São benefícios esperados com a realização das Compras Compartilhadas de Medicamentos Oncológicos:

- a) Redução do custo unitário dos medicamentos pela ampliação da escala de compra, com impacto direto na economicidade das aquisições de todos os entes consorciados;
- b) Ampliação do acesso e da disponibilidade dos medicamentos essenciais ao tratamento do câncer, com tempo de resposta mais adequado às necessidades das Secretarias de Saúde;
- c) Redução do risco de desabastecimento de medicamentos oncológicos, especialmente para demandas judiciais que exigem fornecimento imediato;
- d) Padronização dos processos de aquisição entre os entes consorciados, com redução dos custos administrativos e da duplicação de esforços nas equipes técnicas das Secretarias de Saúde;
- e) Aumento da segurança jurídica nas contratações, por meio de processo licitatório competitivo conduzido por equipe técnica especializada do BrC;
- f) Fortalecimento da cooperação interfederativa e da credibilidade do Consórcio junto ao mercado farmacêutico, atraindo fornecedores de maior capacidade técnica e logística;

g) Apoio à implementação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC), contribuindo para a universalidade e integralidade da atenção oncológica no SUS.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Para viabilizar a plena execução das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame, os entes consorciados deverão adotar, previamente à celebração de cada instrumento de fornecimento, as seguintes providências:

- a) Designação formal, por meio de portaria, do servidor público ou da Comissão de Recebimento responsável pelo recebimento dos medicamentos nos almoxarifados, comunicando ao BrC a publicação do ato e qualquer alteração posterior;
- b) Verificação da disponibilidade de dotação orçamentária e financeira no âmbito de sua Lei Orçamentária Anual ou créditos adicionais, como condição para a celebração do Contrato de Rateio e a efetivação dos empenhos;
- c) Atualização cadastral dos endereços e contatos dos almoxarifados de medicamentos, para fins de emissão das Ordens de Fornecimento e agendamento das entregas;
- d) Capacitação dos servidores responsáveis pelo recebimento, conferência e armazenamento de medicamentos oncológicos, especialmente quanto aos requisitos de cadeia de frio, verificação de validade, rastreabilidade e procedimentos de recusa de produtos não conformes (RDC Anvisa nº 430/2020);
- e) Definição do fluxo interno na Secretaria de Saúde que permita agilidade nos procedimentos de programação, assinatura de Contrato de Rateio, envio de requisição, transferência de recursos, recebimentos provisório e definitivo e encaminhamento de Notas Fiscais ao BrC;
- f) Manutenção de Contrato de Rateio vigente e com saldo suficiente para possibilitar a aquisição por meio das Atas do Consórcio Brasil Central.

13.2 O Consórcio Brasil Central providenciará, previamente ao início da execução das Atas:

- a) Designação, por meio de Portaria nº 58/2024 (de 14/10/2024), dos empregados responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços, conforme arts. 216 e 246 do Regulamento de Licitações e Contratos do BrC;
- b) Comunicação formal aos entes consorciados sobre a disponibilidade das Atas de Registro de Preços, com alerta de que a Requisição deve ser resultado de programação que observe estoque e consumo atualizado dos almoxarifados, evitando eventuais prejuízos ao erário decorrentes da possível expiração do prazo de validade dos itens;
- c) Disponibilização dos modelos dos instrumentos de execução (Requisição de Medicamentos, Ordem de Fornecimento, Carta de Compromisso de Troca e Termo de Confirmação de Entrega) aos entes consorciados.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

15.1. A aquisição de medicamentos oncológicos pode gerar impactos ambientais relacionados à gestão de resíduos farmacêuticos e ao descarte de embalagens, notadamente:

- a) Geração de resíduos de serviços de saúde (RSS) enquadrados no Grupo B (resíduos químicos), incluindo medicamentos vencidos ou com prazo de validade expirado, embalagens primárias e secundárias contaminadas;
- b) Necessidade de controle de temperatura em transporte e armazenamento (cadeia de frio), com potencial consumo adicional de energia elétrica e uso de equipamentos de refrigeração.

15.2. As principais medidas mitigadoras aplicáveis são:

- a) Descarte adequado de medicamentos e embalagens conforme a RDC Anvisa nº 222/2018, que regulamenta os requisitos de boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, sendo de responsabilidade de cada ente consorciado a adoção dos procedimentos de descarte em conformidade com a legislação vigente (conforme item 22.1.14 deste TR);
- b) Programação racional das aquisições, com base em consumo histórico e saldo de estoque atualizado, para evitar o vencimento de medicamentos e a consequente geração desnecessária de resíduos farmacêuticos;
- c) Utilização da Carta de Compromisso de Troca, que assegura a substituição de medicamentos próximos ao vencimento, reduzindo o desperdício;
- d) Cumprimento das Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos (RDC Anvisa nº 430/2020), incluindo o adequado controle de temperatura e umidade, minimizando perdas por degradação.

15.3. O objeto desta contratação não envolve obras, serviços de engenharia ou aquisição de equipamentos de alto consumo energético, de modo que os impactos ambientais identificados são de baixa complexidade e plenamente mitigáveis com a adoção das medidas acima descritas.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. Diante de todo o exposto, a Equipe de Planejamento do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central conclui pela adequação e necessidade da realização do Pregão Eletrônico para Registro de Preços de medicamentos para tratamento oncológico – Oncologia 2026.

16.2. A contratação atende plenamente ao interesse público, pois:

- a) Responde a uma necessidade real e urgente dos sete entes consorciados, de natureza continuada, relacionada ao tratamento oncológico de suas populações;
- b) A solução adotada (SRP via Pregão Eletrônico compartilhado) é a mais vantajosa dentre as disponíveis no mercado, conforme análise constante da Seção 5 deste TR;

- c) Os quantitativos foram apurados com metodologia técnica adequada, a partir de dados fornecidos pelas próprias Secretarias de Saúde, com margem de segurança conservadora de até 20%;
- d) O valor estimado de R\$ R\$ 587.361.306,01 é compatível com os preços praticados no mercado, tendo sido formado com base em pesquisa de preços estruturada;
- e) A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do BrC 2024-2027 e às diretrizes da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer;
- f) Os requisitos técnicos, de habilitação e de execução são proporcionais e necessários para garantir a qualidade, autenticidade e rastreabilidade dos medicamentos fornecidos.

16.3. Conclui-se, portanto, pela viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação proposta, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório com a elaboração do Edital correspondente.

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 56 do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Brasil Central.

17.2. A adoção do critério de menor preço unitário revela-se tecnicamente adequada à presente contratação, considerando que a pesquisa de preços foi estruturada com base em valores unitários efetivamente praticados no mercado público.

17.3. A relação de medicamentos consolidada contempla itens submetidos a distintos regimes regulatórios no âmbito da CMED, com incidência seletiva do CAP, circunstância que afasta a adoção uniforme do critério de maior desconto sobre tabela oficial.

17.4. O critério de menor preço por item proporciona maior objetividade na comparação das propostas, previsibilidade orçamentária e controle direto sobre o valor final contratado, preservando a economicidade, a competitividade e a isonomia entre os licitantes. A adjudicação será feita por item, em atenção à Súmula nº 247 do TCU.

18. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS – TRIBUTAÇÃO E COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE PREÇO (CAP)

18.1. Desoneração do ICMS

18.1.1. As propostas de preço deverão refletir, quando aplicável, as alíquotas de ICMS incidentes sobre os medicamentos, observando-se as respectivas desonerações previstas em Convênios CONFAZ.

18.1.2. Ressalta-se especialmente o Convênio CONFAZ ICMS nº 162/1994, que autoriza os Estados a conceder isenção do ICMS para medicamentos destinados ao tratamento do câncer, bem como suas alterações posteriores.

18.1.3. Na ausência de desoneração fiscal específica, os licitantes deverão incluir na proposta o valor integral do ICMS conforme legislação tributária da sede do órgão gerenciador (Distrito Federal).

18.2. Coeficiente de Adequação de Preço (CAP)

18.2.1. As propostas deverão aplicar obrigatoriamente o CAP para medicamentos destinados ao atendimento de demandas decorrentes de ações judiciais, conforme a Resolução CMED nº 3/2011 e suas atualizações, em especial a Resolução CTE-CMED nº 6/2021.

18.2.2. As propostas de preço deverão ser apresentadas considerando simultaneamente: (a) a desoneração de ICMS, quando aplicável; (b) a aplicação do CAP conforme Resoluções CMED nº 3/2011 e CTE-CMED nº 6/2021; (c) o preço máximo previsto na Tabela CMED.

18.2.3. O preço final proposto deverá refletir a incidência cumulativa desses fatores, apresentado de forma clara e discriminada em planilha específica (Anexo I – Modelo de Proposta).

18.2.4. Não serão aceitas propostas com preços superiores ao da Tabela CMED.

19. DA DECLARAÇÃO DE FABRICANTE OU ATESTADO DE VINCULAÇÃO COMERCIAL

19.1. Com o objetivo de garantir qualidade, autenticidade e rastreabilidade sanitária dos produtos fornecidos, conforme RDC Anvisa nº 430/2020, a licitante vencedora deverá apresentar no momento da habilitação:

a) Declaração de Fabricante ou Atestado de Vinculação Comercial, emitido pelo detentor do registro do medicamento junto à Anvisa (para empresas distribuidoras que adquirem diretamente do fabricante/detentor do registro);

b) Declaração de Origem e Rastreabilidade, emitida pela distribuidora fornecedora intermediária, acompanhada da comprovação de vínculo comercial ativo com o detentor do registro (contrato formalizado em vigência ou rastreabilidade via SNCM), para distribuidoras que não adquirem diretamente do fabricante.

19.2. Os modelos da Declaração de Fabricante, Atestado de Vinculação Comercial e Declaração de Origem e Rastreabilidade encontram-se no Anexo II deste Termo de Referência.

20. DO LOCAL, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

20.1. O local de entrega dos medicamentos será nas capitais dos entes consorciados, nos almoxarifados de medicamentos indicados abaixo. O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio do Empenho e Ordem de Fornecimento pelo Consórcio Brasil Central.

20.2. A entrega dos medicamentos ocorrerá na capital do ente demandante, em remessa única, conforme endereços a seguir (sujeitos a atualizações em caso de mudança nos almoxarifados):

ENTE	ENDEREÇO	HORÁRIO	AGENDAMENTO/CONTATO
Distrito Federal	FARMÁCIA CENTRAL – SGAP, Lote 06, Bloco G, SIA, Guará, Brasília-DF, CEP 71215-000	Seg-Sex 09h-13h	agenda.medicamentos@saude.df.gov.br ; ou pelo link: https://forms.gle/vY55zt1MD5x8e9RK8 - (61) 3449-4243/4244
Goiás	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUE - COAE - Rua 26, nº 10 – Bairro Santo Antônio, CEP 74853-070, Goiânia-GO	Seg-Sex 08h-12h e 14h-16h30	(62) 3201-4950 / 3201-4951
Maranhão	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO DO ESTADO DO MARANHÃO - CAF/SES/MA - Estrada da Vitória nº 2409, Bairro Fé em Deus, São Luís-MA, CEP 65037-270	Seg-Sex 08h-12h e 14h-17h	caf.ma@saude.ma.gov.br - (98) 98779-6135 sandrodaf@gmail.com
Mato Grosso	SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA/SES/MT - Av. Gonçalo Antunes de Barros, nº 3366, Bairro Novo Mato Grosso, CEP 78058-743, Cuiabá-MT	Seg-Sex 07h-11h e 13h-17h	cadim@ses.mt.gov.br - (65) 98433-1460
Mato Grosso do Sul	CONSÓRCIO LIM – Av. Ministro João Arinos, nº 2690, Bairro Tiradentes, Campo Grande-MS ALMOXARIFADO FUNSAU - Av. Guinter Hans, 3702 - Bairro Aero Rancho, CEP 79085-108, Campo Grande-MS.	Seg-Sex 08h-11h30 e 13h-16h30 Seg-Sex 07h-10h30 e 12h30-16h30	agendamento@consorciolim.com.br - (67) 99222-6485 almox.empenhos@funsau.ms.gov.br - (67) 3778-1211
Rondônia	FES – Rua Santa Efigênia, 4348, Galpão C, Bairro Industrial, CEP 76821-240, Porto Velho-RO	Seg-Sex 07h30-13h30	atasmj.pvh@gmail.com
Tocantins	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS - Quadra 112 Sul, Rua RS 05, nº 17-19, Plano Diretor Sul, CEP 77020-174, Palmas-TO	Seg-Sex 08h-12h e 14h-18h	aftocantins@gmail.com - (63) 3218-1723 farmacêutica.doc@gmail.com ; estoqueaf@yahoo.com.br

20.3. **Necessário agendamento prévio para entrega de todos os medicamentos em todos os entes consorciados.**

20.4. Os medicamentos não poderão ser encaminhados via Correios ou outras empresas de correspondência. Todas as despesas de entrega, transporte, impostos, taxas e demais despesas decorrentes da licitação correrão por conta exclusiva da Contratada, sejam elas referentes a entregas, recolhimento ou substituições.

20.5. Compete ao Ente Consorciado informar o Consórcio Brasil Central acerca da publicação do ato de designação do servidor público ou da comissão responsáveis pelo recebimento de bens no âmbito das Atas de Registro de Preços decorrentes deste Estudo, comunicando imediatamente qualquer alteração em sua composição por meio do e-mail compras@brasilcentral.gov.br.

20.6. Será de responsabilidade do Ente o recebimento do empenho/ordem de fornecimento em seu almoxarifado, conferência e avaliação se o produto entregue está de acordo com o descrito na ordem de fornecimento, e se atende às exigências do edital e de seus anexos, bem como especificações técnicas determinadas pela Anvisa.

20.7. No momento da entrega, deverá ser apresentada:

- Cópia do Alvará ou Certificado de Licença Sanitária do veículo de transporte, conforme Portaria GM/MS nº 1052/98 e RDC Anvisa nº 430/2020 e suas alterações.
- Laudo analítico laboratorial expedido pela empresa produtora, correspondente à liberação do produto acabado junto ao fabricante, contendo, no mínimo, a estrutura de um laudo farmacopeico (USP, BP, EuP, entre outras), devidamente traduzido quando em língua estrangeira.

- 20.8. Os medicamentos devem ser acondicionados em embalagens apropriadas, originais do fabricante, lacradas, com nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampados. Os medicamentos ofertados deverão ser entregues e embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega (Art. 56, RDC Anvisa nº 430/2020). Os almoxarifados não receberão produtos: sem embalagem original; com embalagens violadas; em estado de conservação que impossibilite a utilização; com números de lote rasurados.
- 20.9. Fica a licitante CONTRATADA, condicionada na entrega a apresentar medicamentos que tenham em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão “PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO”, conforme previsto na RDC Anvisa nº 981/2025.
- 20.10. Os medicamentos devem ser acompanhados de bula que deverá estar escrita em português e atender ao Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde, especificado na Resolução-RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, RDC nº 36/2015. Os medicamentos em embalagem hospitalar devem conter um número mínimo de bulas que atenda à quantidade relativa ao menor período de tratamento discriminado na indicação do medicamento.
- 20.11. Os medicamentos recebidos serão considerados recebidos provisoriamente pelo servidor público ou Comissão de Recebimento designados pelo ente consorciado quando da apresentação do bem. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da qualidade e quantidade, mediante anotação na Nota Fiscal ou emissão de Termo de Recebimento. Na hipótese de o Ente não realizar a "anotação de recebimento" ou emissão do Termo de Recebimento a que se refere o subitem anterior, será considerado que a verificação da qualidade e da quantidade do material foi realizada. Nesse caso, o recebimento definitivo será automaticamente efetivado com o envio, pelo Ente, das Notas Fiscais ao Consórcio Brasil Central, para que sejam adotadas as providências de conferência, atesto e pagamento.
- 20.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime, previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.
- 20.13. Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação à Contratada, ficando a cargo da CONTRATADA os custos de embalagem, transporte e frete dos medicamentos devolvidos e substituídos.
- 20.14. Nos casos de recolhimento de medicamento por suspensão orientada pela Anvisa, o Ente deverá entrar em contato com o fornecedor, para solicitar as providências cabíveis para o recolhimento, e comunicar ao Consórcio para conhecimento.
- 20.15. Fica a cargo de cada Ente consorciado a definição dos fluxos internos e do tempo necessário para a realização dos recebimentos provisório e definitivo dos medicamentos entregues em seus respectivos almoxarifados. Ressalta-se, contudo, a obrigatoriedade da observância do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da entrega, para o envio das Notas Fiscais ao Consórcio Brasil Central, devidamente acompanhadas dos respectivos comprovantes e registros de recebimento, a fim de viabilizar os processos de liquidação e pagamento.
- 20.16. Quaisquer alterações deverão ser comunicadas imediatamente ao Consórcio Brasil Central por meio do e-mail compras@brasilcentral.gov.br para devidas providências.
- 20.17. O fornecedor que atrasar a entrega do material estará sujeito à multa moratória na forma prevista no Edital e seus anexos.
- 20.18. **São motivos que autorizam a prorrogação do prazo de entrega:**
- a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do fornecimento/contrato;
 - b) Impedimento da execução do fornecimento/contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
 - c) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do fornecimento/contrato.
- 20.19. O setor solicitante receberá as justificativas e documentos comprobatórios oferecidos pelo fornecedor e os submeterá à autoridade competente, para apreciação de sua pertinência e autorização da prorrogação do prazo de entrega.
- 20.20. Fica o fornecedor obrigado a comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento do prazo de entrega, a ocorrência de quaisquer dos fatos impeditivos narrados acima, que ensejam a prorrogação do prazo de entrega, juntando todos os documentos comprobatórios e informando o prazo necessário para a efetivação da entrega.
- 20.21. A solicitação de troca de marca, motivada por desabastecimento de mercado, suspensão ou cancelamento da fabricação e/ou do registro junto à Anvisa, não suspende automaticamente a contagem do prazo de entrega. Nesses casos, a empresa contratada deverá formalizar o pedido de prorrogação ou suspensão do prazo de entrega, acompanhado das justificativas e documentos comprobatórios necessários para análise e decisão da Administração.
- 20.22. Caso o não aceite do medicamento seja por questões técnicas, ele deverá ser embasado por laudo técnico elaborado pela área técnica do Ente que motivou a recusa.

21. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. Os órgãos participantes poderão solicitar o remanejamento de quantitativos disponibilizados por outros entes, condicionado à autorização prévia do BrC e ao consentimento expresso do ente detentor do saldo, conforme art. 30, §§ 2º e 6º do Decreto nº 11.462/2023.
- 21.2. O presente certame se limitará a atender as demandas do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.
- 21.3. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, admitido reajuste após esse período, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do BrC (Resolução nº 04/2023), excetoo previsto no item 22.

22. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 22.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observado o art. 25 do Decreto nº 11.462/2023.
- 22.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 22.3. O registro do fornecedor será cancelado pelo Consórcio Brasil Central quando o fornecedor: descumprir as condições da ata de registro de preços; não aceitar manter o preço registrado; sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 22.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. Deverá se levar em consideração o preço registrado nas Atas do Consórcio Brasil Central frente aos registrados em Atas próprias dos Entes consorciados quando houver, para que porventura em uma recusa de redução de preço pelo fornecedor não se provoque prejuízo maior a determinado Ente consorciado com o cancelamento do item, provocando falta de acesso ao medicamento.
- 22.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto PR 11.462/2023.

23. **DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL)**

23.1. São obrigações do Consórcio Brasil Central como órgão gerenciador:

- a) Receber as requisições dos participantes e analisar a compatibilidade entre o quantitativo disponível na Ata de Registro de Preços e o recurso encaminhado;
- b) Providenciar a emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento das requisições e dos recursos;
- c) Gerir as Atas de Registro de Preços;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório;
- f) Efetuar a restituição de recursos nos casos de cancelamento total ou parcial de empenhos e transferência de valores incorretos.

23.2. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada.

24. **DAS OBRIGAÇÕES DOS ENTES PARTICIPANTES**

24.1. São obrigações dos Entes Participantes:

- a) Prever em seu orçamento anual recurso a ser transferido para aquisição de medicamentos oncológicos;
- b) Manter Contrato de Rateio vigente e com saldo suficiente;
- c) Encaminhar ao Consórcio Brasil Central, por ofício, a Requisição de Medicamentos com as quantidades pretendidas;
- d) Realizar a transferência dos valores correspondentes antes da emissão da autorização de compra;
- e) Notificar o Consórcio sobre licitações com preços inferiores aos registrados em Ata BrC;
- f) Designar servidor público ou comissão responsável pelo recebimento dos bens;
- g) Informar ao Consórcio, no primeiro dia útil após o encerramento do prazo de entrega, sobre eventual inexecução total ou parcial;
- h) Avaliar e autorizar o recebimento de medicamentos com prazo de validade diferente do exigido, manifestando-se quanto ao aceite da Carta de Compromisso de Troca;
- i) Encaminhar ao Consórcio, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento, as Notas Fiscais com os termos de recebimento provisório e definitivo;
- j) Encaminhar ao Consórcio, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento dos medicamentos, as Notas Fiscais com os termos de recebimento provisório e definitivo;
- k) Definir, no âmbito da SES, um fluxo de trabalho claro e ágil para os procedimentos sob sua responsabilidade, incluindo: programação da demanda, assinatura do Contrato de Rateio, elaboração de Requisição de Medicamentos, transferência de recursos necessário para aquisição, realização dos procedimentos de recebimentos provisório e/ou definitivo, encaminhamento das Notas Fiscais ao Consórcio Brasil Central e comunicação de fatos relevantes à gestão e à fiscalização contratual.
- l) Providências quanto ao descarte de medicamentos, bem como de suas embalagens conforme previsto na legislação vigente (RDC Anvisa nº 222/2018).

25. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

25.1. São obrigações da Contratada:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da nota fiscal contendo informação: denominação comum brasileira, marca/fabricante (nome comercial), lote, quantidade e prazo de validade e valores;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor;
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;
- e) Comunicar ao Consórcio, **no prazo máximo de 24 horas antes da data da entrega**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;
- f) Manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Na necessidade de substituição de medicamentos, na apresentação de Carta de Compromisso de Troca, a CONTRATADA deverá se comprometer a retirar o objeto contratado vencido para o devido descarte, sem ônus à CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 dias corridos;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução;
- i) Não substituir o produto empenhado sem prévia e expressa anuência do Consórcio;
- j) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Consórcio Brasil Central;
- k) Manter atualizados seus dados cadastrais, especialmente endereço, telefone e e-mail para fins de empenho;
- l) Obervar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos medicamentos contratados;

26. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Consórcio à continuidade do contrato.

27. **DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL**

27.1. Considerando tratar-se de operação triangular, em que o Consórcio Brasil Central figura como contratante e os medicamentos serão entregues diretamente nos almoxarifados dos entes consorciados, deverão ser emitidas duas notas fiscais, observando-se, no que couber, o Ajuste SINIEF nº 13/2013 e o Ajuste SINIEF nº 8/2016:

I - Nota Fiscal de Faturamento

27.2. A Nota Fiscal de Faturamento deverá ser emitida em favor do

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central

CNPJ nº 23.791.169/0001-02

Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 01, Bloco B, nº 14, 5º Pavimento, Salas 501 e 502

Asa Norte, Brasília/DF – CEP 70.041-902.

II - Nota Fiscal de Simples Remessa

27.2.1. A Nota Fiscal de Simples Remessa deverá ser emitida em favor do ente consorciado solicitante, conforme respectivo pedido e Nota de Empenho, observando os dados cadastrais constantes neste Termo de Referência.

27.2.2. Na entrega dos medicamentos nos almoxarifados dos entes consorciados, **deverá ser apresentada obrigatoriamente a Nota Fiscal de Simples Remessa** que deverá ser emitida em favor do respectivo Ente requisitante, sendo:

- Distrito Federal: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, CNPJ/MF nº 12.116.247/0001-57, endereço Administração Central, edifício PO 700 (1º e 2º andar, Setor de Rádio e TV Norte, 701 Norte – Via W5 Norte, lote D, CEP: 70.719-040
- Goiás: Fundo Estadual de Saúde – FES (Goiás), CNPJ nº 00.544.963/0001-56, com endereço Rua 16 esquina com Rua 12, nº. 97, Bairro Centro, Goiânia/GO, CEP. 74015020
- Maranhão: Fundo Estadual de Saúde - FES (Maranhão), CNPJ nº 06.023.953/0001-51, com endereço Avenida Professor Carlos Cunha, 3839, Jaracaty, São Luís/MA, CEP 65.076-820
- Mato Grosso: Fundo Estadual de Saúde - FES (MT), CNPJ nº 04.441.389/0001-61, com endereço Centro Político e Administrativo, BL 05, CPA, Cuiabá/MT, CEP 78.050-970
- Mato Grosso do Sul: Fundo Especial de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, CNPJ nº 03.517.102/0001-77, com endereço Parque dos Poderes, Bloco 07, Parque dos Poderes, Campo Grande- MS, CEP: 79.131-902

- Rondônia: Fundo Estadual de Saúde (Rondônia), CNPJ nº 00.733.062/0001-02, com endereço Avenida Farquar, 2986, Edifício Palácio Rio Madeira, Rio Machado Reto 4, Bairro Pedrinhas, Porto Velho, Rondônia , CEP 76.801-740
- Tocantins: Fundo Especial de Saúde do Tocantins - FESTO, CNPJ nº 13.849.028/0001-40, Endereço: Quadra 112 Sul, rua Sr03, conjunto 7, lote 7A, Palmas – Tocantins, CEP 77020174.

27.3. As Notas Fiscais deverão conter obrigatoriamente:

- a) descrição do medicamento conforme Denominação Comum Brasileira (DCB);
- b) nome comercial e fabricante;
- c) número do lote;
- d) prazo de validade;
- e) referência à Nota de Empenho e à Ordem de Fornecimento;
- f) dados bancários para pagamento (instituição financeira, agência e conta corrente).

27.4. **O Ente terá o prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento dos medicamentos no local previamente indicado em Termo de Referência, para encaminhar ao Consórcio Brasil Central, via e-mail compras@brasilcentral.gov.br, as Notas Fiscais, acompanhadas dos termos de recebimento provisório e/ou definitivo, assinada pelo servidor/Comissão designada pelo Ente, para providências quanto ao atesto de Nota Fiscal e consequente pagamento.**

27.5. Caberá à contratada acompanhar o regular trâmite da documentação necessária ao atesto e pagamento.

27.6. Caso a Nota Fiscal seja emitida em desacordo com as disposições deste Termo de Referência ou com a legislação aplicável, a contratada deverá providenciar a sua substituição, hipótese em que o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação do documento regular.

27.7. Em caso de atraso no pagamento por fato imputável à Administração, o valor devido será atualizado monetariamente pela média aritmética simples do INPC e do IGP-DI, calculada pro rata tempore, nos termos do art. 229, §5º, do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Brasil Central (Resolução nº 04/2023).

28. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

28.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto, pelo Consórcio Brasil Central, da Nota Fiscal devidamente encaminhada pelo Ente consorciado solicitante, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contrato.

28.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal o momento em que o Consórcio Brasil Central receber do Ente consorciado solicitante a Nota Fiscal devidamente assinada pelo agente público ou pela Comissão de Recebimento comprovando a execução do objeto do contrato.

28.3. Ressalta-se o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento dos medicamentos no local previamente indicado em Termo de Referência e Ordem de Fornecimento, para encaminhar ao Consórcio Brasil Central, via e-mail compras@brasilcentral.gov.br, as Notas Fiscais, devidamente acompanhadas dos respectivos comprovantes e registros de recebimento.

28.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante documentação prevista no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

28.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

28.7. Em caso de atraso no pagamento por fato imputável à Administração, o valor devido será atualizado pela média aritmética simples do INPC e do IGP-DI, calculada pro rata tempore, nos termos do art. 229, § 5º, do Regulamento de Licitações e Contratos do BrC (Resolução nº 04/2023).

29. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

29.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designada uma comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto deste Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

29.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

29.3. A fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços e o atesto de Notas Fiscais serão realizados pela Comissão de Fiscalização designada no âmbito do Consórcio Brasil Central com fundamento primariamente em informações e documentos apresentados diretamente pelo Ente Consorciado e subsidiariamente em documentos apresentados por terceiros, quando subscritos por agente público vinculado ao respectivo Ente e dotados de fé pública. Em todos os casos, os atos de gestão e fiscalização no âmbito do Consórcio serão assentados nas informações fornecidas e/ou atestadas pelos participantes, presumindo-se-lhe veracidade e acurácia.

29.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

29.5. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

30. DOS ESCLARECIMENTOS IMPORTANTES

30.1. Para definir a quantidade a ser registrada em Ata, utilizamos o termo "**demanda**". Por sua vez, para especificar os itens e respectivos quantitativos no momento da solicitação de fornecimento pelos participantes, adotamos o termo "**requisição**" (de medicamentos).

30.2. Assim, a quantidade a ser registrada nas Atas visa atender às **demandas provenientes dos entes participantes Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins**. Tais demandas foram estabelecidas pelas respectivas Secretarias de Saúde, com base no consumo médio mensal informado nas planilhas de "*memória de cálculo*" e, quando necessário, incluindo uma margem de segurança de até 20%, para acomodar um possível aumento no número de usuários dos medicamentos. Vale ressaltar que o método de programação adotado pelos entes reflete o consumo histórico, conforme previsto no volume IV do Caderno de Logística de Medicamentos da coleção Assistência Farmacêutica no Brasil (Edição da UFSC, 2016).

30.3. Na âmbito da execução das Atas de Registro de Preços, os Entes Consorciados deverão encaminhar ao Consórcio Brasil Central, por meio do e-mail brasilcentral@brasilcentral.gov.br, a respectiva "Requisição", contendo a indicação dos medicamentos e os quantitativos pretendidos. Compete exclusivamente ao Ente o planejamento das aquisições, incluindo a definição dos itens, das quantidades a serem adquiridas e do momento oportuno para o envio da requisição, não cabendo ao Consórcio responsabilidade quanto a tais definições.

30.4. A gestão da futura Ata de Registro de Preços será realizada rigorosamente pelo Consórcio BrC e as quantidades solicitadas por meio da requisição devem corresponder exatamente ao valor transferido ao Consórcio.

30.5. O recurso para a aquisição deverá ser transferido à conta específica do Consórcio Brasil Central somente no momento do envio da requisição e no valor correspondente aos medicamentos, conforme a quantidade requerida.

30.6. Em atenção ao recomendado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, enviaremos, quando da comunicação de disponibilidade das Atas de Registro de Preços, alerta de que a "Requisição" deve ser resultado de programação na qual se observam estoque e consumo atualizado dos almoxarifados, a fim de evitar eventuais prejuízos ao erário em decorrência da possível expiração do prazo de validade dos itens.

30.7. Em atenção ao Art. 216 e Art. 246 do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, para acompanhamento da execução das Atas de Registro de Preços ficam designados os empregados conforme Portaria nº 58/2024 (14/10/2024).

30.8. Será utilizado como meio de comunicação entre as partes e-mail compras@brasilcentral.gov.br.

30.9. Resumidamente teremos o seguinte fluxo:

- a) Após realizado os pregões e publicadas as Atas de Registro de Preços, as atas estarão disponíveis aos Entes consorciados para requisição de medicamentos conforme seu planejamento de consumo;
- b) O ente consorciado, de acordo com seu planejamento e suas necessidades de abastecimento, encaminha ofício ao Consórcio, por meio do endereço eletrônico brasilcentral@brasilcentral.gov.br, instruído com a respectiva "Requisição" e o comprovante de transferência de recurso (ordem bancária ou outro documento pertinente);
- c) O Consórcio confirmará o depósito efetuado pelo ente em conta específica, conforme a respectiva fonte de recurso, mediante a emissão de um extrato bancário. Após a confirmação, adotará as providências necessárias à emissão do empenho e da ordem de fornecimento consistentes em:
 - c.1) Análise da "Requisição" quanto à compatibilidade de quantitativo registrado para o Ente e preços registrados nas Atas de Registro de Preços, bem como a verificação da conformidade do valor transferido para aquisição;
 - c.2) Emissão da Autorização de Utilização de Atas de Registro de Preços;
 - c.3) Emissão da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
 - c.4) Emissão da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento
- d) As notas de empenho e ordens de fornecimento serão encaminhadas aos respectivos fornecedores, com cópia aos Entes Consorciados, para fins de acompanhamento;
- e) Os produtos deverão ser entregues pelos fornecedores diretamente nos almoxarifados dos Entes Consorciado, observando-se o endereço, prazo e condições de entrega indicados no Edital e em seus anexos;
- f) O recebimento provisório e o recebimento definitivo serão realizados por servidor público ou por Comissão de Recebimento do Ente Consorciado, devidamente designados por meio de portaria expedida pelos Estados e Distrito Federal;
- g) Após a conferência dos produtos entregues, o servidor público ou Comissão de Recebimento do Ente Consorciado registra o recebimento e encaminha as Notas Fiscais ao Consórcio Brasil Central;
- h) O fiscal do contrato do Consórcio Brasil Central emitirá Relatório Circunstanciado de Fiscalização referente ao cumprimento do empenho;
- i) O Consórcio Brasil Central, por intermédio do fiscal de contrato designado em portaria, procederá ao ateste das Notas Fiscais e realizará o pagamento no prazo estipulado no Edital.

30.10. Eventuais intercorrências deverão ser formalmente comunicadas ao Consórcio Brasil Central, na qualidade de gestor das Atas de Registro de Preços, para as providências cabíveis.

30.11. As publicações referentes à presente contratação serão realizadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como nos demais meios previstos na Lei nº 14.133/2021 e nos regulamentos aplicáveis. A definição de veículos adicionais de publicação observará as orientações específicas do Consórcio Brasil Central e as exigências legais pertinentes.

31. DA RESCISÃO

31.1. O Contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a V; VIII e IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência;
- b) De forma consensual, por acordo entre as partes, nos termos do art. 38, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Somente poderá ser adotada quando for conveniente para a Administração e não houver motivos para a rescisão unilateral (TCU, Acórdão n. 2.205/2016-Plenário).

31.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

31.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

31.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

32. DAS VEDAÇÕES

32.1. É vedado à Contratada:

- a) Caucionar ou utilizar a nota de empenho ou instrumento equivalente para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução do fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

33. DAS ALTERAÇÕES

33.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

34. DO REAJUSTE DE PREÇOS

34.1. Os preços dos itens são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses, admitido reajuste após esse período, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Brasil Central (Resolução nº 04/2023).

35. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

35.1. Disposições Gerais da Fase de Licitação

35.2. O licitante que vier a incorrer em infrações durante a fase licitatória, conforme enumeradas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, estará sujeito às sanções administrativas previstas no artigo 156 da mesma Lei, na forma que segue.

35.3. A apuração de responsabilidade será precedida de regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal, e não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

35.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

35.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 35.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 35.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 35.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e
- 35.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

35.6. Das Infrações e Sanções na Fase de Execução Contratual

35.6.1. Depois de celebrado o contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

- 35.6.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 35.6.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 35.6.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 35.6.2.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 35.6.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 35.6.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 35.6.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 35.6.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 35.6.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 35.6.2.9. entregar de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- 35.6.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156.
- 35.7. **Da Aplicação das Sanções**
- 35.7.1. A contratada que cometer qualquer das infrações descritas acima, garantida a prévia oportunidade de defesa, estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil e criminal:
- 35.8. **Da Advertência**
- 35.8.1. A advertência é a sanção aplicada mediante aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir obrigação de menor gravidade e não se justificar aplicação de sanção mais severa.
- 35.8.2. Será aplicada advertência nas seguintes hipóteses:
- 35.8.2.1. A execução parcial de obrigação contratual principal ou acessória, que não cause dano significativo à Administração ou aos pacientes, desde que a contratada corrija a deficiência no prazo estabelecido;
 - 35.8.2.2. A sanção de advertência será formalizada por escrito, com cópia entregue à contratada, e registrada em seu histórico cadastral.
- 35.9. **Da Multa Compensatória**
- 35.9.1. A multa compensatória é a sanção pecuniária que representa o dano provocado pelo descumprimento contratual, incidente sobre o valor do contrato ou sobre a parcela não entregue conforme o caso.
- 35.9.2. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato ou sobre o valor da parcela em atraso, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial da aplicação da sanção.
- 35.10. **Das Infrações de Menor Gravidade – Multa de 0,5% a 15%**
- 35.10.1. Será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou da parcela não entregue para as seguintes infrações:
- 35.10.1.1. falha na entrega de documentação complementar exigida para recebimento ou aceite (exceto rastreabilidade, que será tratada separadamente), desde que a contratada a forneça no prazo de até 5 dias úteis após a notificação;
 - 35.10.1.2. entrega de medicamento com data de validade inferior ao mínimo regulatório (mas não vencido), sem acompanhamento de carta de compromisso de troca e expressa autorização de entrega, quando couber;
 - 35.10.1.3. pequenas deficiências de acondicionamento que não comprometam a integridade do medicamento, reparáveis no prazo máximo de 5 dias úteis;
 - 35.10.1.4. descumprimento de prazos de comunicação ou informação previstos no contrato.
- 35.11. **Das Infrações de Maior Gravidade – Multa de 15% a 30%**
- 35.11.1. Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou da parcela não entregue para as seguintes infrações:
- 35.11.1.1. entrega de medicamento falsificado, adulterado, vencido ou com procedência duvidosa;
 - 35.11.1.2. fornecimento de medicamento não registrado ou não autorizado pela ANVISA;
 - 35.11.1.3. quebra da cadeia de frio ou armazenamento inadequado que cause deterioração comprovada do medicamento;
 - 35.11.1.4. recusa injustificada na entrega ou substituição de medicamento com não conformidade;
 - 35.11.1.5. não cumprimento de obrigação de reposição emergencial contratualmente estabelecida;
 - 35.11.1.6. apresentação de documentação falsa ou fraudulenta;
 - 35.11.1.7. comportamento fraudulento na execução do contrato;
 - 35.11.1.8. prática de atos ilícitos ou lesivos previstos no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
 - 35.11.1.9. qualquer outra infração grave que comprometa a qualidade, segurança ou disponibilidade dos medicamentos oncológicos.

35.12. Disposições Gerais sobre Multa Compensatória

- 35.12.1. A multa será calculada sobre o valor total do contrato licitado ou, conforme o caso, sobre o valor da parcela ou nota de empenho cujo descumprimento ensejou a multa.
- 35.12.2. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido à contratada decorrente de outros contratos firmados com o Consórcio Brasil Central, mediante prévia comunicação.
- 35.12.3. O cálculo e aplicação da multa considerarão a extensão do dano, o impacto operacional causado ao programa oncológico e a afetação dos pacientes dependentes dos medicamentos contratados.

35.13. Do Impedimento de Licitar e Contratar

- 35.13.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave, àquele que:
 - 35.13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato que supere 30% (trinta por cento) do objeto contratado, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo dos pacientes dependentes dos medicamentos;
 - 35.13.1.2. der causa à inexecução total do contrato;
 - 35.13.1.3. deixar de entregar documentação exigida para a contratação, quando solicitado, no prazo de 5 dias úteis;
 - 35.13.1.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 35.13.1.5. ensejar o retardamento reiterado da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
 - 35.13.1.6. fornecer medicamento falsificado, adulterado ou cuja procedência seja duvidosa, independentemente da quantidade.
- 35.14. Considera-se dar causa à inexecução total do contrato:
 - 35.14.1. A recusa injustificada do cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
 - 35.14.2. A reiterada prática de infrações que prejudiquem a execução sistemática do contrato;
 - 35.14.3. A falta de correção de não conformidades após duas (2) notificações sucessivas.
 - 35.14.4. A sanção prevista neste item impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito do Consórcio Brasil Central e de seus entes consorciados, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Brasil Central.

35.15. Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

- 35.15.1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
 - 35.15.1.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o contrato ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 35.15.1.2. fraudar na execução do contrato ou praticar ato fraudulento;
 - 35.15.1.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente:

I - conluio com outros fornecedores para manipular preços ou condições;

II - falsificação de medicamentos ou documentação;

III - adulteração de medicamentos ou de certificados de qualidade;

- 35.15.1.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 35.15.1.5. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 35.15.2. A sanção prevista neste item impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Consórcio Brasil Central e de suas entidades consorciadas, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

35.16. Do direito de Defesa**35.17. Processo Administrativo Simplificado para Advertência e Multa**

- 35.17.1. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis de sanção de advertência e multa dar-se-á em **processo administrativo simplificado**, facultando-se a defesa da contratada no prazo de **15 (quinze dias úteis)**, contados da data de sua intimação
- 35.17.2. A notificação conterá, no mínimo:
 - 35.17.2.1. A descrição circunstanciada dos fatos imputados;
 - 35.17.2.2. O dispositivo legal ou contratual infringido;
 - 35.17.2.3. O valor da sanção proposta;
 - 35.17.2.4. A identificação da contratada e elementos pelos quais se possa identificá-la;
 - 35.17.2.5. O prazo para apresentação de defesa;
 - 35.17.2.6. O órgão ou autoridade responsável pela decisão.

- 35.17.3. No processo administrativo simplificado é dispensada manifestação jurídica prévia.
- 35.17.4. A contratada poderá apresentar, junto à defesa escrita, eventuais provas documentais que pretenda produzir, incluindo:
- 35.17.4.1. Documentação comprobatória do cumprimento da obrigação;
- 35.17.4.2. Justificativas técnicas ou operacionais para o descumprimento; e
- 35.17.4.3. Evidências de circunstâncias atenuantes ou de força maior.
- 35.18. **Processo de Responsabilização para Impedimento e Inidoneidade**
- 35.18.1. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização formal, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis.
- 35.18.2. Esta comissão avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 35.19. **Decisão e Publicação**
- 35.19.1. Após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, assinado pela autoridade competente, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Ente Consorciado que esteja na Presidência do Consórcio Brasil Central.
- 35.19.2. O despacho deverá constar:
- 35.19.2.1. A origem e o número do processo administrativo;
- 35.19.2.2. O prazo de impedimento ou vigência da sanção;
- 35.19.2.3. O fundamento legal e factual da sanção aplicada;
- 35.19.2.4. O nome ou razão social do sancionado, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CNPJ);
- 35.19.2.5. Os dispositivos infringidos.
- 35.19.3. Após a decisão final, a autoridade competente providenciará a divulgação da sanção nas vias legalmente previstas.
- 35.19.4. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial as sanções que se formalizam por meio de simples apostilamento em fase preliminar, sem prejuízo de posterior publicação quando confirmada a sanção.
- 35.20. **Direito de Recurso**
- 35.20.1. Da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação ou da publicação.
- 35.20.2. O recurso deverá ser dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão sancionadora, devendo conter fundamentação factual e jurídica das razões que justifiquem a reconsideração da sanção.
- 35.21. **Do Assentamento em Registros**
- 35.21.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa no SICAF ou sistema equivalente, com registro de:
- 35.21.1.1. Data de aplicação da sanção;
- 35.21.1.2. Tipo e especificação da infração;
- 35.21.1.3. Valor da multa, se aplicável;
- 35.21.1.4. Prazo de duração da sanção;
- 35.21.1.5. Órgão sancionador;
- 35.21.1.6. Processo administrativo correspondente.
- 35.22. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou, conforme segue:
- 35.22.1. Advertência: cancelada após 2 (dois) anos contados da decisão final;
- 35.22.2. Multa: cancelada após 5 (cinco) anos contados do pagamento da multa ou da decisão final se não recorrida;
- 35.22.3. Impedimento de licitar: cancelada conforme prazo específico da sanção (3 a 6 anos);
- 35.22.4. Declaração de inidoneidade: cancelada conforme prazo específico da sanção (3 a 6 anos).
- 35.23. O cancelamento será formalizado por despacho motivado, com divulgação nos mesmos canais utilizados para a publicação da sanção.
- 35.24. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

36. **DA MULTA MORATÓRIA**

36.1. A multa moratória é a sanção pecuniária aplicada à contratada em razão de atraso injustificado na entrega dos medicamentos ou execução dos serviços contratados, conforme previsto no artigo 162 da Lei nº 14.133/2021, possuindo natureza de cláusula penal contratual e regime processual próprio e simplificado e não se confunde com a multa compensatória.

36.2. **Cálculo e Percentuais**

36.2.1. O cálculo da multa moratória será proporcional ao número exato de dias corridos em atraso, considerando como base o montante da parcela contratual cuja entrega ou execução ocorreu com atraso, nos seguintes percentuais:

36.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de medicamentos ou execução de serviços, calculado sobre o valor da parcela obrigacional adimplida em atraso, correspondente a atrasos de até 30 (trinta) dias;

36.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de medicamentos ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor da parcela obrigacional adimplida em atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.

36.3. **Limite Máximo da Multa Moratória**

36.3.1. A multa moratória não poderá ultrapassar o valor total da obrigação contratual inadimplida, observado o disposto no artigo 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

36.4. **Contagem do Atraso**

36.4.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega contratualmente estabelecido, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

36.4.2. A data de entrega será a data do efetivo recebimento do medicamento pela Administração, comprovado pelo sistema de protocolo ou documento equivalente.

36.5. **Procedimento Simplificado**

36.5.1. A aplicação de multa moratória seguirá processo administrativo simplificado, sem necessidade de instauração formal de comissão ou de processo de responsabilização, observando-se apenas o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

36.5.2. Serão observadas as seguintes etapas no procedimento simplificado para aplicação de multa moratória:

36.5.2.1. **Identificação da Mora:** O fiscal do contrato registrará em Relatório Circunstanciado de Fiscalização o atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual (entrega de medicamentos, execução de serviços).

36.5.2.2. **Comunicação Formal:** A contratada será notificada formalmente sobre a mora, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail oficial, SEI ou sistema equivalente), contendo no mínimo:

I - Descrição objetiva da obrigação descumprida e do prazo superado;

II - Indicação da cláusula contratual que prevê a multa moratória;

III - Cálculo preliminar da multa (percentual e valor estimado);

IV - Prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa escrita e eventual justificativa do atraso.

36.5.2.3. **Manifestação da Contratada:** A contratada poderá apresentar documentação comprobatória de:

I - Fato superveniente justificador do atraso (força maior, caso fortuito);

II - Solicitação de prorrogação de prazo previamente aprovada pela Administração;

III - Qualquer circunstância que justifique ou atenua a responsabilidade.

36.5.2.4. **Análise da Manifestação:** A Diretoria de Administração Geral, com eventual apoio técnico-jurídico, analisará a defesa apresentada.

36.5.2.5. **Decisão:**

I - Se acolhida: a proposta de aplicação da multa será arquivada, com comunicação formal à contratada.

II - Se rejeitada: aplicação da multa moratória com cálculo definitivo.

36.5.2.6. **Formalização e Desconto:** A aplicação será formalizada por despacho administrativo motivado no processo de execução contratual, contendo:

I - Descrição objetiva da mora;

II - Percentual e valor definitivo da multa;

III - Análise sucinta da defesa apresentada;

IV - Fundamentação da rejeição ou aceitação;

V - Indicação da forma de cobrança (desconto em nota fiscal, compensação no pagamento seguinte, ou outra forma prevista no contrato).

36.5.3. A multa poderá ser paga voluntariamente pelo contratado ou descontada diretamente na(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) ao período de atraso ou, ainda, compensada no próximo pagamento, com comunicação formal à contratada informando o valor descontado e o motivo.

36.5.3.1. **Comunicação da decisão:**

I - A decisão sobre a aplicação da multa moratória será formalmente comunicada à contratada, de forma motivada, pela autoridade competente, após o encerramento do prazo para defesa, por correspondência eletrônica ou equivalente legal, contendo discriminação clara do cálculo, da base legal aplicável e das formas de cobrança.

36.6. **Do Pedido de Reconsideração**

36.6.1. Da decisão que aplicar multa moratória caberá pedido de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação, nos termos do art. 356, §3º, do Regulamento de Licitações e Contratos do Consórcio Brasil Central (Resolução nº 04/2023).

36.6.2. O pedido será apreciado no próprio processo de execução contratual, podendo a autoridade manter, modificar ou revogar a decisão.

36.6.3. Caso não haja retratação, o pedido de reconsideração converter-se-á em recurso, que permanecerá retido nos autos, sem efeito suspensivo, não impedindo a formalização, cobrança ou desconto da multa aplicada, e será apreciado apenas se houver instauração de processo de responsabilização decorrente do mesmo fato, nos termos do Regulamento do BrC.

36.7. **Conversão em Multa Compensatória**

36.7.1. Caso o atraso persista e resulte em rescisão contratual total ou impossibilidade de cumprimento da obrigação, a multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

36.7.2. Nesta hipótese, o valor de multa moratória já paga será abatido do valor de multa compensatória aplicada.

36.7.3. A conversão será formalizada por despacho administrativo que constituirá, cumulativamente, o processo de rescisão contratual.

36.8. **Aceitação de Entrega Atrasada**

36.8.1. A aceitação, pelo ente requisitante, de entrega com atraso não obsta a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

37. **DO FORO**

37.1. Fica eleito o Foro de Brasília/Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Referência.

38. **RELAÇÃO DOS ANEXOS**

38.1. São anexos integrantes deste Termo de Referência:

I) Modelo de Proposta (Anexo I);

II) Declaração do Fabricante ou de Vínculo Comercial ou Declaração de Origem e Rastreabilidade (Anexo II);

III) Modelo de Carta de Compromisso de Troca (Anexo III);

IV) Modelo de Ordem de Fornecimento (Anexo IV).

Yara Anay Corrêa da Costa

Assossora

Integrante Técnica da Equipe Permanente de Planejamento da Contratação – Portaria n.º 10/2026 (196322380)

Simone Pereira da Silva

Assessora

Integrante Técnica da Equipe Permanente de Planejamento da Contratação – Portaria n.º 10/2026 (196322380)

Maria Luíza Perez Alonso Frutuoso

Coordenadora

Integrante Administrativa da Equipe Permanente de Planejamento da Contratação – Portaria n.º 10/2026 (196322380)

Bruno de Oliveira Watanabe

Diretor

Integrante Requisitante da Equipe Permanente de Planejamento da Contratação – Portaria n.º 10/2026 (196322380)

José Eduardo Pereira Filho

Secretário-Executivo

ANEXO I -
MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xx/202X

Ao
Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC
CNPJ: 23.791.169/0001-02

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº XX/202X
Processo nº XXXXX-XXXXXXXX/2024-XX
Data:

Todos os campos são de preenchimento obrigatório

Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço:			
E-mail:			
Telefone:			
Banco:	Agência: (nome/nº)	Conta Corrente:	
Dados do Signatário – para assinatura do contrato			
Nome:		Cargo:	
Nacionalidade:	Profissão:	Identidade:	CPF:

Objeto: Registro de preços para futura aquisição de medicamentos, destinados ao tratamento xxxx

	Item	CATMAT	Descrição	Apresentação	Nome Comercial	Detentor do Registro	Fabricante	Procedência	Registro Anvisa nº (13 dígitos para medicamentos)	Valor Unitário (Custo)	Alíquota ICMS	Valor ICMS	CAP	Valor Unitário Final
	X													

Y														
VALOR TOTAL DA PROPOSTA														

Valor da proposta por extenso: _____

Validade da proposta: 90 (noventa) dias

Validade do produto no momento da entrega: 70% (setenta por cento) da vigência de sua validade.

Local de Entrega: conforme endereços dos almoxarifados de medicamentos indicados no Termo de Referência – Anexo I do Edital, conforme Ente consorciado solicitante.

Prazo de entrega: não superior a 30 (trinta) dias corridos **(Item 20.1 do Termo de Referência – anexo I do Edital)**

Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto, pelo Consórcio Brasil Central, da Nota Fiscal ou Fatura devidamente encaminhada, de acordo com item 28.1 – Termo de Referência - Anexo I do Edital;

CONDIÇÕES GERAIS

- Declaro que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- A proponente declara conhecer e estar de acordo com todos os termos do Edital e seus anexos que rege a presente licitação.
- Declaro que as propostas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimentos dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas (§ 1º, art. 63., da Lei 14.133 de 2021).
- **Declaro que nos preços propostos estão previstos (incluídos) todos os tributos, impostos (inclusive isenção ICMS previsto em convênios CONFAZ, se aplicável), bem como valores pertinentes à embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, e demais despesas decorrentes da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria.**
- Declaro que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.
- Declaro que no caso de consagrar-se vencedora do certame se compromete a entregar no momento da assinatura do contrato ou ata a documentação referente à Habilitação Técnica conforme o exigido no edital e seus anexos.

Local e data

Assinatura do representante legal

CARIMBO

CNPJ:

ANEXO II

MODELO - DECLARAÇÃO DE FABRICANTE OU DE VÍNCULO COMERCIAL
(aquisição distribuidora do laboratório fabricante/ detentor do registro)

Ao

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC

Ref.: Pregão Eletrônico nº xx/xxx – Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para Tratamento Oncológico

[NOME DO LABORATÓRIO FABRICANTE/FORNECEDOR], inscrita no CNPJ nº [.....], estabelecida em [Endereço Completo], detentora do registro sanitário junto à ANVISA dos medicamentos abaixo relacionados, por seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA:**

1. Que a empresa [NOME COMPLETO DA DISTRIBUIDORA LICITANTE], inscrita no CNPJ nº [.....], está regularmente cadastrada em nossos registros comerciais como cliente autorizada a comercializar e distribuir os medicamentos de nossa fabricação ou detenção de registro.
2. Que os medicamentos fornecidos pela distribuidora licitante provêm diretamente de nossa linha de produção ou são adquiridos através de canais licenciados e autorizados, garantindo origem lícita e autêntica, conforme exigido pela RDC ANVISA nº 430/2020.
3. Que os medicamentos possuem:
 - a) Registro válido e ativo junto à ANVISA/Ministério da Saúde;
 - b) Rastreabilidade integral desde a produção até distribuição;
 - c) Qualidade assegurada conforme especificações técnicas, de embalagem e rotulagem registradas no Ministério da Saúde;
 - d) Conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e
 - e) Distribuição (BPDA) conforme RDC ANVISA nº 430/2020.
4. Que nós, como detentores do registro, somos responsáveis pela autenticidade, integridade, qualidade e rastreabilidade dos medicamentos fornecidos pela distribuidora licitante, conforme RDC ANVISA nº 430/2020.
5. Os medicamentos objeto desta declaração são:
 - **Item [nº]:** [Nome Comercial] – [Princípio Ativo] – [Apresentação] – Registro MS: [...]
 - **Item [nº]:** [Nome Comercial] – [Princípio Ativo] – [Apresentação] – Registro MS: [...]
6. A signatária desta declaração assume responsabilidade civil, penal e administrativa pelas informações aqui prestadas, sujeitando-se às penalidades previstas em lei (Lei nº 14.133/2021 e RDC ANVISA nº 430/2020).

Local, Data

(Nome do representante legal)

Cargo: (xxxx)

(Razão social do fabricante / titular do registro)

CNPJ: [xxxxx]

Telefone/E-mail: (XXXXX)

OU

MODELO - DECLARAÇÃO DE ORIGEM E RASTREABILIDADE"
(aquisição de outra distribuidora)

Ao

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC

Ref.: Pregão Eletrônico nº xx/xxx – Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para Tratamento Oncológico

[NOME COMPLETO DA EMPRESA DISTRIBUIDORA FORNECEDORA INTERMEDIÁRIA], inscrita no CNPJ sob o nº [.....], estabelecida em [Endereço Completo], por seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**:

1. Que a empresa **[NOME COMPLETO DA EMPRESA LICITANTE]**, inscrita no CNPJ sob o nº [.....], é cliente ativa desta distribuidora e adquire medicamentos regularmente conforme comprovado em anexo;
2. Que os medicamentos ofertados provêm DIRETAMENTE do laboratório fabricante/detentor do registro, qual seja:
 - Laboratório Fabricante: **[NOME COMPLETO]**
 - CNPJ: [.....]
 - Registro ANVISA: [.....]
3. Que os medicamentos possuem:
 - a) Registro válido e ativo junto à ANVISA;
 - b) Origem lícita e autêntica, procedentes diretamente do detentor;
 - c) Rastreabilidade completa comprovável através de: notas fiscais, guias de remessa ou documentos equivalentes;
 - d) Conformidade com as Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem (BPDA) conforme RDC ANVISA nº 430/2020.
4. Os medicamentos objeto desta declaração são:
 - **Item [nº]:** [Nome Comercial] – [Princípio Ativo] – [Apresentação] – Registro MS: [...]
 - **Item [nº]:** [Nome Comercial] – [Princípio Ativo] – [Apresentação] – Registro MS: [...]
5. Que esta distribuidora mantém vínculo comercial ativo com o laboratório (NOME), sendo cliente cadastrada e autorizada a comercializar os medicamentos descritos.
6. Que a empresa licitante é responsável pela autenticidade, integridade e rastreabilidade dos medicamentos fornecidos, conforme RDC ANVISA nº 430/2020.

(Nome do representante legal)

Cargo: (xxxx)

(Razão social Distribuidora Fornecedora)

CNPJ: [xxxxx]

Telefone/E-mail: (XXXXX)

**ANEXO III -
MODELO CARTA DE COMPROMISSO DE TROCA**

Referência:

Nota de Empenho: XXXX

Ordem de Fornecimento: xxxx

Diante da impossibilidade de sua utilização antes do vencimento, uma vez admitido o prazo de validade abaixo dos 70%, a empresa _____, CNPJ _____, telefone nº _____ COMPROMETE-SE perante ao Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central e à Secretaria de Estado de Saúde do Ente consorciado requisitante a efetuar a substituição do XXXXXX (medicamento – CATMAT- descrição), na quantidade XXXX Lote XXXXX Data de Fabricação XXXXX Data de Validade XXXX Compromete-se ainda a proceder com a substituição no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação de troca encaminhada pelo Ente consorciado e/ou pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.

O produto oriundo da troca deve apresentar validade conforme previsto no Edital e seus anexos no momento da entrega.

A compromitente requer a autorização de entrega nas condições explicitadas, pelos seguintes motivos:

_____ e afirma estar ciente de que o não cumprimento de sua obrigação acarretará na aplicação das penalidades cabíveis, previstas em Edital.

Local, ____ de ____ de _____

EMPRESA

CNPJ

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IV -
MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ONCOLOGIA -BrC

Em conformidade com o disposto no Termo de Referência constante no processo SEI nº XXXXX-XXXXXXXX/XXXX-XX , Pregão Eletrônico Compras XXXX/2026- XX/2026-BrC o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BrC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 23.791.169/0001-02, **AUTORIZA** a empresa:

XXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX a fornecer os itens registrados na Ata de Registro de Preço XX/202X, em atendimento à demanda de medicamentos para tratamento ONCOLÓGICOS, decorrente da **Requisição ONCOLOGIA-BrC 2026** do Estado XXX (RM-ONCO xx/xx/2026-XX, Ofício xx/2026/SES/XX) e Nota de Empenho nº XXXX-BrC, conforme a seguir discriminado:

UF Solicitante:				Data da solicitação:				Data análise:				Data da autorização:	
Grupo CEAF (Portaria 1554/2013)	FORNTE	ITEM	Cód CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	PREGÃO	ATA Nº	VIGÊNCIA DA ATA	MARCA ou FABRICANTE/ EMBALAGEM	FORNECEDOR	QUANTIDADE REQUISITADA	VALOR AUTORIZADO POR ITEM
VALOR TOTAL DA ORDEM DE FORNECIMENTO												Valor Total Autorizado	R\$

RESUMO DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Nota de Empenho nº XXX
Processo SEI nº
Pregão Eletrônico:
Ata nº XX/2026
Fonte XXXXX
Valor do Empenho: R\$ XXXX (por extenso)

OBSERVAÇÕES GERAIS

O Prazo de Entrega é de **até 30 (trinta) dias corridos** contados do primeiro dia útil seguinte ao envio do e-mail indicado pelo Fornecedor da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento, conforme cláusula "20.1" do Termo de Referências.

20.1 O local de entrega dos medicamentos será nas capitais dos entes consorciados, nos almoxarifados de medicamentos indicados abaixo. O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio do Empenho e Ordem de Fornecimento pelo Consórcio Brasil Central.

Em caso de necessidade, o pedido de prorrogação deverá ser formalizado no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento do prazo** de entrega, conforme item "20.20" do Termo de Referência:

20.20 Fica o fornecedor obrigado a comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento do prazo de entrega, a ocorrência de quaisquer dos fatos impeditivos narrados acima, que ensejam a prorrogação do prazo de entrega, juntando todos os documentos comprobatórios e informando o prazo necessário para a efetivação da entrega.

Solicitamos atenção para os seguintes seguintes itens do Termo de Referência, anexo do Edital:

- 5.9.1 Os licitantes vencedores devem apresentar Declaração de Compromisso de que, no ato da entrega, os medicamentos conterão no mínimo 70% (setenta por cento) da vigência de sua validade.
- 5.9.2 Para medicamentos com vigência de validade entre 50% e 69%, os licitantes poderão efetuar a entrega, desde que apresentem Carta de Compromisso de Troca (Anexo III).
- 5.9.3 Para fornecimento de medicamentos com validade inferior a 50%, as Secretarias de Estado de Saúde deverão ser prévia e expressamente consultadas. A Carta de Compromisso de Troca deve ser encaminhada obrigatoriamente para o Consórcio Brasil Central via e-mail compras@brasilcentral.gov.br.
- 5.9.4 A Carta de Compromisso de Troca deverá prever o prazo de 20 (vinte) dias úteis para efetuar a troca do medicamento não dispensado, a contar da data de solicitação da troca pela Secretaria de Estado de Saúde requisitante.

Favor observar as demais cláusulas referentes à Carta de Compromisso de Troca previstas no Edital e seus anexos caso necessária sua utilização.

LOCAL DE ENTREGA

ENTE CONSORCIADO (requisitante)

Local de entrega	Horário de entrega	Informação para agendamento da entrega	Condições especiais
ALMOXARIFADO XXXX	Seg-Sex 08h-11h30 e 13h-16h30	Os agendamentos deverão ser realizados por meio dos e-mails: XXXXX@XXXX - (XX) XXXXX-XXXX	Necessário agendamento prévio para todos medicamentos

EMIÇÃO DAS NOTAS FISCAIS

A emissão das Notas Fiscais deve observar os seguintes destinatários:

NOTA FISCAL DE VENDA**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL CENTRAL – BRC**

CNPJ nº 23.791.169/0001-02

Endereço: Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, Bloco B, nº 14, Sala 501, Asa Norte, CEP 70.041-902, Brasília –Distrito Federal

NOTA FISCAL DE SIMPLES REMESSA**FUNDO DE SAÚDE DO XXXX (Ente Consorciado requisitante)**

CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX

Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Yara Anay Corrêa da Costa

Assessora

Érica Lima de Paiva Muglia

Diretora de Administração Geral

José Eduardo Pereira Filho

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **YARA ANAY CORRÊA DA COSTA, Assessor(a)**, em 11/03/2026, às 15:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LUIZA PEREZ ALONSO FRUCTUOSO, Coordenador(a)**, em 11/03/2026, às 15:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE PEREIRA DA SILVA MACHADO, Assessor(a)**, em 11/03/2026, às 15:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO DE OLIVEIRA WATANABE, Diretor(a)**, em 11/03/2026, às 16:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO, Secretário(a) Executivo(a)**, em 11/03/2026, às 17:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **197224617** código CRC= **C9C6957A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SBN QUADRA 1 BLOCO B SALA 501 - Bairro ASA NORTE - CEP 70041902 -
Telefone(s):
Site - www.brasilcentral.gov.br



CONSÓRCIO
BRASIL CENTRAL
DF · GO · MA · MT · MS · RO · TO



Governo do Distrito Federal

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central

Diretoria de Administração Geral

Setor de Licitação

Ata de Registro de Preços n.º Anexo IV do Edital

ANEXO IV DO EDITAL – 9001/2026 N. 01-2026-BrC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/ BrC

O **CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO BRASIL CENTRAL - BrC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 23.791.169/0001-02, sediado no Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 01, Bloco B, Número 14, Sala 501, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.014-902, por intermédio da SECRETARIA EXECUTIVA, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 160.xxx SSP/PI, inscrito no CPF sob nº 207.xxx..073-72, residente e domiciliado em Brasília/DF, na qualidade de representante do órgão gerenciador do sistema Registro de Preços, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, portador da cédula de identidade sob o nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, com endereço profissional na _____ doravante denominada **COMPROMITENTE FORNECEDOR**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS**, de acordo com o resultado da licitação publicada no _____, decorrente da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº XX/202x (ID SEI)**, da **Proposta de Preços (ID SEI)**, que integra este instrumento de registro, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Regulamento de Licitação e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de medicamentos para tratamento oncológicos destinados ao atendimento das demandas decorrentes de ações judiciais, bem como ao atendimento dos medicamentos padronizados nos Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) e nas Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), que estejam sob a gestão das Secretarias de Saúde dos Entes Consorciados.
- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos medicamentos registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrita na ata do **Pregão Eletrônico SRP nº xx/202X**, Processo Administrativo nº __, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
- 2.2. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
- 2.3. * Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
- 2.4. **(Tabela de Aquisição) (especificação, preço e consumo).**

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA VALIDADE DO MEDICAMENTO

- 3.4.1. Os licitantes vencedores devem apresentar Declaração de Compromisso de que, no ato da entrega, os medicamentos conterão no mínimo 70% (setenta por cento) da vigência de sua validade.
- 3.4.2. Para medicamentos com vigência de validade entre 50% e 69%, os licitantes poderão efetuar a entrega, desde que apresentem Carta de Compromisso de Troca (Anexo III).
- 3.4.3. Para fornecimento de medicamentos com validade inferior a 50%, as Secretarias de Estado de Saúde deverão ser prévia e expressamente consultadas. A Carta de Compromisso de Troca deve ser encaminhada obrigatoriamente para o Consórcio Brasil Central via e-mail compras@brasilcentral.gov.br.
- 3.4.4. A Carta de Compromisso de Troca deverá prever o prazo de 20 (vinte) dias úteis para efetuar a troca do medicamento não dispensado, a contar da data de solicitação da troca pela Secretaria de Estado de Saúde requisitante.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 4.1. O local de entrega dos medicamentos será nas capitais dos entes consorciados, nos almoxarifados de medicamentos indicados abaixo. O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio do Empenho e Ordem de Fornecimento pelo Consórcio Brasil Central.
- 4.2. A entrega dos medicamentos ocorrerá na capital do ente demandante, em remessa única, conforme endereços a seguir (sujeitos a atualizações em caso de mudança nos almoxarifados):

ENTE	ENDEREÇO	HORÁRIO	AGENDAMENTO/CONTATO
Distrito Federal	FARMÁCIA CENTRAL – SGAP, Lote 06, Bloco G, SIA, Guará, Brasília-DF, CEP 71215-000	Seg-Sex 09h-13h	agenda.medicamentos@saude.df.gov.br ; ou pelo link: https://forms.gle/vY55zt1MD5x8e9RK8 - (61) 3449-4243/4244
Goiás	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUE - COAE - Rua 26, nº 10 – Bairro Santo Antônio, CEP 74853-070, Goiânia-GO	Seg-Sex 08h-12h e 14h-16h30	(62) 3201-4950 / 3201-4951
Maranhão	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO DO ESTADO DO MARANHÃO - CAF/SES/MA - Estrada da Vitória nº 2409, Bairro Fé em Deus, São Luís-MA, CEP 65037-270	Seg-Sex 08h-12h e 14h-17h	caf.ma@saude.ma.gov.br - (98) 98779-6135 sandrodaf@gmail.com
Mato Grosso	SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA/SES/MT - Av. Gonçalo Antunes de Barros, nº 3366, Bairro Novo Mato Grosso, CEP 78058-743, Cuiabá-MT	Seg-Sex 07h-11h e 13h-17h	cadim@ses.mt.gov.br - (65) 98433-1460
Mato Grosso do Sul	CONSÓRCIO LIM – Av. Ministro João Arinos, nº 2690, Bairro Tiradentes, Campo Grande-MS ALMOXARIFADO FUNSAU - Av. Guinter Hans, 3702 - Bairro Aero Rancho, CEP 79085-108, Campo Grande-MS.	Seg-Sex 08h-11h30 e 13h-16h30 Seg-Sex 07h-10h30 e 12h30-16h30	agendamento@consorciolim.com.br - (67) 99222-6485 almox.empenhos@funsau.ms.gov.br - (67) 3778-1211
Rondônia	FES – Rua Santa Efigênia, 4348, Galpão C, Bairro Industrial, CEP 76821-240, Porto Velho-RO	Seg-Sex 07h30-13h30	atasmj.pvh@gmail.com

ENTE	ENDEREÇO	HORÁRIO	AGENDAMENTO/CONTATO
Tocantins	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS - Quadra 112 Sul, Rua RS 05, nº 17-19, Plano Diretor Sul, CEP 77020-174, Palmas-TO	Seg-Sex 08h-12h e 14h-18h	aftocantins@gmail.com - (63) 3218-1723 farmacêutica.doc@gmail.com ; estoqueaf@yahoo.com.br

4.3. Necessário agendamento prévio para entrega de todos os medicamentos em todos os entes consorciados.

4.4. Os medicamentos não poderão ser encaminhados via Correios ou outras empresas de correspondência. Todas as despesas de entrega, transporte, impostos, taxas e demais despesas decorrentes da licitação correrão por conta exclusiva da Contratada, sejam elas referentes a entregas, recolhimento ou substituições.

4.5. Compete ao Ente Consorciado informar o Consórcio Brasil Central acerca da publicação do ato de designação do servidor público ou da comissão responsáveis pelo recebimento de bens no âmbito das Atas de Registro de Preços decorrentes deste Estudo, comunicando imediatamente qualquer alteração em sua composição por meio do e-mail compras@brasilcentral.gov.br.

4.6. Será de responsabilidade do Ente o recebimento do empenho/ordem de fornecimento em seu almoxarifado, conferência e avaliação se o produto entregue está de acordo com o descrito na ordem de fornecimento, e se atende às exigências do edital e de seus anexos, bem como especificações técnicas determinadas pela Anvisa.

4.7. No momento da entrega, deverá ser apresentada:

a) Cópia do Alvará ou Certificado de Licença Sanitária do veículo de transporte, conforme Portaria GM/MS nº 1052/98 e RDC Anvisa nº 430/2020 e suas alterações.

b) Laudo analítico laboratorial expedido pela empresa produtora, correspondente à liberação do produto acabado junto ao fabricante, contendo, no mínimo, a estrutura de um laudo farmacopeico (USP, BP, EuP, entre outras), devidamente traduzido quando em língua estrangeira.

4.8. Os medicamentos devem ser acondicionados em embalagens apropriadas, originais do fabricante, lacradas, com nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampados. Os medicamentos ofertados deverão ser entregues e embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega (Art. 56, RDC Anvisa nº 430/2020). Os almoxarifados não receberão produtos: sem embalagem original; com embalagens violadas; em estado de conservação que impossibilite a utilização; com números de lote rasurados.

4.9. Fica a licitante CONTRATADA, condicionada na entrega a apresentar medicamentos que tenham em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", conforme previsto na RDC Anvisa nº 981/2025.

4.10. Os medicamentos devem ser acompanhados de bula que deverá estar escrita em português e atender ao Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde, especificado na Resolução-RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, RDC nº 36/2015. Os medicamentos em embalagem hospitalar devem conter um número mínimo de bulas que atenda à quantidade relativa ao menor período de tratamento discriminado na indicação do medicamento.

4.11. Os medicamentos recebidos serão considerados recebidos provisoriamente pelo servidor público ou Comissão de Recebimento designados pelo ente consorciado quando da apresentação do bem. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da qualidade e quantidade, mediante anotação na Nota Fiscal ou emissão de Termo de Recebimento. Na hipótese de o Ente não realizar a "anotação de recebimento" ou emissão do Termo de Recebimento a que se refere o subitem anterior, será considerado que a verificação da qualidade e da quantidade do material foi realizada. Nesse caso, o recebimento definitivo será automaticamente efetivado com o envio, pelo Ente, das Notas Fiscais ao Consórcio Brasil Central, para que sejam adotadas as providências de conferência, atesto e pagamento.

4.12. Não serão aceitos medicamentos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal nº 6.437/77 e crime, previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

4.13. Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação à Contratada, ficando a cargo da CONTRATADA os custos de embalagem, transporte e frete dos medicamentos devolvidos e substituídos.

4.14. Nos casos de recolhimento de medicamento por suspensão orientada pela Anvisa, o Ente deverá entrar em contato com o fornecedor, para solicitar as providências cabíveis para o recolhimento, e comunicar ao Consórcio para conhecimento.

4.15. Fica a cargo de cada Ente consorciado a definição dos fluxos internos e do tempo necessário para a realização dos recebimentos provisório e definitivo dos medicamentos entregues em seus respectivos almoxarifados. Ressalta-se, contudo, a obrigatoriedade da observância do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da entrega, para o envio das Notas Fiscais ao Consórcio Brasil Central, devidamente acompanhadas dos respectivos comprovantes e registros de recebimento, a fim de viabilizar os processos de liquidação e pagamento.

4.16. Quaisquer alterações deverão se comunicadas imediatamente ao Consórcio Brasil Central por meio do e-mail compras@brasilcentral.gov.br para devidas providências.

4.17. O fornecedor que atrasar a entrega do material estará sujeito à multa moratória na forma prevista no Edital e seus anexos.

4.18. **São motivos que autorizam a prorrogação do prazo de entrega:**

a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do fornecimento/contrato;

b) Impedimento da execução do fornecimento/contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e

c) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do fornecimento/contrato.

4.19. O setor solicitante receberá as justificativas e documentos comprobatórios oferecidos pelo fornecedor e os submeterá à autoridade competente, para apreciação de sua pertinência e autorização da prorrogação do prazo de entrega.

4.20. Fica o fornecedor obrigado a comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento do prazo de entrega, a ocorrência de quaisquer dos fatos impeditivos narrados acima, que ensejam a prorrogação do prazo de entrega, juntando todos os documentos comprobatórios e informando o prazo necessário para a efetivação da entrega.

4.21. A solicitação de troca de marca, motivada por desabastecimento de mercado, suspensão ou cancelamento da fabricação e/ou do registro junto à Anvisa, não suspende automaticamente a contagem do prazo de entrega. Nesses casos, a empresa contratada deverá formalizar o pedido de prorrogação ou suspensão do prazo de entrega, acompanhado das justificativas e documentos comprobatórios necessários para análise e decisão da Administração.

4.22. Caso o não aceite do medicamento seja por questões técnicas, ele deverá ser embasado por laudo técnico elaborado pela área técnica do Ente que motivou a recusa.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

5.1. Para fins desta Ata , serão considerados:

a) órgão gerenciador: Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC);

b) órgão participante: (Distrito Federal e os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins).

5.2. O gerenciamento da presente Ata caberá ao BrC, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do BrC.

5.3. A Administração, ou gerenciamento, da presente Ata caberá à a Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gerenciamento de Projeto.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

6.1. Não será admitida a adesão a ata de registro de preços aos órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

7.1. 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação nos meios oficiais aplicáveis. Esse prazo poderá ser prorrogado/renovado por mais 12 meses, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços, conforme disposto no art. 84, da Lei nº 14.133/2021. A renovação ou prorrogação implica na renovação dos quantitativos originalmente registrados.

7.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

7.1.2. O instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro do ente consorciado.

7.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.1.4. Na hipótese de o quantitativo registrado se esgotar antes do término da vigência da ARP, o BrC poderá antecipar prorrogação, realizando-se a renovação nos termos do disposto no §2º do art. 61 do Regulamento de Licitações e Contratos do BrC.

7.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata, será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o Regulamento do BrC e art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 7.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 7.4.1.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 7.4.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 7.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 7.5. O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 7.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 7.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 7.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 7.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 7.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.
- 7.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 7.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 7.9.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8. **CLÁUSULA OITAVA- ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 25 do Decreto nº 11.462 de 2023.
- 8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso (Art. 27 do Decreto nº 11.462/2023).
- 8.2.1. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.
- 8.2.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 8.2.3. Deverá se levar em consideração o preço registrado nas Atas do Consórcio Brasil Central frente aos registrados em Atas próprias dos Entes consorciados quando houver, para que porventura em uma recusa de redução de preço pelo fornecedor não se provoque prejuízo maior a determinado Ente consorciado com o cancelamento do item, provocando falta de acesso ao medicamento.

9. **CLÁUSULA NONA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS E CLÁUSULA DÉCIMA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 9.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 9.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.5. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.6. Deverá se levar em consideração o preço registrado nas Atas do Consórcio Brasil Central frente aos registrados em Atas próprias dos Entes consorciados quando houver, para que porventura em uma recusa de redução de preço pelo fornecedor não se provoque prejuízo maior a determinado Ente consorciado com o cancelamento do item, provocando falta de acesso ao medicamento

9.7. Os órgãos participantes poderão solicitar o remanejamento de quantitativos disponibilizados por outros entes. O aproveitamento desses saldos fica condicionado à autorização prévia do Consórcio Brasil Central e ao consentimento expresso do ente detentor do saldo remanejado, conforme art. 30, §§ 2º e 6º do Decreto nº 11.462/2023.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. não aceitar manter o preço registrado, na hipótese prevista no no §5º do art. 82; ou

10.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o Consórcio Brasil Central, como entidade gerenciadora, poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

10.1.6. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo gerenciador:

10.1.7. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

10.1.8. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

10.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro de preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

10.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. Deverá se levar em consideração o preço registrado nas Atas do Consórcio Brasil Central frente aos registrados em Atas próprias dos Entes consorciados quando houver, para que porventura em uma recusa de redução de preço pelo fornecedor não se provoque prejuízo maior a determinado Ente consorciado com o cancelamento do item, provocando falta de acesso ao medicamento.

10.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto PR 11.462/2023

11. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

11.1. **Disposições Gerais da Fase de Licitação**

11.2. O licitante que vier a incorrer em infrações durante a fase licitatória, conforme enumeradas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, estará sujeito às sanções administrativas previstas no artigo 156 da mesma Lei, na forma que segue.

11.3. A apuração de responsabilidade será precedida de regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal, e não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.4. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e

11.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

11.6. Das Infrações e Sanções na Fase de Execução Contratual

11.6.1. Depois de celebrado o contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

11.6.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.6.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.6.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.6.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.6.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.6.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.6.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.6.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.6.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6.2.9. entregar de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

11.6.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156.

11.7. Da Aplicação das Sanções

11.7.1. A contratada que cometer qualquer das infrações descritas acima, garantida a prévia oportunidade de defesa, estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil e criminal:

11.8. Da Advertência

11.8.1. A advertência é a sanção aplicada mediante aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir obrigação de menor gravidade e não se justificar aplicação de sanção mais severa.

11.8.2. Será aplicada advertência nas seguintes hipóteses:

11.8.2.1. execução parcial de obrigação contratual principal ou acessória, que não cause dano significativo à Administração ou aos pacientes, desde que a contratada corrija a deficiência no prazo estabelecido.

11.8.2.2. atraso de até 5 (cinco) dias corridos na entrega, sem justificativa, desde que não prejudique o atendimento programado.

11.8.3. A sanção de advertência será formalizada por escrito, com cópia entregue à contratada, e registrada em seu histórico cadastral.

11.9. Da Multa Compensatória

11.9.1. A multa compensatória é a sanção pecuniária que representa o dano provocado pelo descumprimento contratual, incidente sobre o valor do contrato ou sobre a parcela não entregue conforme o caso.

11.9.2. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato ou sobre o valor da parcela em atraso, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial da aplicação da sanção.

11.10. Das Infrações de Menor Gravidade – Multa de 0,5% a 15%

11.10.1. Será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato ou da parcela não entregue para as seguintes infrações:

11.10.1.1. falha na entrega de documentação complementar exigida para recebimento ou aceite (exceto rastreabilidade, que será tratada separadamente), desde que a contratada a forneça no prazo de até 5 dias úteis após a notificação;

- 11.10.1.2. entrega de medicamento com data de validade inferior ao mínimo regulatório (mas não vencido), sem acompanhamento de carta de compromisso de troca e expressa autorização de entrega, quando couber;
- 11.10.1.3. pequenas deficiências de acondicionamento que não comprometam a integridade do medicamento, reparáveis no prazo máximo de 5 dias úteis;
- 11.10.1.4. descumprimento de prazos de comunicação ou informação previstos no contrato.
- 11.11. **Das Infrações de Maior Gravidade – Multa de 15% a 30%**
- 11.11.1. Será aplicada multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou da parcela não entregue para as seguintes infrações:
 - 11.11.1.1. entrega de medicamento falsificado, adulterado, vencido ou com procedência duvidosa;
 - 11.11.1.2. fornecimento de medicamento não registrado ou não autorizado pela ANVISA;
 - 11.11.1.3. quebra da cadeia de frio ou armazenamento inadequado que cause deterioração comprovada do medicamento;
 - 11.11.1.4. recusa injustificada na entrega ou substituição de medicamento com não conformidade;
 - 11.11.1.5. não cumprimento de obrigação de reposição emergencial contratualmente estabelecida;
 - 11.11.1.6. apresentação de documentação falsa ou fraudulenta;
 - 11.11.1.7. comportamento fraudulento na execução do contrato;
 - 11.11.1.8. prática de atos ilícitos ou lesivos previstos no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 2013;
 - 11.11.1.9. qualquer outra infração grave que comprometa a qualidade, segurança ou disponibilidade dos medicamentos oncológicos.
- 11.12. **Disposições Gerais sobre Multa Compensatória**
- 11.12.1. A multa será calculada sobre o valor total do contrato licitado ou, conforme o caso, sobre o valor da parcela ou nota de empenho cujo descumprimento ensejou a multa.
- 11.12.2. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido à contratada decorrente de outros contratos firmados com o Consórcio Brasil Central, mediante prévia comunicação.
- 11.12.3. O cálculo e aplicação da multa considerarão a extensão do dano, o impacto operacional causado ao programa oncológico e a afetação dos pacientes dependentes dos medicamentos contratados.
- 11.13. **Do Impedimento de Licitar e Contratar**
- 11.13.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave, àquele que:
 - 11.13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato que supere 30% (trinta por cento) do objeto contratado, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo dos pacientes dependentes dos medicamentos;
 - 11.13.1.2. der causa à inexecução total do contrato;
 - 11.13.1.3. deixar de entregar documentação exigida para a contratação, quando solicitado, no prazo de 5 dias úteis;
 - 11.13.1.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.13.1.5. ensejar o retardamento reiterado da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
 - 11.13.1.6. fornecer medicamento falsificado, adulterado ou cuja procedência seja duvidosa, independentemente da quantidade.
- 11.14. Considera-se dar causa à inexecução total do contrato:
 - 11.14.1. A recusa injustificada do cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
 - 11.14.2. A reiterada prática de infrações que prejudiquem a execução sistemática do contrato;
 - 11.14.3. A falta de correção de não conformidades após duas (2) notificações sucessivas.
 - 11.14.4. A sanção prevista neste item impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito do Consórcio Brasil Central, pelo prazo de 3 (três) anos (mínimo), com possibilidade de majoração até 6 (seis) anos em caso de reincidência ou gravidade excepcional.

11.15. Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

11.15.1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

11.15.1.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o contrato ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.15.1.2. fraudar na execução do contrato ou praticar ato fraudulento;

11.15.1.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente:

I - conluio com outros fornecedores para manipular preços ou condições;

II - falsificação de medicamentos ou documentação;

III - adulteração de medicamentos ou de certificados de qualidade;

11.15.1.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.15.1.5. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.15.2. A sanção prevista neste item impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Consórcio Brasil Central e de suas entidades consorciadas, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.16. Do direito de Defesa**11.17. Processo Administrativo Simplificado para Advertência e Multa**

11.17.1. A apuração de responsabilidade por infrações passíveis de sanção de advertência e multa dar-se-á em **processo administrativo simplificado**, facultando-se a defesa da contratada no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua intimação

11.17.2. A notificação conterá, no mínimo:

11.17.2.1. A descrição circunstanciada dos fatos imputados;

11.17.2.2. O dispositivo legal ou contratual infringido;

11.17.2.3. O valor da sanção proposta;

11.17.2.4. A identificação da contratada e elementos pelos quais se possa identificá-la;

11.17.2.5. O prazo para apresentação de defesa;

11.17.2.6. O órgão ou autoridade responsável pela decisão.

11.17.3. No processo administrativo simplificado é dispensada manifestação jurídica prévia.

11.17.4. A contratada poderá apresentar, junto à defesa escrita, eventuais provas documentais que pretenda produzir, incluindo:

11.17.4.1. Documentação comprobatória do cumprimento da obrigação;

11.17.4.2. Justificativas técnicas ou operacionais para o descumprimento; e

11.17.4.3. Evidências de circunstâncias atenuantes ou de força maior.

11.18. Processo de Responsabilização para Impedimento e Inidoneidade

11.18.1. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização formal, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

11.18.2. Esta comissão avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.19. Decisão e Publicação

- 11.19.1. Após o esaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, assinado pela autoridade competente, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Ente Consorciado que esteja na Presidência do Consórcio Brasil Central.
- 11.19.2. O despacho deverá constar:
- 11.19.2.1. A origem e o número do processo administrativo;
- 11.19.2.2. O prazo de impedimento ou vigência da sanção;
- 11.19.2.3. O fundamento legal e factual da sanção aplicada;
- 11.19.2.4. O nome ou razão social do sancionado, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CNPJ);
- 11.19.2.5. Os dispositivos infringidos.
- 11.19.3. Após a decisão final, a autoridade competente providenciará a divulgação da sanção nas vias legalmente previstas.
- 11.19.4. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial as sanções que se formalizam por meio de simples apostilamento em fase preliminar, sem prejuízo de posterior publicação quando confirmada a sanção.
- 11.20. **Direito de Recurso**
- 11.20.1. Da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação ou da publicação.
- 11.20.2. O recurso deverá ser dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão sancionadora, devendo conter fundamentação factual e jurídica das razões que justifiquem a reconsideração da sanção.
- 11.21. **Do Assentamento em Registros**
- 11.21.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa no SICAF ou sistema equivalente, com registro de:
- 11.21.1.1. Data de aplicação da sanção;
- 11.21.1.2. Tipo e especificação da infração;
- 11.21.1.3. Valor da multa, se aplicável;
- 11.21.1.4. Prazo de duração da sanção;
- 11.21.1.5. Órgão sancionador;
- 11.21.1.6. Processo administrativo correspondente.
- 11.22. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou, conforme segue:
- 11.22.1. Advertência: cancelada após 2 (dois) anos contados da decisão final;
- 11.22.2. Multa: cancelada após 5 (cinco) anos contados do pagamento da multa ou da decisão final se não recorrida;
- 11.22.3. Impedimento de licitar: cancelada conforme prazo específico da sanção (3 a 6 anos);
- 11.22.4. Declaração de inidoneidade: cancelada conforme prazo específico da sanção (3 a 6 anos).
- 11.23. O cancelamento será formalizado por despacho motivado, com divulgação nos mesmos canais utilizados para a publicação da sanção.
- 11.24. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA MULTA MORATÓRIA**

- 12.1. A multa moratória é a sanção pecuniária aplicada à contratada em razão de atraso injustificado na entrega dos medicamentos ou execução dos serviços contratados, conforme previsto no artigo 162 da Lei nº 14.133/2021, possuindo natureza de cláusula penal contratual e regime processual próprio e simplificado e não se confunde com a multa compensatória.

12.2. Cálculo e Percentuais

12.2.1. O cálculo da multa moratória será proporcional ao número exato de dias corridos em atraso, considerando como base o montante da parcela contratual cuja entrega ou execução ocorreu com atraso, nos seguintes percentuais:

12.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de medicamentos ou execução de serviços, calculado sobre o valor da parcela obrigacional adimplida em atraso, correspondente a atrasos de até 30 (trinta) dias;

12.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de medicamentos ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor da parcela obrigacional adimplida em atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.

12.3. Limite Máximo da Multa Moratória

12.3.1. A multa moratória não poderá ultrapassar o valor total da obrigação contratual inadimplida, observado o disposto no artigo 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Contagem do Atraso

12.4.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega contratualmente estabelecido, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

12.4.2. A data de entrega será a data do efetivo recebimento do medicamento pela Administração, comprovado pelo sistema de protocolo ou documento equivalente.

12.5. Procedimento Simplificado

12.5.1. A aplicação de multa moratória seguirá processo administrativo simplificado, sem necessidade de instauração formal de comissão ou de processo de responsabilização, observando-se apenas o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

12.5.2. Serão observadas as seguintes etapas no procedimento simplificado para aplicação de multa moratória:

12.5.2.1. **Identificação da Mora:** O fiscal do contrato registrará em Relatório Circunstanciado de Fiscalização o atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual (entrega de medicamentos, execução de serviços).

12.5.2.2. **Comunicação Formal:** A contratada será notificada formalmente sobre a mora, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail oficial, SEI ou sistema equivalente), contendo no mínimo:

- I - Descrição objetiva da obrigação descumprida e do prazo superado;
- II - Indicação da cláusula contratual que prevê a multa moratória;
- III - Cálculo preliminar da multa (percentual e valor estimado);
- IV - Prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa escrita e eventual justificativa do atraso.

12.5.2.3. **Manifestação da Contratada:** A contratada poderá apresentar documentação comprobatória de:

- I - Fato superveniente justificador do atraso (força maior, caso fortuito);
- II - Solicitação de prorrogação de prazo previamente aprovada pela Administração;
- III - Qualquer circunstância que justifique ou atenua a responsabilidade.

12.5.2.4. **Análise da Manifestação:** A Diretoria de Administração Geral, com eventual apoio técnico-jurídico, analisará a defesa apresentada.

12.5.2.5. Decisão:

- I - Se acolhida: a proposta de aplicação da multa será arquivada, com comunicação formal à contratada.
- II - Se rejeitada: aplicação da multa moratória com cálculo definitivo.

12.5.2.6. **Formalização e Desconto:** A aplicação será formalizada por despacho administrativo motivado no processo de execução contratual, contendo:

- I - Descrição objetiva da mora;
- II - Percentual e valor definitivo da multa;
- III - Análise sucinta da defesa apresentada;

IV - Fundamentação da rejeição ou aceitação;

V - Indicação da forma de cobrança (desconto em nota fiscal, compensação no pagamento seguinte, ou outra forma prevista no contrato).

12.5.3. A multa poderá ser paga voluntariamente pelo contratado ou descontada diretamente na(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) ao período de atraso ou, ainda, compensada no próximo pagamento, com comunicação formal à contratada informando o valor descontado e o motivo.

12.5.3.1. Comunicação da decisão:

I - A decisão sobre a aplicação da multa moratória será formalmente comunicada à contratada, de forma motivada, pela autoridade competente, após o encerramento do prazo para defesa, por correspondência eletrônica ou equivalente legal, contendo discriminação clara do cálculo, da base legal aplicável e das formas de cobrança.

12.6. Ausência de Recurso Administrativo

12.6.1. Da aplicação da multa moratória não caberá recurso administrativo, em conformidade com o artigo 166 da Lei nº 14.133/2021, que restringe a possibilidade de recurso às sanções previstas nos incisos I (advertência), II (multa compensatória) e III (impedimento de licitar) do artigo 156, sendo silente quanto à multa moratória.

12.6.2. A decisão sobre aplicação de multa moratória é definitiva e irrecorrível no âmbito administrativo, sem prejuízo de eventual ação judicial pelo contratado perante o Poder Judiciário, conforme garantido constitucionalmente (CF/88, art. 5º, XXXV).

12.6.3. Caso a defesa apresentada pela contratada identifique circunstâncias que configuram infração de natureza distinta ou mais grave (fraude, falsificação, comportamento inidôneo), a Administração poderá converter a análise em processo de responsabilização formal para aplicação de sanções de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, caso em que serão assegurados todos os direitos processuais correspondentes, incluindo direito de recurso.

12.7. Conversão em Multa Compensatória

12.7.1. Caso o atraso persista e resulte em rescisão contratual total ou impossibilidade de cumprimento da obrigação, a multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.7.2. Nesta hipótese, o valor de multa moratória já paga será abatido do valor de multa compensatória aplicada.

12.7.3. A conversão será formalizada por despacho administrativo que constituirá, cumulativamente, o processo de rescisão contratual.

12.8. Aceitação de Entrega Atrasada

12.8.1. A aceitação, pelo ente requisitante, de entrega com atraso não obsta a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

12.9. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, após terem assinado a ata.

12.10. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço e no descumprimento a respeito às contratações dos Entes participantes.

12.11. Os Entes partícipes deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho.

13.2. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento em substituição ao Contrato Administrativo, conforme condições estabelecidas em edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. São obrigações da Contratada:

14.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

- 14.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: denominação comum brasileira, marca (nome comercial)/ fabricante, lote, quantidade e prazo de validade;
- 14.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 14.1.5. Comunicar à Contratante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.1.6. Na necessidade de substituição de medicamentos, na apresentação de Carta de Compromisso de Troca, a CONTRATADA deverá se comprometer a retirar o objeto contratado vencido para o devido descarte, sem ônus à CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 dias corridos;
- 14.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 14.1.9. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração do Consórcio, aos Estados integrantes, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos produtos em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, quando da fiscalização ou o acompanhamento pelo Consórcio;
- 14.1.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Consórcio Brasil Central, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;
- 14.1.11. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;
- 14.1.12. Informar conta bancária para a qual deverá ser feito o pagamento do empenho ou instrumento equivalente;
- 14.1.13. **Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, telefone e e-mail de contato para fins de empenho, sob pena de infração contratual;**
- 14.1.14. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e quaisquer outros decorrentes da contratação;
- 14.1.15. Responder pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e contratação;
- 14.1.16. Não substituir o(s) produto(s) empenhado(s), sem prévia e expressa anuência do Consórcio;
- 14.1.17. Responsabilizar-se pelo preço apresentado na proposta;
- 14.1.18. Responsabilizar-se pelas especificações técnicas do produto ofertado constantes no Termo de Referência; e
- 14.1.19. Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ENTES PARTICIPANTES**
- 15.1. São obrigações dos Entes partícipes:
- 15.1.1. Prever em seu orçamento anual recurso a ser transferido para aquisição de medicamentos para tratamento oncológico
- 15.1.2. Manter Contrato de Rateio vigente e com saldo suficiente possibilitando a aquisição por meio das Atas do Consórcio Brasil Central.
- 15.1.3. Encaminhar ao Consórcio Brasil Central, por meio de ofício, a Requisição de Medicamentos , contendo as quantidades que desejam empenhar.
- 15.1.4. Realizar a transferência dos valores correspondentes à quantidade de medicamentos a ser empenhada, sob pena de não ser emitida a autorização de compra.
- 15.1.5. Notificar o Consórcio Brasil Central dos casos de licitações com preços inferiores aos registrados em Ata BrC.
- 15.1.6. Designar servidor público ou comissão responsável pelo recebimento dos bens, a quem compete:
- I - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive por informar ao Consórcio Brasil Central sobre eventuais descumprimentos de cláusulas contratuais;
- II - informar o Consórcio Brasil Central sobre eventual inexecução total ou parcial do compromisso, caracterizada pelo não entrega dos medicamentos, na forma, prazo e demais condições estabelecidas no Edital de licitação e seus anexos;
- III - conferir e receber os medicamentos nos locais previamente informados no Edital e seus anexos (Termo de Referência – TR);

- IV - anotar o recebimento provisório na Nota Fiscal de simples remessa conforme quantidade entregue no momento, observando condições de entrega (prazo de entrega e vigência de validade), conforme previsto em Edital e seus anexos (Termo de Referência – TR);
 - V - receber os medicamentos com prazo de validade diferente do exigido no Edital e seus anexos, somente mediante a apresentação da "Carta de Compromisso de Troca" correspondente;
 - VI - rejeitar, no todo ou em parte, os medicamentos ofertados entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada;
 - VII - recusar os itens entregues imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso, anotando no verso da Nota Fiscal e/ou em Termo de Recebimento específico o motivo da recusa, quando a identificação das falhas ocorrer no momento do recebimento provisório;
 - VIII - receber os medicamentos definitivamente, mediante anotação na Nota Fiscal e/ou emissão de Termo de Recebimento específico, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 15.1.7. Informar ao Consórcio Brasil Central, no primeiro dia útil após o encerramento do prazo de entrega, sobre eventual inexecução total ou parcial do compromisso, caracterizada pelo não entrega dos medicamentos, na forma, prazo e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório, Ata de Registro de Preço e Ordem de Fornecimento;
 - 15.1.8. Avaliar e autorizar o recebimento de medicamentos com prazo de validade diferente do exigido no Edital e seus anexos, manifestando-se quanto ao aceite da “Carta de Compromisso de Troca”, conforme previsto em Edital e seus anexos;
 - 15.1.9. Manifestar expressamente quanto ao recebimento de medicamentos com validade inferior a 50%;
 - 15.1.10. No aceite de medicamentos com validade inferior a 50%, mediante Carta de Compromisso de Troca, o Ente Consorciado deverá considerar, para sua manifestação, seu estoque atual e consumo médio mensal, evitando assim solicitação de troca desnecessária;
 - 15.1.11. Solicitar e acompanhar a troca ou substituição do medicamento junto ao fornecedor, caso necessário;
 - 15.1.12. Encaminhar para Consórcio Brasil Central, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento dos medicamentos no local previamente indicado em Termo de Referência, via e-mail compras@brasilcentral.gov.br, as Notas Fiscais, acompanhadas dos registros de recebimento provisório e definitivo, para providências quanto ao atesto de Nota Fiscal e consequente pagamento e, consequente;
 - 15.1.13. Definir, dentro da SES, fluxo que permita agilidade nos procedimentos sob sua responsabilidade, incluindo programação, assinatura de Contrato de Rateio, solicitação de requisição, transferência de recursos, recebimentos provisório e definitivo, encaminhamento de Notas Fiscais ao Consórcio Brasil Central e comunicação de fatos relevantes à gestão e fiscalização contratuais;
 - 15.1.14. Providências quanto ao descarte seguindo a legislação vigente (RDC ANVISA nº 222/2018).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1. São obrigações da Contratante:
 - 16.1.1. Receber as requisições dos partícipes e analisar a compatibilidade entre o quantitativo disponível na respectiva Ata de Registro de Preços e o recurso encaminhado para a aquisição do objeto;
 - 16.1.2. Providenciar a emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento das requisições e dos recursos;
 - 16.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 16.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Instrumento convocatório e seus anexos;
 - 16.1.5. Efetuar a restituição de recursos nos casos de cancelamento totais ou parciais de empenhos e transferência de valores incorretos.
- 16.2. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

- 17.1. **O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir do atesto, pelo Consórcio Brasil Central, da Nota Fiscal ou Fatura devidamente encaminhada pelo Ente consorciado solicitante, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.1.1. **Caberá ao contratado, de forma solidária, o acompanhamento do envio pelo Ente consorciado da Nota Fiscal simples remessa com anotação do recebimento para atesto pelo Consórcio Brasil Central para efetivação de pagamento.**

17.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Consórcio Brasil Central receber do Ente consorciado solicitante a Nota Fiscal devidamente assinada pelo agente público ou pela Comissão de Recebimento devidamente designados em portaria pelos entes consorciados comprovando a execução do objeto do contrato.

17.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, o Consórcio providenciará as consultas aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/20213.

17.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.4. O atesto da Nota Fiscal será realizado pelo Fiscal de contratos e atas de registro de preços, devidamente designados pelo Consórcio Brasil Central, após a conferência, consignada em relatório circunstanciado, das notas fiscais de faturamento e de remessa, dos termos de recebimento provisório e definitivo e dos demais documentos necessários à comprovação da regular execução do objeto.

17.5. Antes de cada pagamento à Contratada deverá ser realizada consulta ao SICAF e/ou aos órgãos consultados na fase de habilitação para verificar a manutenção das condições iniciais de habilitação exigidas no Termos de Referência, conforme previsto no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 e suas atualizações, quais sejam:

17.5.1. Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta ao SICAF e aos órgãos consultados na fase habilitação para verificar as condições iniciais de habilitação exigidas no Termo de Referência. Constatando-se situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, quais sejam:

- a) Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, junto ao SICAF ou nos demais órgãos consultados, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize a situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- b) O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- c) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- d) Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF ou aos órgãos consultados na fase habilitação inicial, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.
- e) Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao Sicafe.

17.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.7. É assegurada à Contratante, por representante indicado, o acompanhamento da mercadoria, em qualquer momento do transporte.

17.8. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo contratual.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL E PAGAMENTO**

18.1. **Considerando tratar-se de operação triangular, onde o contratante, Consórcio Brasil Central, tem sede no Distrito Federal e as entregas dos itens ocorrerão nos almoxarifados do Distrito Federal e dos estados integrantes do Consórcio, deverão ser emitidas duas notas fiscais: uma referente ao faturamento e outra referente à simples remessa, observando-se, no que couber, o Ajuste Sinief nº 13/2013 e Ajuste Sinief nº 8/2016.**

18.2. A nota fiscal referente ao faturamento deverá ser emitida em favor do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, CNPJ nº 23.791.169/0001-02, com endereço Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 01, Bloco B, nº 14, 5º Pavimento, Salas 501 e 502, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.041-902;

18.3. A nota de simples remessa referente a entrega deverá ser emitida em favor de cada Ente consorciado solicitante, sendo os mesmos: Distrito Federal, FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, CNPJ/MF nº 12.116.247/0001-57, endereço Administração Central, edifício PO 700 (1º e 2º andar, Setor de Rádio e TV Norte, 701 Norte – Via W5 Norte, lote D, CEP: 70.719-040; Fundo Estadual de Saúde – FES (Goiás), CNPJ nº 00.544.963/0001-56, com endereço Rua 16 esquina com Rua 12, nº. 97, Bairro Centro, Goiânia/GO, CEP. 74015020; Fundo Estadual de Saúde - FES (Maranhão), CNPJ nº

06.023.953/0001-51, com endereço Avenida Professor Carlos Cunha, 3839, Jaracaty, São Luís/MA, CEP 65.076-820; Fundo Estadual de Saúde - FES (MT), CNPJ nº 04.441.389/0001-61, com endereço Centro Político e Administrativo, BL 05, CPA, Cuiabá/MT, CEP 78.050-970; Fundo Especial de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, CNPJ nº 03.517.102/0001-77, com endereço Parque dos Poderes, Bloco 07, Parque dos Poderes, Campo Grande- MS, CEP: 79.131-902; Fundo Estadual de Saúde (Rondônia), CNPJ nº 00.733.062/0001-02, com endereço Avenida Farquar, 2986, Edifício Palácio Rio Madeira, Rio Machado Reto 4, Bairro Pedrinhas, Porto Velho, Rondônia , CEP 76.801-740; Fundo Especial de Saúde do Tocantins - FESTO, CNPJ nº 13.849.028/0001-40, Endereço: Quadra 112 Sul, rua Sr03, conjunto 7, lote 7A, CEP 77020174, Palmas – Tocantins.

18.4. **Nas Notas Fiscais deverão constar a descrição dos medicamentos, conforme denominação comum brasileira na forma estabelecida neste Termo de Referência, nome comercial e + ou fabricante, número do lote e validade das respectivas quantidades entregues. Deverá fazer referência ao empenho e ordem de fornecimento em questão.**

18.5. **A Contratada deve informar na Nota Fiscal o nome e número da instituição financeira, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.**

18.6. **Na entrega do medicamento, nos almoxarifados dos Entes consorciados, deverá ser apresentada OBRIGATORIAMENTE a NOTA FISCAL DE SIMPLES REMESSA.**

18.7. **As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para pagamento ao Consórcio, via e-mail compras@brasilcentral.gov.br, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento dos medicamentos no local previamente indicado neste Termo de Referência, acompanhadas dos registros de recebimento provisório e definitivo, para providências quanto ao atesto de Nota Fiscal e consequente pagamento.**

18.8. Caberá ao fornecedor, de forma solidária, o acompanhamento do envio pelo Ente consorciado da Nota Fiscal com recebimento atestado ao Consórcio Brasil Central para efetivação de pagamento.

18.9. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Termo de Referência, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a Contratada deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

18.10. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento pela Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA/IBGE.

19. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

19.1. Os preços dos itens são fixos e irrevogáveis.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES GERAIS**

20.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

20.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ANEXOS**

21.1. Anexo I - Cadastro de Reserva.

21.2. Anexo II - Modelo de Carta de Troca.

21.3. Anexo III - Modelo Termo de Confirmação de Entrega.

José Eduardo Pereira Filho

Secretário-Executivo

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC

CONTRATADA

ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Processo SEI Pregão Eletrônico N Ata de Registro de Preços N					
2 Lugar e Demais Lugares					
Empresa:					
CNPJ:					
Item e Código	Marca	Descrição	Unidade e Fabricante	Quantidade	Valor Unitário

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Processo SEI Pregão Eletrônico N Ata de Registro de Preços N					
3 Lugar e Demais Lugares					
Empresa:					
CNPJ:					
Item e Código	Marca	Descrição	Unidade e Fabricante	Quantidade	Valor Unitário

--	--	--	--	--	--

ANEXO II - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
MODELO CARTA DE COMPROMISSO DE TROCA

Referência: Nota de Empenho nº 20XXNE00XXXX, ARP XXX/20XX-X

Diante da impossibilidade de sua utilização antes do vencimento, uma vez admitido o prazo de validade abaixo dos 70%, a empresa _____, CNPJ _____, telefone nº _____ COMPROMETE-SE perante ao Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central e à Secretaria de Estado de Saúde do Ente consorciado requisitante a efetuar a substituição do XXXXXX (medicamento – CATMAT- descrição), na quantidade XXXX Lote XXXXX Data de Fabricação XXXXX Data de Validade XXXX
Compromete-se ainda a proceder com a substituição no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação de troca encaminhada pelo Ente consorciado e/ou pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central.

O produto oriundo da troca deve apresentar validade conforme previsto no Edital e seus anexos no momento da entrega.

A compromitente requer a autorização de entrega nas condições explicitadas, pelos seguintes motivos:

_____ e afirma estar ciente de que o não cumprimento de sua obrigação acarretará na aplicação das penalidades cabíveis, previstas em Edital.

Local, _____ de _____ de _____

Representante Legal

ANEXO III - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
TERMO DE CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA



Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central
Projeto de Compras Compartilhadas em Saúde

TERMO DE CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA

INFORMAÇÕES DO FORNECIMENTO	
ENTE CONSORCIADO:	
LOCAL DE ENTREGA:	
REQUISIÇÃO:	
PROCESSO SEI/GDF:	
PREGÃO ELETRÔNICO:	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	
FORNECEDOR:	
CNPJ/MF:	
NOTA DE EMPENHO:	
ORDEM DE FORNECIMENTO:	
VALOR TOTAL:	

INFORMAÇÕES DA ENTREGA	
NOTA FISCAL:	
VALOR DA NF:	
ITENS:	

CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA

Eu, _____,

Matrícula nº _____, informo ter recebido, na presente data, entrega de medicamentos referentes à Nota Fiscal mencionada acima, cuja conferência será realizada posteriormente, conforme a legislação vigente e as disposições da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência.

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

OBSERVAÇÃO:

O presente Termo de Recebimento de Medicamentos é um documento acessório, que visa conferir maior segurança e assertividade ao registro da data efetiva de entrega dos medicamentos.

Este Termo não substitui os recebimentos provisório e definitivo previstos na Ata de Registro de Preços ou o “Canhoto de Nota Fiscal”.

A assinatura deste Termo não pressupõe conferência dos itens entregues com relação a quantidades, validade, lote, integridade de embalagem, adequação ao Termo de Referência, ou qualquer outro aspecto necessário à aceitação final da entrega.

José Eduardo Pereira Filho

Secretário-Executivo

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO, Secretário(a) Executivo(a)**, em 11/03/2026, às 16:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **197232916** código CRC= **EA2C90F7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SBN QUADRA 1 BLOCO B SALA 501 - Bairro ASA NORTE - CEP 70041902 -
Telefone(s):
Sítio - www.brasilcentral.gov.br

04029-00000178/2025-87

Doc. SEI/GDF 197232916